UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOÃO IVO DUARTE GUIMARÃES

Entre a rotina e a quimera:
jogo literário e política na Belo Horizonte dos anos 20

Versão Corrigida

São Paulo
2018

JOÃO IVO DUARTE GUIMARÃES

Entre a rotina e a quimera:

jogo literário e política na Belo Horizonte dos anos 20

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia da Cultura

Orientadora:

Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G963e Guimarães, João Ivo Duarte
 Entre a rotina e a quimera: jogo literário e política na Belo Horizonte dos anos 20 / João Ivo Duarte Guimarães ; orientadora Maria Arminda do Nascimento Arruda. - São Paulo, 2018.
 173 f.

 Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

 1. Modernismo (Literatura). 2. Literatura Brasileira. 3. Sociologia. I. Arruda, Maria Arminda do Nascimento, orient. II. Título.

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. **Entre a rotina e a quimera**: jogo literário e política na Belo Horizonte dos anos 20. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: 02/10/2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico esta tese à Simone, pela parceria
afetiva e intelectual e à nossa filha, Clarice.

Ao meu pai, Ronaldo Duarte Guimarães (*in
memorian*).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda, pelas sugestões ao longo da pesquisa. Pelo estímulo intelectual e afetivo. E pelos trancos que, num momento delicado, recolocaram-me no caminho.

Aos integrantes da banca, Sérgio Miceli, Otávio Dulci, Helena Bomeny e Ênio Passiani, pelas valiosas sugestões e comentários.

Ao CNPq e à CAPES, pelo apoio financeiro sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

Expresso toda a minha gratidão e estima ao professor e amigo Ronaldo de Noronha, sempre presente em meus trabalhos.

Aos funcionários e às funcionárias dos arquivos que visitei: no Rio, a Fundação Casa de Rui Barbosa, em BH, o Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, a Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins e a Hemeroteca da Biblioteca Pública Luís de Bessa.

Aos amigos e às amigas do grupo de estudo Corte e Cultura – Elisa Klüger, José Muniz Júnior, Camila Gui Rosatti, Lorena Avelar e Bruno Zorek – pelas sugestões e pelo estímulo constantes.

Aos colegas de orientação Max Gimenes, Laysmara Carneiro, Ivo Paulino Soares, Pedro Serra e Rodrigo Amaral, pelas leituras e conversas. Ao Ivo, manifesto minha gratidão pela generosidade com que se ofereceu para quebrar vários galhos no momento de depositar a tese.

Aos amigos e às amigas que me acompanharam ao longo dessa pesquisa: Hércules & Telma, Carlos Alberto Oliveira, Rafael Sânzio, Julia Fagioli, Luciano Mattar.

Ao Guilherme Pacheco, expresso toda a minha gratidão pelas boas e intermináveis conversas, pela hospedagem oferecida de coração tantas vezes, pelo constante estímulo intelectual.

Aos meus amigos paulistas: Jonas, Leco, Vinícius, Dênis, argonautas da Paulicéia, pelo apoio logístico e pelo estímulo intelectual.

À minha mãe, Isnaia Dapieve Miranda, pelo amparo afetivo e material. Ao meu irmão, Rafael Dapieve Miranda Pinheiro Duarte Guimarães.

À minha esposa, Simone, pela companhia ao longo desses quinze anos. Pela paciência...

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES).

“O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a clama necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto; sente o peso dos regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em qu o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas”

(ANDRADE, Carlos Drummond, 1948).

“No Brasil não há propriamente a carreira das letras. Há literatos, isto sim: há-os até em demasia; sempre os houve, e alguns de grande valor. Mas ainda está para nascer o poeta ou mesmo o romancista que possa gabar-se de viver exclusivamente da sua pena. Escrever, na nossa terra (e não só na nossa terra), é atividade secundária, à margem das ocupações sérias da vida”

(FRIEIRO, Eduardo, 1932).

“Le grand malheur encore d’un homme de lettres est ordinairement de ne tenir à rien. Un bourgeois achète un petit office et le voilà soutenu par ses confrères. Si on lui fait une injustice, il trouve aussitôt des défenseurs. L’homme de lettres est sans secours, il ressemble aux poissons volants: s’il s’élève un peu, les oiseaux le dévorent; s’il plonge, les poissons le mangent”

(Voltaire, *Dictionnaire Philosophique*).

RESUMO

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. **Entre a rotina e a quimera**: jogo literário e política na Belo Horizonte dos anos 20. 2018. 173 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A tese analisa os dilemas da primeira geração modernista de Minas Gerais, na provinciana Belo Horizonte dos anos 1920. Com vistas a recuperar a “feição própria” do modernismo mineiro, procurei reconstruir a trajetória exemplar de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) na Belo Horizonte dos anos 1920, intelectual que pode ser encarado como a figura síntese de uma geração prensada entre o desafio de dar forma a suas pulsões expressivas e os serviços de natureza político-ideológica que seus protetores reclamavam. Elegendo Carlos Drummond de Andrade como figura síntese dessa geração de intelectuais mineiros, o texto reconstrói suas experiências de socialização familiar, escolar e profissional, retrazendo as disposições mentais e comportamentais constituídas ao longo desse progressivo desenraizamento. O percurso de socialização desemboca na Belo Horizonte dos anos 1920, momento em que Drummond se integrou na roda de intelectuais da Rua da Bahia, focalizando a liderança conquistada por ele no interior desse grupo composto de herdeiros de ramos oligárquicos em declínio. A literatura e a burocracia acabaram constituindo o eixo da vida dos jovens letrados mineiros.

Palavras-chave: sociologia da cultura; modernismo mineiro; jogo literário; dupla vida dos escritores.

ABSTRACT

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. **Between the routine and the chimera**: literary game and politics in the Belo Horizonte of the 20's. 2018. 173 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The thesis analyzes the dilemmas of the first modernist generation of Minas Gerais, in the Belo Horizonte of the 1920s. In order to recover the "own feature" of the modernism in Minas Gerais, I attempted to reconstruct the exemplary trajectory of Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) in Belo Horizonte of the 1920s, an intellectual that can be seen as the synthesis of a generation pressed between the challenge of giving shape to its expressive drives and the services of a political-ideological nature that its protectors complained about. Choosing Carlos Drummond de Andrade as a synthesis of this generation of Minas intellectuals, the text reconstructs his experiences of family, school and professional socialization, portraying the mental and behavioral dispositions constituted throughout this progressive uprooting. The course of socialization ends in Belo Horizonte in the 1920s, when Drummond became part of the circle of intellectuals on Rua da Bahia, focusing on the leadership he won in this group of heirs from declining oligarchic branches. Literature and bureaucracy ended up being the axis of the life of young intellectuals of Minas Gerais.

Keywords: Sociology of culture; Modernism in Minas Gerais; Literary game; Double life of writers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A DUPLA VIDA DOS ESCRITORES MINEIROS: APOSTAS E DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	18
2 POLÍTICA E LITERATURA NA BH DOS ANOS 20	39
2.1 MINAS GERAIS, O FIEL DA BALANÇA	44
2.2 UNS RAPAZES QUE TINHAM COISAS A DIZER	59
3 NO PAÍS DOS ANDRADE	74
3.1 FIM DA CASA PATERNA?	86
4 ENTRE A ROTINA E A QUIMERA: A DUPLA VIDA DE UM TRÂNSFUGA EXEMPLAR	90
4 CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	142
ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA SELECIONADA DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE COM OUTROS MODERNISTAS MINEIROS	149

1 Introdução

A presente tese traz à luz os resultados e as inquietações da minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2013. Analisando retrospectivamente a direção assumida pela pesquisa, dei-me conta de que fui deixando de lado uma análise interessada em descortinar as condições sociais que explicavam a dicção própria do modernismo mineiro em nome de outra mais voltada para a descrição da trajetória dos escritores mais representativos daquela primeira geração modernista na Belo Horizonte dos anos 1920 e 1930.

Numa cidade ainda em construção, capital de um estado que buscava compensar sua perda de importância econômica com sua força política, os jovens intelectuais da geração modernista, muitos deles recém-saídos da adolescência, buscaram dar vazão, por meio da atividade literária, a suas inquietudes poéticas e políticas. Para a maioria dos integrantes da geração modernista de Belo Horizonte, os anos 1920 representaram a fase de boemia intelectual e literária, mas uma vez chegada a “idade burocrática”, com as responsabilidades sociais e econômicas advindas do casamento e da família, a literatura era relegada à ocupação secundária, para as horas vagas, e outras profissões mais “sérias” acabavam por solicitar aqueles jovens literatos e plumitivos.

Em sua análise da trajetória de Milton Soares Campos, um dos integrantes da geração modernista de Belo Horizonte, Otávio Dulci retoma um texto de Cyro dos Anjos no qual o autor de *O amanuense Belmiro* recorda-se do jovem Milton Campos. No início dos anos 1920, o futuro governador de Minas Gerais (1947-1951), deputado federal (1955-1959), senador (1959-1964), ministro de Justiça e Negócios Interiores (1964-1965), era um estudante de Direito, *habitué* da Livraria Alves, na Rua da Bahia, leitor contumaz de Anatole France e de André Gide, que teve de deixar de lado a literatura à medida que os estudos jurídicos foram apertando, consumindo seu tempo. Segundo Cyro, Milton Campos “deixara de ler literatura

como Abgar Renault costumava deixar de fumar: lia escondido”, ou seja, nas horas vagas da sua carreira política e jurídica (DULCI, 2005, p. 31).

Em *Beira-mar*, quarto volume de suas memórias, Pedro Nava, outro integrante desta geração modernista mineira, traçou uma galeria de retratos dos modernistas mineiros dos anos 1920 “desviados” ora para a política, ora para a carreira jurídica: Milton Campos – “Milton foi essencialmente um homem de letras desviado dessa rota, primeiro pela profissão jurídica depois por este destino político a que se entregou – vazio de ambição, cheio de vocação.” (NAVA, 2013b, p. 230); Gabriel Passos – “Gabriel era de incomparável bom gosto nas suas leituras e insisto em dizer que foi uma vocação literária que nos roubaram, primeiro, o Direito e depois, a Política.” (NAVA, 2013b, p. 465); Dario de Almeida Magalhães – “Já muito moço, Dario demonstrava gosto pela leitura, pelas artes, sobretudo pela música. Tenho para mim que era uma forte vocação literária desviada primeiro, pelo jornalismo, depois pelo direito...” (NAVA, 2013b, p. 367).

O mesmo poderia ser dito de Francisco Martins de Almeida que, após concluir a faculdade de Direito, em 1927, abandona a capital mineira e a atividade literária, passando a dedicar-se exclusivamente às letras jurídicas. Enfim, para não tornar-me enfadonho, a maioria dos integrantes da geração modernista mineira dos anos 1920 acabou “desviada” da literatura e absorvida pela política e/ou pela carreira jurídica.

O destino social dessa geração modernista mineira dos anos 1920 foi bem compreendido pelos autores de *Tempos de Capanema*:

Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. Poucos, como os poetas Emílio Moura e Drummond, teriam o talento e as condições pessoais adequadas para fazerem da literatura não somente um estilo, um adorno ou um traço a mais de sua cultura, mas sua forma mais alta de realização pessoal. Para os demais, a política foi o caminho (BOMENY, COSTA & SCHWARTZMAN, 2000, p. 46).

Além de Carlos Drummond de Andrade e Emílio Guimarães Moura, outros dois integrantes desse grupo fizeram da literatura “sua forma mais alta de realização pessoal”: João Alphonsus e Cyro dos Anjos. E, ainda que os quatro tenham entrado para a história social do modernismo literário mineiro e brasileiro, para nenhum deles a literatura foi a atividade principal do ponto de vista econômico – mesmo no caso de Drummond, após aposentar-se por tempo de serviço, este típico “escritor-funcionário” continuou conjugando atividade literária com atividade jornalística como cronista do *Jornal do Brasil*.

Considerando insuficiente a explicação em termos de “talento e condições pessoais”, a proposta da pesquisa acabou reorientada para a reconstrução da trajetória social e literária desses quatro escritores modernistas da geração mineira dos anos 1920. O talento de todos eles é inegável, mas e os outros “rapazes dados às letras” de Minas também dotados de talento e que ainda sim abandonaram a literatura ou a relegaram a atividade secundária? Além do já mencionado Milton Campos, penso em Francisco Martins de Almeida, considerado por Drummond “o avaliador de obras mais arguto e bem equipado criticamente, da geração modernista mineira.” (ANDRADE, “Anúncios, Ideias, Nomes em ‘A Revista’”, *Jornal do Brasil*, 23/09/1978, p. 05). Para não falar em Pedro Nava, a quem não faltava talento literário ou artístico, e que não hesitou em trocar a literatura pela medicina, tornando-se um reumatologista de renome, retornando à literatura somente após aposentar-se.

No decorrer da pesquisa sobre os quatro escritores citados, deparei-me com a seguinte situação: dados abundantes sobre Drummond e Cyro dos Anjos – correspondência pessoal publicada ou arquivada na Fundação Casa de Rui Barbosa, toda uma documentação relacionada à trajetória no funcionalismo público, teses e dissertações, entrevistas publicadas, etc. Sobre os outros dois, Emílio Moura e João Alphonsus, os dados que permitiriam mapear suas trajetórias social e literária são escassos. Diante desse quadro, resolvi ficar “apenas” com a trajetória social e literária de Drummond.

Mas a escolha de Drummond não se deu apenas por razões contingentes. Dos quatro escritores dessa geração modernista mineira, ele foi aquele que, mais do que qualquer outro, soube fazer da sua rotina de escriba “o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção” literária (ANDRADE, 2011b, p. 110).

Daquela geração mineira de intelectuais “desviados” para a política, Drummond foi aquele que teve, como observou Miceli,

o senso apurado de captar as pulsões e energias desencadeadas no interior do grupo, dando-lhes uma formatação poética, ou melhor, convertendo a matéria bruta daquelas experiências, de jovens escritores, incapazes de se desgarrarem dos serviços impostos pelo trabalho político, em material expressivo de uma reinvenção da condição de escritor numa conjuntura marcada por muitas “pedras no caminho” (MICELI, 2004, p. 77).

Da safra de modernistas mineiros dos anos 1920, Drummond foi o que levou mais longe o trabalho propriamente literário de objetivação de si e do mundo social que o fabricou, através de uma operação de despojamento dos traços contingentes por meio da qual “a autobiografia se torna heterobiografia, história simultânea dos outros e da sociedade” (CANDIDO, 2011, p. 67).

A tese acabou assumindo a forma, então, de uma análise da trajetória social e literária de Drummond, na qual procurei atentar para as conexões entre “as condições pessoais adequadas”, ou seja, seu patrimônio de disposições adquirido ao longo de suas experiências de socialização nas instituições sociais clássicas estudadas pela sociologia (a família, a escola, o grupo de pares, o universo literário, o universo profissional), e sua dicção própria – os temas e a maneira de trabalhar literariamente estes temas, enfim, sobre o que e como ele escrevia.

Ainda que não tenha conseguido estabelecer de maneira satisfatória as conexões que procurava, o levantamento dos dados biográficos de Drummond e dos seus companheiros de geração, a leitura da sua correspondência pessoal, dos livros e teses sobre o grupo de intelectuais e políticos mineiros ao qual ele pertencia, sobre a história social de Minas Gerais

durante a República Velha, enfim, a pesquisa realizada ao longo desses quatro anos trouxe à luz alguns elementos que ajudam a entender o funcionamento do jogo literário em Belo Horizonte nos anos 1920 e as “pedras no caminho” com as quais se depararam aqueles jovens que tentaram fazer da literatura “sua forma mais alta de realização pessoal”.

No primeiro capítulo, debruço-me sobre a Belo Horizonte dos anos 1920 com vista a descortinar as coordenadas de seu espaço social e as constrictões a que a geração modernista mineira teve de fazer face. Percorrendo em zigue-zague a história social da capital mineira, cidade que tinha pouco mais de vinte anos nos anos 1920, procuro dar conta de um espaço social estruturado em torno da política, da função administrativa. A vinculação dos intelectuais à política era o traço distintivo da geração modernista de Minas, que procurou conjugar a carreira pública com a atividade literária. Trata-se, nesse capítulo, de uma visão de conjunto dos dilemas e constrictões enfrentados pelos escritores-funcionários dessa primeira geração modernista.

No segundo capítulo, procuro apreender Drummond no interior de sua configuração familiar, na Itabira do início do século XX. A função desse zoom nas experiências de socialização familiar do escritor é a de reconstruir seu patrimônio de disposições mentais e comportamentais, moldadas ao longo da infância e da mocidade, já fora do ambiente doméstico, em colégio de padres na capital mineira e na “fria Friburgo”.

No terceiro capítulo, refaço os passos de Drummond na capital mineira, no início dos anos, quando chega após sua expulsão do colégio dos jesuítas. Seu encontro marcado com os integrantes do “grupo do Estrela” e a perspectiva de vida literária que se abria são encarados como forma de ajustamento de suas disposições culturais e propriedades objetivas ao espaço social da capital mineira nos anos 1920.

Na Conclusão, à guisa de considerações finais, retomo o tema da dupla vida dos escritores mineiros como material expressivo trabalhado em suas obras.

1.1 A dupla vida dos escritores mineiros: apostas e desafios teórico-metodológicos

Em 1932, Eduardo Frieiro, tipógrafo duplicado em escritor, crítico literário e editor, lamentava-se no ensaio *A Ilusão Literária*, opúsculo que ele mesmo editara na oficina do jornal oficial do Partido Republicano Mineiro, o *Minas Gerais*, onde ele trabalhava:

No Brasil não há propriamente a carreira das letras. Há literatos, isto sim: há-os até em demasia; sempre os houve, e alguns de grande valor. Mas ainda está para nascer o poeta ou mesmo o romancista que possa gabar-se de viver exclusivamente da sua pena. Escrever, na nossa terra (e não só na nossa terra), é atividade secundária, à margem das ocupações sérias da vida (FRIEIRO, 1983 [1932], p. 55).

Relatos dessa natureza, saídos da pena dos escritores mineiros da geração de Frieiro, poderiam ser multiplicados à exaustão. E as gerações seguintes de letrados mineiros repetiriam a mesma cantilena: Autran Dourado, Fernando Sabino etc.

Em sua autobiografia romanceada *Um Artista Aprendiz*, sob a pele do personagem João da Nogueira Fonseca, Autran Dourado narra a história de um jovem, proveniente de uma família de proprietários rurais remediados do interior de Minas, que parte para a capital a fim de realizar seu sonho de ser escritor, “o maior da sua geração.” Em Belo Horizonte, o “plumitivo” João busca os conselhos de um escritor bem mais velho, Sílvio Sousa – personagem inspirado, segundo depoimento do próprio Autran Dourado, no escritor Godofredo Rangel, a quem o livro é dedicado, a ele e a Artur Versiani Veloso, seu professor de filosofia no colégio. O seu mentor aconselha-o a ser metódico e seletivo nas leituras, a aprender francês para encarar no original Stendhal, Flaubert, Balzac, a buscar a companhia

dos escritores que estavam, como ele, começando, e, finalmente, a arranjar um emprego público:

Em geral funcionário público não tem muito o que fazer, o governo é patrão relaxado, você terá tempo para ler durante o expediente. Se o governo não faz nada, o que custa ele garantir o sustento de um escritor? Aqui em Minas é quase uma norma do governo nomear escritor para cargo burocrático. João achou que havia um certo cinismo no puro Sílvio Sousa. Como se adivinhasse o que João estava pensando, Sílvio Sousa disse você tem de pagar um preço, se quer ser um grande escritor, e eu acho que o único preço que você pode pagar no momento é esse (DOURADO, 1989, p. 81).

E basta um rápido exame na trajetória de Autran Dourado para verificarmos ter sido ele *escriba oficial* de Juscelino Kubitschek, em Minas e na capital federal.

Outro escritor da geração de Autran Dourado, Fernando Sabino, nas cartas trocadas com Mário de Andrade, vai pelo mesmo caminho, denunciando as dificuldades de seguir uma carreira literária em Minas, especialmente na Capital:

O Abgar Renault esteve aqui e fez uma conferência sobre Tagore. Gostei muito dele pessoalmente e o admiro muito. Você se dá com ele? É pena um sujeito como ele, podendo ser um grande artista e se perdendo assim, não é? É o mal de todos os mineiros, mal de que pretendo de qualquer maneira fugir: se perder em outras atividades, se deixar vencer pela vida social, política, burguesa. Ser muito passivo, não ter coragem suficiente para passar o pé em tudo. Todos aqui são assim. Cyro dos Anjos, por exemplo, confessa que procura esconder o mais possível a sua condição de escritor, quer passar apenas por um bom burguês, para evitar amolações. O diabo é que o sujeito acaba ficando burguês mesmo... Guilhermino [César], [João] Alphonsus, esses da velha guarda vão todos ficando assim, camaradas que podiam ter feito grandes coisas. *Esta terra aqui é desgraçada, Mário. Ou o sujeito foge daqui (como fez o Carlos Drummond e recentemente o Oswald Alves), ou se perde mesmo. É o caminho de todos nós se aqui ficamos: casar, ter filhos, criar galinhas, um bom emprego, condição social – e literatura mesmo... horas vagas! É o cúmulo!* (SABINO, 2003, p. 89-90 [os grifos são meus]).

O autor de *O Encontro Marcado* interpreta a falta de profissionalização da atividade literária em Minas como uma espécie de tradição/maldição especificamente mineira. No entanto, a impossibilidade de viver somente da literatura e a necessidade de conjugar a atividade literária com um trabalho remunerado mais regular é uma situação enfrentada pelos intelectuais de outras terras e tempos.

A impossibilidade de viver da literatura, dos lucros auferidos com a publicação e venda de seus escritos, a pressão social exercida no sentido de tratar a literatura como um lazer cultivado, atividade recreativa, um jogo sofisticado e prazeroso mas sem muita importância e praticado de um modo economicamente desinteressado, sem dele esperar retornos materiais, eis as constrações sociais com as quais se depararam várias gerações de escritores mineiros. Mas não apenas mineiros...

Nas sessenta biografias de escritores que analisou, cobrindo a produção literária de 1870 a 1930, Machado Neto apurou que nenhum deles conseguiu viver exclusivamente da literatura. Escritores como Aluísio Azevedo, nos anos finais da Monarquia, ou Coelho Neto, nas primeiras décadas republicanas, tiveram de conjugar a produção literária com outras atividades, como o jornalismo, o funcionalismo público e o magistério (MACHADO NETO, 1973).

Em face de casos assim arrasadores é que se pode entender a observação de José Veríssimo, segundo a qual “a literatura aqui é tarefa só de moços.” (...) É que vindo, com os anos, as responsabilidades sociais e econômicas do casamento e da família, outras profissões mais rendosas acabam por solicitar o jovem literato, que, então, transformará a literatura numa ocupação secundária, para as horas vagas (MACHADO NETO, 1973, p. 79).

Como observou Antonio Candido em *Literatura e Sociedade*, a profissionalização não é condição necessária para a existência de um grupo de escritores: “há diversas formas de remunerar o trabalho de criação literária nas diferentes sociedades e épocas: mecenato, incorporação ao corpo de servidores, atribuição de cargos, geralmente prebendas etc.” (CANDIDO, 2010, p. 85):

Muitos dos nossos maiores escritores – inclusive Gonçalves Dias e Machado de Assis – foram homens ajustados à superestrutura administrativa. A condição de escritor funcionou muitas vezes como justificativa de prebenda ou de sinecura; e para o público, como reconhecimento do direito a ambas, – num Estado patrimonialista como era o nosso (CANDIDO, 2010, p. 94).

Neste universo refratário à profissionalização, como era o universo literário brasileiro da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, o escritor buscou no serviço público o ganha-pão.

Nos anos 30 e 40, a emergência de um mercado do livro, conforme mostrou Sérgio Miceli, propiciou “a formação de um pequeno grupo de escritores profissionais, os romancistas” (MICELI, 2001, p. 148).

No entanto, mesmo um escritor como José Lins do Rego, com um ritmo de produção intenso, produzindo um romance por ano, aclamado pela crítica e com boas vendas, nunca largou o emprego público.

Com coleção própria, alojado no topo do espaço crítico em um momento de ufanismo cultural e violência política, José Lins do Rego conseguiu transferência para o Rio de Janeiro de seu bem remunerado cargo de inspetor de imposto de renda. Em fins de 1935, mudou-se para a capital [federal] com sua família. Ali, com Jorge Amado, que desde o início da década já vivia no Rio, foi um dos poucos autores a se aproximar de um ideal de dedicação à literatura como profissão, embora conservasse o emprego público (SORÁ, 2010, p. 189).

A existência de uma casa editora como a José Olympio tornou possível, para um grupo reduzido de escritores, uma dedicação *quase* permanente à atividade literária, repartindo os autores seu tempo entre os próprios escritos e os trabalhos de tradução, revisão e produção de paratextos (prefácios, introduções etc.).

No entanto, nenhum deles conseguiu sobreviver exclusivamente de sua pena, permanecendo o emprego público e o jornalismo como as duas formas de ganha-pão preferidas. José Lins do Rego em nenhum momento abandonou seu cargo como fiscal do imposto de renda; Raquel de Queirós ingressou, em 1941, no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho; Graciliano Ramos alternou a atividade literária com o jornalismo, colaborando com os jornais *A Noite*, *Correio da Manhã* e com uma revista oficial como *Cultura Política*, do DIP (SORÁ, 2010, p. 253).

Entrevistada por Gustavo Sorá, Raquel de Queirós foi enfática: “Eu vivi quarenta anos como tradutora da José Olympio. Você sabe que ninguém vive de livros, no seu país e no meu” (SORÁ, 2010, p. 254).

No caso de Cyro dos Anjos, uma observação de Eduardo Frieiro em seu diário sinaliza que o autor de *O amanuense Belmiro* nunca conseguiu fazer da literatura sua ocupação principal:

O Cyro dos Anjos está farto de ser palaciano e membro da alta administração. Confessa-se disposto a abdicar das honrarias públicas e de todas as suas vantagens. Ambiciona agora uma planturosa sinecura em que tudo sejam prós sem quaisquer percalços. Seu desejo, que espera realizar com a boa vontade do Governador (declarou-me em conversa), é obter um rendoso cartório, no Rio ou aqui. (FRIEIRO, 1986, p. 205-206, 13/04/1945)

No caso de Cyro, as tarefas de escriba oficial de Benedito Valadares, em Minas, e, posteriormente, de Juscelino Kubitschek, na capital federal, consumiram boa parte do tempo que ele gostaria de ter dedicado à atividade literária. Em Minas, no Rio e em Brasília, a vida de Cyro foi a de *ghost-writer* de políticos poderosos, “pobre vida em que, com desencanto e desalento, eu iria consumir os pobres dos meus miolos.”

Escrevendo pareceres, discursos, cartas, projetos de lei, ele sentia estar contrariando suas inclinações naturais, prostituindo-se como intelectual. Mas, como ele mesmo admite, tais revoltas eram passageiras, logo dominadas “ante uma objeção generosa que eu próprio forjava: no meu trabalho de galé, seria porventura menos inútil à comunidade do que cavalgando a fantasia, fugindo ao real, construindo imaginários mundos.” E, *last but not least*, “aquele trabalho aborrecido, obscuro e anônimo foi o meu ganha-pão” (ANJOS, 1994, p. 415-417).

Para ilustrar a situação dos intelectuais franceses no final do século XIX e início do XX, Christophe Charle retoma uma passagem de Voltaire sobre a situação dos letrados no século XVIII:

Le grand malheur encore d'un homme de lettres est ordinairement de ne tenir à rien. Un bourgeois achète un petit office et le voilà soutenu par ses confrères. Si on lui fait une injustice, il trouve aussitôt des défenseurs. L'homme de lettres est sans secours, il ressemble aux poissons volants: s'il s'élève un peu, les oiseaux le dévorent; s'il plonge, les poissons le mangent" (Voltaire, *Dictionnaire Philosophique*, citado por CHARLE, 1990, p. 21).

Enfim, esta posição em falso dos intelectuais, desamparados em sua luta para libertar-se da tutela dos detentores do poder econômico ou político, é plurissecular e estrutural, não se tratando de maldição especificamente mineira.

Assim, valendo-me de alguns conceitos da sociologia da cultura tal como praticada por Pierre Bourdieu e por Bernard Lahire, procurei ao longo do texto trazer à luz, de um lado, as propriedades estruturais do universo literário da Belo Horizonte dos anos 1920, atento, sobretudo, às constrições com as quais Drummond e seus *compagnons de route* toparam, do outro, ao leque disposicional que permitiu a Drummond, fazendo da necessidade virtude, conciliar a rotina burocrática com a atividade literária.

Para levar a termo essa tarefa, é preciso, de um lado, compreender as especificidades desse universo literário no período estudado e, do outro, contextualizar e “materializar” os seus agentes, os escritores, amiúde reduzidos pela crítica literária a “seres desencarnados”. Esse trabalho de materialização dos escritores visa reinscrevê-los nas condições sociais e econômicas com as quais se depararam, levando-os a administrarem seu tempo entre atividades literárias e atividades extraliterárias, focalizando as soluções encontradas por esses escritores modernistas de Minas Gerais para dedicarem-se à literatura em meio às constrições de toda ordem impostas pelo estado embrionário do campo literário e pelo “second métier”, a carreira burocrática, que tendia a desviar o tempo e a energia requeridas pelo trabalho literário.

Esta *démarche* de materialização dos escritores pressupõe um retorno reflexivo sobre conceitos de *campo literário* e de *habitus*, noções chaves da sociologia da cultura de Pierre

Bourdieu, mas que costumam ser empregadas de uma maneira um tanto quanto irrefletida, sem que seja feita uma avaliação de sua pertinência para o caso empírico estudado.

Aplicada ao universo literário, a teoria dos *campos* permite estudar as posições ocupadas pelas diferentes editoras e pelos diferentes autores, as lutas travadas em torno da definição das hierarquias e da legitimidade literária, permite também apreender as diferenças entre o *subcampo da produção restrita* (viveiro dos autores e obras de vanguarda) e o *subcampo da grande produção* (que congrega os autores e obras mais “acessíveis” ao público de não-produtores).

No entanto, como tem mostrado Bernard Lahire em suas últimas obras¹, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu padece de certos limites para pensar o universo literário. Ainda que ela leve em conta a “autonomia relativa” dos universos literários e artísticos, subordinados estruturalmente ao campo do poder, a teoria dos campos deixa em segundo plano o fato de que esses universos culturais são muito pouco profissionalizados e não asseguram para a maior parte dos seus integrantes autonomia propriamente econômica, levando-os a se inscreverem em outros universos sociais para garantir a reprodução material de suas vidas. Obrigados amiúde a exercerem um “second métier” fora do universo literário, os escritores assemelham-se mais, segundo Lahire, a “jogadores” do que a agentes estáveis de um campo.

Minha proposta consistirá, então, em colocar em evidência que o conceito de “campo literário” foi criado por Pierre Bourdieu para dar conta de um processo histórico muito particular de autonomização, sempre relativa, das instâncias voltadas para a produção, distribuição e recepção de obras literárias. É preciso estar plenamente ciente disso para que esse conceito continue a liberar a imaginação científica e forneça pistas heurísticamente valiosas para a análise de universos sociais distintos daquele que o originou. Como tentarei

¹ *La condition littéraire: la double vie des écrivains* (2006) e *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire* (2010)

mostrar, o conceito de “campo literário” está umbilicalmente ligado à análise levada a efeito por Bourdieu da gênese e da estrutura do campo literário francês, estando, portanto, ancorado numa realidade social histórica e geográfica muito específica.

As propriedades essenciais do campo literário podem ser sumariadas da seguinte maneira:

- é um sistema estruturado de posições que são ocupadas por agentes conforme o capital específico de que eles dispõem;
- a distribuição desigual do capital específico no seio do campo fornece a dinâmica das lutas entre agentes que pretendem monopolizá-lo ou redistribuí-lo, dando origens a estratégias de conservação ou de subversão (dominantes x dominados; ortodoxia x heterodoxia; antigos x modernos);
- os agentes aí inscritos são dotados de um *habitus* específico ao campo, o que os mantém “ligados” nas lutas e apostas que aí são travadas;
- ele é dotado de uma autonomia relativa, ou seja, as lutas travadas no interior do campo possuem uma lógica interna, no entanto, as lutas travadas nos outros campos (econômico, político, social) afetam as relações de força intracampo.

A teoria dos campos de Pierre Bourdieu situa-se no interior da reflexão sociológica sobre o processo histórico de separação e diferenciação das atividades sociais. De Herbert Spencer a Norbert Elias, passando por Marx, Durkheim e Weber, o tema da divisão social do trabalho ocupa uma posição central na teoria social.

A reflexão durkheimiana sobre a divisão do trabalho social inspirou sem dúvida as formulações de Pierre Bourdieu sobre a gênese e a estrutura dos campos de atividade social. A análise, empreendida por Durkheim em *A divisão do trabalho social*, do processo histórico de evolução que conduz do estado original de indistinção e de homogeneidade das sociedades tradicionais – em que o econômico, o político, o religioso, a ciência, o direito etc. ainda não

havia se separado – à separação progressiva de todas estas funções sociais, estado este característico das sociedades modernas e altamente diferenciadas, forneceu um dos esteios da teoria dos campos. Assim como o esquema explicativo acionado por Durkheim para dar conta desse processo de diferenciação do mundo social. Segundo ele, trata-se de uma questão de pura morfologia: “A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades”, ou seja, à medida que o número de indivíduos em interação aumenta, a divisão de funções e a diversificação das relações sociais também aumentam. O aumento do volume e da “densidade moral” faz surgir a questão do lugar social dos diferentes indivíduos de uma determinada formação social. Nesse quadro de “explosão demográfica”, a divisão do trabalho apresenta-se como uma solução pacífica e socialmente mais interessante do problema da “luta pela vida”:

A divisão do trabalho é portanto um produto da luta pela vida: mas trata-se de um desfecho brando. Com efeito, graças a ela, os rivais não são obrigados a eliminarem-se mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Por isso, à medida que se desenvolve ela fornece a um número cada vez maior de indivíduos, que em sociedades mais homogêneas estariam condenadas a desaparecer, os meios para se manterem e sobreviverem (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 52).

A criação de esferas separadas de atividades diversifica as possibilidades de “luta pela vida” e de reconhecimento social: “O soldado procura a glória militar, o sacerdote autoridade moral, o homem de estado o poder, o industrial a riqueza, o cientista o renome científico; cada um deles pode assim atingir o seu fim, sem impedir os outros de atingirem o seu” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 48).

O que não impede que haja luta e concorrência entre agentes que desempenham funções relativamente próximas: “Nunca o magistrado concorre com o industrial; mas o fabricante de cerveja e o produtor de vinhos, o fabricante de panos e o de sedas, o poeta e o músico esforçam-se muitas vezes por se suplantarem mutuamente” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 48-49). Algo próximo, por exemplo, à luta travada entre sociólogos e historiadores ou filósofos. Há igualmente lutas intensas entre os agentes que desempenham as mesmas

funções: “Quanto àqueles que se entregam exatamente à mesma função, não podem prosperar senão em detrimento uns dos outros” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 49).

Bourdieu inspirou-se também na sociologia das religiões de Max Weber, sobretudo no conceito de “legalidade própria” (*Eigengesetzlichkeit*) de cada uma das esferas de ação social posto em obra por Weber na “Reflexão intermediária”. Em seu comentário sobre esse ensaio de Max Weber, Antônio Flávio Pierucci mostra que é nele sobretudo que Weber desenvolve sua teoria da modernização cultural entendida como diferenciação, autonomização e institucionalização das esferas de valor.

Com o advento da modernidade e a ruptura dos laços tradicionais por uma série de fatores, inclusive no plano cultural e no da personalidade, Weber diagnostica uma importante inflexão no processo de racionalização ocidental: agora é possível conceber a esfera doméstica e a economia, a política e o direito, a vida intelectual e a ciência, a arte e a erótica, independentemente das fundamentações axiológicas religiosas. Cada esfera de valor, ao se racionalizar, se justifica por si mesma: encontra em si sua própria lógica interna – uma legalidade própria [*Eigengesetzlichkeit*] – que a leva a se institucionalizar autonomamente e a se consolidar e se reproduzir socialmente pela formação de seus próprios quadros profissionais, encarregados de garantir precisamente sua autonomia (PIERUCCI, 2003, p. 138).

Conforme a abordagem weberiana, a diferenciação das esferas de atividade leva à tomada de consciência da lógica interna de cada uma delas.

A racionalização e a sublimação conscientes das relações humanas com as diferentes esferas de posse de bens, exteriores e interiores, profanos e religiosos, obrigou o homem, segundo *leis próprias interiores* de cada uma das esferas, a se *conscientizar* das consequências de suas ações e, com isso, fez com que entrassem em tensão aquelas esferas que até então estabeleciam relações ingênuas com o mundo exterior (WEBER, 2013, p. 512-513).

Eis o esquema interpretativo da “lógica interna” e “imaneente” utilizada por Bourdieu para definir o modo de funcionamento dos campos. Coerente com o esquema durkheimiano da divisão do trabalho social e a análise weberiana da diferenciação e autonomização das esferas de valor, Bourdieu opera com um conceito de intelectual enquanto um agente de um campo dotado de autonomia relativa que, a partir da posição ocupada no campo intelectual,

intervem nas lutas políticas e sociais – sendo a atuação de Émile Zola no *affaire Dreyfus* o modelo implícito que ele tem em mente.

No entanto, como analisar as tomadas de posição nas lutas políticas e sociais de intelectuais situados em espaços provincianos que não podem contar com um campo intelectual minimamente autônomo, nem com um capital específico que legitime suas tomadas de posição nas lutas que são travadas no campo do poder local?

No caso dos intelectuais modernistas de Minas Gerais, sua trajetória social define-se pela necessidade de conciliar espaços sociais com lógicas distintas, cindidos como estavam entre a atuação ativa no projeto de modernização regional e a entrega a uma estética modernista que deles exigia uma ruptura com suas raízes regionais. A questão do “*habitus* clivado” dos intelectuais foi pouco trabalhada por Bourdieu, como veremos.

A vinculação entre “campo” e “habitus” no modelo de análise elaborado por Bourdieu confere a ele plasticidade e dinamismo. Trata-se de um espaço estruturado de posições que são ocupadas por agentes portadores das disposições (*habitus*) por elas requeridas. Aplicado ao universo da produção simbólica, o conceito de “campo” permitiria superar a oposição entre “leituras internas” e “leituras externas”: contra ambas, Bourdieu buscava, pelo emprego desse conceito, chamar a atenção para os microcosmos sociais, relativamente autônomos e regidos por uma lógica interna, nos quais os produtores de bens simbólicos estão encerrados. Na prática, isso significa que a sociologia da cultura e da arte deve evitar dois tipos de reducionismo: de um lado, as diversas modalidades de “leitura criadora” que tendem a tratar as obras de arte e de cultura como entidades autônomas, sujeitas às suas próprias leis; do outro, os diversos tipos de reducionismo sociológico que pretendem relacionar diretamente as propriedades formais das obras às propriedades sociais da fração de classe de seus autores.

A noção de campo permite superar a oposição entre leitura interna e análise externa sem perder nada das aquisições e exigências dessas duas abordagens, tradicionalmente percebidas como inconciliáveis. Conservando o que está inscrito na noção de intertextualidade, isto é, o fato de que o espaço das

obras apresenta-se a cada momento como um campo de tomadas de posição que só podem ser compreendidas relacionalmente, enquanto sistema de variações diferenciais, pode-se levantar a hipótese (confirmada pela análise empírica) de uma homologia entre o espaço das obras definidas em seu conteúdo propriamente simbólico e, em particular, em sua *forma*, e o espaço das posições no campo da produção (...); com efeito, em razão do jogo das homologias entre o campo literário e o campo do poder ou o campo social em seu conjunto, a maior parte das estratégias literárias é sobredeterminada e muitas das “escolhas” têm dois alvos, são a um só tempo estéticas e políticas, internas e externas (BOURDIEU, 1996, p. 234).

No entanto, como tem ressaltado Bernard Lahire em seus últimos trabalhos, pretendendo combater o reducionismo sociológico que postula uma relação direta entre a posição de classe do autor e as propriedades formais da sua obra, Pierre Bourdieu acaba incorrendo, por seu turno, em outra forma de reducionismo que consiste em concentrar a análise no papel de instância de mediação exercido pelo campo da produção deixando em segundo plano as propriedades disposicionais e as experiências sociais dos produtores, em suma, seu *habitus*.

Tudo se passa como se a vinculação original entre os conceitos de “campo” e “*habitus*” fosse progressivamente sendo deixada de lado em favor de uma análise centrada nas homologias entre o campo do poder e o campo da produção simbólica. Quer dizer, a posição ocupada no campo da produção “comanda” a forma e o conteúdo da obra.

Assim, as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção. Este último comanda, por meio de diferentes mediações, tanto o interesse expressivo, a forma e a força da censura que lhe é imposta, como também a competência que lhe permite satisfazer esse interesse no limite de tais constrangimentos (BOURDIEU, 2008, p. 133).

As reflexões de Bourdieu sobre os campos de produção simbólica atingiriam sua forma mais bem acabada em seu trabalho sobre a gênese e a estrutura do campo literário francês na segunda metade do século XIX com base num estudo de caso do escritor Gustave Flaubert. Trata-se, sem dúvida, de uma análise brilhante, portadora de um programa de pesquisa que tem se mostrado bastante promissor. No entanto, isso não nos deve fazer

esquecer suas limitações e seu “campo” de pertinência. A principal restrição diz respeito ao encerramento das trajetórias sociais dos produtores e da explicação de suas obras nos limites da posição ocupada no campo da produção.

Os escritores acabam reduzidos à posição – e às tomadas de posição estéticas, políticas, éticas – ocupada no campo da produção, redução tanto mais problemática no caso de um microcosmo pouco profissionalizado como é o caso do campo literário, o que obriga os escritores a assegurarem sua reprodução material em outros universos sociais, regidos por outras lógicas internas. Além disso, as suas obras são amiúde explicadas unicamente em função da posição que seus autores ocupam no campo da produção, como se se tratasse de estratégias (ainda que inconscientes) de que lançassem mão para maximizar suas chances de obter lucro material e simbólico.

A ênfase excessiva no momento de reconstrução do campo da produção levou Bourdieu a negligenciar as experiências sociais dos escritores, assim como as disposições e as competências que eles adquiriram nas diversas instâncias de socialização: na família, no percurso escolar, em sua inserção profissional fora do campo literário, nos grupos de amigos, etc. Bourdieu reduz amiúde a trajetória social dos escritores a uma série de posições ocupadas no campo literário, e sua socialização passada a algumas disposições genéricas (ascetismo, aristocratismo, modéstia, ambição, conservadorismo, vanguardismo).

Essa postura confere ao modelo do campo literário um caráter fortemente legitimista – “legitimista” no sentido em que o pesquisador adota o ponto de vista dominante sobre a criação literária, dispensando pouca atenção seja aos escritores que ocupam posições dominadas no campo da produção, seja às experiências sociais extra-artísticas dos escritores mais legítimos. Assim fazendo, o sociólogo acaba reproduzindo em seu modelo de análise uma clivagem interna ao campo, qual seja a distinção entre as obras mais “puras”, mais “legítimas”, e as obras “impuras”, “comerciais”, entre os escritores mais “puros” e “criativos”

e os escritores mais “comerciais” ou “epigonais”. No entanto, relegando a segundo plano a análise da sociogênese das disposições e competências dos escritores mais legítimos, o que implicaria reconstruir as experiências sociais extra-artísticas dos escritores mais legítimos – das experiências familiares às experiências profissionais, passando pelas experiências religiosas, políticas, etc. –, o sociólogo acaba reproduzindo o mito oitocentista do “gênio criador”, fixando-se nas disposições e competências ligadas à sua pertença ao campo de produção.

Enfim, se o modelo do campo literário foi criado enquanto uma tentativa de fundar um programa de pesquisa que superasse a oposição entre leitura interna e análise externa, a hipertrofia do seu emprego levou Bourdieu a minimizar ou negligenciar as experiências sociais e as disposições constitutivas do *habitus* dos agentes desse campo, os escritores, que não estavam diretamente relacionadas ao campo da produção. Cada vez mais, a lógica interna do campo literário, pensado como universos de especialistas funcionando como microcosmos relativamente autônomos, como espaços estruturados de relações objetivas entre posições, passou a funcionar como o único princípio explicativo levado em conta: “essas relações [objetivas entre posições] são o *verdadeiro princípio* das tomadas de posição dos diferentes produtores, da concorrência que os opõe, das alianças que estabelecem, das obras que reproduzem ou que defendem” (BOURDIEU, 1996, p. 232, grifado por mim).

Essa tomada de posição teórico-metodológica levou Bourdieu a reduzir as disposições socialmente constituídas dos escritores a suas origens sociais retraduzidas na lógica do campo; a negligenciar a sociogênese dessas disposições; a considerar estas disposições sociais sinteticamente definidas como princípio explicativo da forma e do conteúdo das obras literárias e artísticas. Dessa forma, o universo literário é representado sob a forma de um espaço hierarquizado de possibilidades estilísticas e temáticas cuja escolha pelos autores é guiada pelas suas disposições incorporadas.

Às diferentes posições no campo de produção, tais como estas podem ser definidas levando-se em conta não só o gênero praticado, a categoria nesse gênero, identificada através dos lugares de publicação (editora, revista, galeria, etc.) e dos índices de consagração, ou, simplesmente, da antiguidade de entrada no jogo, mas também os indicadores mais exteriores, como a origem social e geográfica, que se retraduzem nas posições ocupadas no interior do campo, correspondem as posições tomadas no espaço dos modos de expressão, das formas literárias e artísticas (alexandrino ou um outro metro, rima ou verso livre, soneto ou balada, etc.), dos temas e, evidentemente, de todos os tipos de índices formais mais sutis que a análise literária tradicional há muito tempo assinalou. Em outros termos, para ler adequadamente uma obra na singularidade de sua textualidade, é preciso lê-la consciente ou inconscientemente na sua intertextualidade, isto é, através do sistema de desvios pelo qual ela se situa no espaço das obras contemporâneas; mas essa leitura diacrítica é inseparável de uma apreensão estrutural do respectivo autor, que é definido, quanto às suas disposições e tomadas de posição, pelas relações objetivas que definem e determinam sua posição no espaço de produção e que determinam ou orientam as relações de concorrência que ele mantém com os demais autores e o conjunto das estratégias, sobretudo formais, que o torna um verdadeiro artista ou um verdadeiro escritor – por oposição ao artista ou ao escritor “ingênuo”, como o *douanier* Rousseau e Brisset, que, propriamente falando, não sabem o que fazem (BOURDIEU, 2004, p. 177-178).

Perdoem-me esta citação um tanto longa, mas absolutamente necessária pela limpidez cristalina com que o modelo teórico de Bourdieu é apresentado. Com efeito, nela podemos perceber que os estilos e temas são reduzidos às tomadas de posição num campo literário hierarquizado. Os problemas e apostas formais e temáticas dos escritores são explicados como estratégias (conscientes ou inconscientes) adotadas em função da posição ocupada no espaço dos modos de expressão possíveis. Confere-se, então, um primado ao contexto (as relações objetivas entre as posições no campo literário) em detrimento das disposições e do passado incorporado dos escritores.

Tudo se passa como se a teoria dos campos de Bourdieu pretendesse deduzir cada obra literária nova da posição do seu autor no espaço estruturado de posições, como se ela não fosse senão o desenvolvimento de potencialidades inscritas no campo num momento dado, possibilidades percebidas e interpretadas a partir de uma posição singular no interior do campo de produção, posição ocupada conforme o cabedal de disposições sociais com que ele aí ingressa.

Postura teórica que, por seu turno, é tributária da ruptura sistemática com o método biográfico, considerado como uma forma de psicologismo que isolaria o indivíduo e que buscaria explicar sua trajetória social enquanto o desdobramento de um destino ou de um “projeto original” nos moldes da análise sartriana de Flaubert. No entanto, o programa de pesquisa inscrito na teoria dos campos pressupõe uma abordagem até certo ponto biográfica, esta última entendida enquanto método de reconstrução da sociogênese das disposições dos escritores, daquilo que define seu *habitus*.

Disposto a romper com a “ilusão biográfica”², noção do senso comum considerada incompatível com a *démarche* sociológica, Bourdieu exclui uma abordagem que se mostra indispensável para levar a termo sua própria definição de *habitus*. Contra o Sartre de *Questões de método*, contra a leitura existencialista levada a cabo por ele a fim de reconstruir o “projeto original” de Flaubert, Bourdieu aposta todas as suas fichas no “campo literário”, na posição que Flaubert ocupava no campo literário francês da segunda metade do século XIX, terminando por reduzir Flaubert a algumas poucas propriedades definidas sinteticamente e por negligenciar os elementos mais constitutivos e estruturantes de sua experiência social, ou melhor, de suas experiências sociais sucessivas.

Tudo se passa como se o romance *L'Éducation sentimentale* de Flaubert não fosse outra coisa que a transposição literária das relações objetivas, e tensas, entre o campo do poder e o campo literário na Paris da segunda metade do século XIX, como se Flaubert não tivesse mobilizado senão suas experiências enquanto escritor, como se as experiências de socialização vividas na infância, na adolescência, no universo escolar, no seio da família, nas lutas políticas da época não tivessem nenhum papel na conformação do seu “projeto criador”. Mas Flaubert não nasceu “no campo literário”, e sim no seio de uma família burguesa, no

² No texto “A ilusão biográfica”, Bourdieu afirma que: “Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações” (BOURDIEU, 2011, p. 81).

interior da qual ocupava uma posição singular, de forma que não se pode reduzir sua experiência social àquela vivida enquanto escritor.

A esta imagem um tanto quanto formalista e abstrata do universo literário e dos escritores aí inscritos, minha hipótese, inspirada no trabalho de Lahire sobre Franz Kafka, é a de que os escritores modernistas de Minas Gerais encaravam a sua produção literária como uma maneira de lidar com um certo número de problemas que sua situação presente lhes colocava. Problemática que não pode ser reduzida a questões formais, envolvendo também uma dimensão existencial que marcou aquela geração de escritores e os levou a pesquisar a forma mais adequada para exprimir suas inquietudes existenciais.

A hipótese que procuro corroborar, através da reconstrução da trajetória social de Carlos Drummond de Andrade, é a de que as experiências sociais sucessivas dessa geração modernista de Minas funcionam como matriz formal das suas obras e das suas escolhas estéticas. Trazer para o primeiro plano da análise as inquietudes existenciais dessa geração não significa retomar o modelo do projeto criador, uma vez que os elementos constitutivos dessa inquietude não precisam estar necessariamente presentes na consciência desses escritores. Ao contrário, são essas inquietudes que *trabalham* essa geração de escritores mineiros que, ao escrever, ao transpô-las para o plano literário, em prosa e verso, esforça-se por libertar-se delas.

A este universo literário, que, a despeito de ser objeto de investimentos pessoais intensos e de lutas “de vida ou morte” entre os agentes nele inscritos, funciona como um espaço social fracamente institucionalizado e que “paga mal”, caracterizando-se praticamente, na maioria dos casos, como um empreendimento de risco, Lahire chama de “jogo literário”. Com o conceito de “jogo literário”, Lahire pretende dar conta de um universo que não possui os meios econômicos necessários para converter todos os seus participantes em agentes em

tempo integral – diferente do que ocorre em campos mais bem dotados institucional e economicamente, como é o caso do campo acadêmico.

Em função, portanto, dessa *situação específica do campo literário*, é preciso evitar sobretudo reduzir os escritores à condição de agentes permanentes do “campo literário”. A situação de *dupla vida*, o escritor alternando a prática literária com um ofício extraliterário que lhe assegura a renda necessária para se dedicar à literatura, é muito comum nesse universo tão pouco institucionalizado.

No entanto, se o universo literário é, do ponto de vista econômico, pouco profissionalizado e de remuneração incerta, ele não deixa de ser tão absorvente quanto os outros universos sociais tidos como mais sérios e recompensadores do ponto de vista financeiro. Em virtude disso,

Os escritores são amiúde levados a efetuar um vai-e-vem permanente e a dividir seu tempo entre o universo literário e o universo do seu “second métier”, sem falar das circulações entre esses dois universos e o universo conjugal ou familiar. O escritor com “second métier” constitui um bom exemplo de pertencimento múltiplo; um exemplo também particularmente interessante para refletir sobre a divisão do trabalho e de funções em uma sociedade altamente diferenciada cuja lógica não pode de forma alguma resumir-se a uma fórmula do tipo: um lugar para cada um e cada um em seu lugar (LAHIRE, 2006, p. 11, tradução minha).

Somente uma sociologia atenta às variações intraindividuais de comportamentos, à pluralidade das disposições incorporadas e à variedade de contextos de atualização dessas disposições, pode ser capaz de apreender as tensões e as estratégias dos indivíduos submetidos a essas condições de pertencimentos múltiplos.

Segundo Lahire,

os escritores vivem grandes frustrações, obrigados a deixar em estado de vigília suas disposições mais profundamente constituídas, e a lidar com uma pluralidade problemática de investimentos, seus engajamentos literários, paraliterários e extraliterários entram em concorrência e às vezes mesmo em contradição (LAHIRE, 2006, p. 11, tradução minha).

Assim, para dar conta dessa situação de “double vie”, faz-se necessário contextualizar e materializar os escritores, amiúde tratados como “criadores desencarnados”. Isso implica

examinar as condições sociais e econômicas dos escritores, suas práticas literárias e extraliterárias e as condições materiais e temporais do trabalho de escrita. Não se compreende as representações que os escritores fazem de sua própria atividade, nem as suas obras, se não levamos em conta os diferentes aspectos de sua condição literária.

Nesse ponto, é preciso reconhecer que o conceito de *campo literário*, de Pierre Bourdieu, é mais pertinente na análise dos agentes aí inscritos que dispõem de condições econômicas e sociais que lhes permitem viver a tempo pleno *para* (mas não *da*) a literatura, sendo Gustave Flaubert o modelo por excelência do escritor que vive *de* rendas e por isso pode viver integralmente *para* a literatura. Mas, que fazer então com toda uma linhagem de escritores – que inclui Balzac, Mallarmé, Kafka, Joyce, Faulkner, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, e tantos outros – que desenvolveram uma atividade literária de altíssima qualidade mesmo sem fazer da literatura sua atividade principal? Seria razoável, então, analisar, como o faz Bernard Lahire (2006) em seu livro, o conjunto de agentes do universo literário, dos mais “puros” aos mais “amadores”, a partir de suas condições reais de existência, do tempo dedicado *a* e do lugar ocupado *pela* literatura em suas vidas.

Para dar conta dessa situação de dupla vida, faz-se necessário contextualizar e materializar os escritores da primeira geração modernista de Minas, amiúde tratados na crítica literária como “criadores desencarnados”. Esse trabalho de contextualização implica examinar *as condições sociais e econômicas dos escritores, suas práticas literárias e extraliterárias e as condições materiais e temporais do trabalho de escrita*. Somente ao final desse trabalho de situá-los sociologicamente, as representações que os escritores mineiros fazem de sua própria atividade em suas obras podem tornar-se inteligíveis.

Quanto a esse aspecto, a análise de Robert Darnton sobre a boêmia literária na França do século XVIII é exemplar. Esforçando-se em fornecer o contexto social do ideário iluminista na França pré-revolucionária, ele procura distinguir os “homens de carne e osso,

que precisavam sustentar a família, satisfazer ambições, buscar prazeres” da imagem social que eles visavam construir de si mesmos e do seu grupo através dos seus escritos – autoimagem que certos autores tomam por moeda corrente.

Seus malogros e frustrações sob a velha ordem serviram de medida para sua dedicação sob a nova, e a Revolução pode ser compreendida, sob o ponto de vista destes homens, como *carreira*. Estudar carreiras, método que parece antiquado e meramente biográfico, poderia oferecer útil contrapartida ao estudo, mais abstrato, de ideias e ideologias. As origens intelectuais da Revolução e o caráter de sua política podem ser melhor compreendidos se descermos da *Encyclopédie* ao *underground*, lá onde homens como Brissot produziam jornais e panfletos, cartazes e caricaturas, canções, boatos e *libelles*. Aquelas coisas que transformavam intrigas pessoais, e rivalidades de facções, em combate ideológico pelo destino da França (DARNTON, 1987, p. 76).

Partindo, então, do conselho metodológico de Darnton, já enunciado por Marx n’A *ideologia alemã*³, e das ponderações de Christophe Charle e de Bernard Lahire, é preciso partir do terreno das condições sociais de existência dos escritores do grupo modernista mineiro, atento à dupla vida que eles levavam, em constante zigue-zague entre os campos intelectual e político, para que se compreenda o que se passa no plano das representações, imagens, identidades, presentes em seus escritos autobiográficos, memorialísticos.

Os escritores modernistas de Minas também fizeram carreira após a Revolução de 30, engajando-se nas lutas políticas e, mais especificamente, no processo de rotinização do modernismo, alçado a estética oficial. Nos anos 20, davam seus primeiros passos no universo literário belorizontino, centro cultural periférico se comparado a capitais como Rio de Janeiro ou São Paulo, por sua vez, situadas na periferia do campo intelectual e artístico transnacional.

A reconstrução da trajetória dos escritores de campos literários periféricos, ou, no meu caso, da periferia da periferia, exige que se preste atenção aos seus investimentos literários e extraliterários no espaço social belorizontino, cujo baixo grau de diferenciação social e a fraca

³ “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 2007, p. 94).

institucionalização das práticas literárias e artísticas torna problemática a aplicação do modelo bourdiano de campo. No caso do modernismo mineiro, em que a ausência de um campo literário dotado de autonomia relativa, combinada a uma conjuntura política de franca concorrência entre as frações da oligarquia, constrangiam a liberdade criativa dos escritores, levando-os a colocarem sua pluma a serviço da legitimação simbólica das pretensões dos donos do poder a que estavam ligados por laços familiares e de amizade, as observações acima mostram-se bastante pertinentes.

Nesse sentido, a situação específica dos modernistas mineiros somente pode ser apreendida se relacionarmos as representações e imagens presentes em seus escritos autobiográficos às suas condições materiais de existência e às redes de relações no interior das quais eles estavam inseridos, concedendo atenção não somente à dimensão literária de suas trajetórias mas também ao trabalho de construção institucional no qual eles estavam metidos.

2 Política e literatura na BH dos anos 1920

No presente capítulo, procuro reconstruir o jogo literário na Belo Horizonte dos anos 1920 a fim de que se possa compreender a situação social objetiva que se apresentou a Carlos Drummond de Andrade e aos demais integrantes da primeira geração modernista de Minas.

Mas, o que era Belo Horizonte nos anos 1920? De um ponto de vista sociológico, quais são os traços pertinentes a reter dessa formação social? Na seleção desses traços, procurei deslindar e analisar tudo o que da Belo Horizonte dos anos 1920 pudesse tornar inteligível a situação social na qual Drummond estava inscrito. Na reconstrução desse *contexto*, busquei ficar atento não somente ao microcosmo literário – com suas instituições, agentes e lutas –, mas também aos outros microcosmos sociais da capital mineira.

Ainda que a grandes traços, o presente capítulo almeja reconstruir o espaço social, cultural e político encontrado por Drummond e seus companheiros de geração. A reconstrução das lutas sociais, políticas e culturais visa compreender o ponto de vista particular de Drummond enquanto recém-chegado do interior buscando um lugar ao sol numa capital em muitos aspectos ainda bastante provinciana, economicamente periférica mas detentora de importantes trunfos políticos.

Construída no último decênio do século XIX para desempenhar o papel de centro de equilíbrio político de um estado que abrigava uma das oligarquias mais poderosas da República Velha, Belo Horizonte conservaria, nas primeiras décadas do século XX, função eminentemente administrativa e política, afinal era a sede do poder público estadual, mas sem ter a mesma importância do ponto de vista econômico – coisa que só iria acontecer no final dos anos 40, com a expansão da indústria metalúrgica.

Mas, o significado político dessa nova capital em construção, “com seu aspecto meio rural e meio de acampamento”, residia no fato de ser a sede de uma oligarquia que contava com a maior bancada no Congresso Federal e com o maior eleitorado do país, trunfo político que tornava-a o centro das atenções dos políticos dos outros estados: “Nabuco, Rui, Pinheiro Machado, não desdenhavam de vir à Meca sertaneja, para agradar aos mineiros. O destaque na capital de Minas preparava, a quem o desfrutasse, boa posição no país” (MELO FRANCO, 1961, p. 22).

A construção de uma nova capital no centro geográfico do estado fazia parte do projeto de pacificação e unificação política das diversas frações oligárquicas de Minas Gerais. Como mostrou Helena Bomeny, Belo Horizonte nasce com a missão de unificar política e culturalmente uma região extremamente diversificada e dividida, missão intimamente ligada ao projeto de afirmação política das classes dirigentes do estado no campo do poder político federal como “fiel da balança” – para usar a formulação feliz de John Wirth – nas questões de interesse nacional.

A nova cidade integraria no projeto as muitas minas e os sinuosos gerais. Tal projeto não só encontraria ressonância no nível das necessidades políticas e culturais da região, mas iria ao encontro de uma ambição mais geral, de nível nacional, que dava corpo a um “sonho de razão” maior, o de criar a República, e com ela, as tão almejadas integração e identidade nacionais. Tanto o projeto de integrar Minas pela criação da nova Capital, quanto o de criar o que seria a identidade mineira encontrariam guarida num momento extremamente propício à sua eclosão. É assim que ganha corpo o imaginário coletivo que se começa a construir (BOMENY, 1994, p. 43-44).

Levando-se em conta que, como já salientou Pierre Bourdieu (2009, p. 107-132), a construção de uma identidade regional envolve todo um discurso *performativo* que, através da produção de representações mentais e de criação de símbolos e de um panteão regionais, visa inventar, no sentido de Eric Hobsbawm (1984), uma nova entidade política, cultural e geográfica que luta pelo seu reconhecimento e seu papel político e cultural, o que, grosso modo, os estudiosos da mineiridade (ARRUDA, 1990; BOMENY, 1994; DULCI, 1999) destacaram, cada um à sua maneira, é que, num momento marcado pela concorrência entre as

oligarquias estaduais, a dimensão política e cultural do regionalismo mineiro, ligando a formação histórica de Minas à da nação, assegurou às classes dirigentes mineiras um papel decisivo na política nacional, legitimando a vocação histórica, ou mesmo, a predestinação dos políticos mineiros de serem os porta-vozes da nação mesmo quando falam em nome de sua região de origem.

A criação de um novo centro político fazia parte do “discurso *performativo*” da oligarquia mineira, dando uma demonstração de força e simbolizando seu projeto de afirmação política no cenário federal. A dimensão estratégica de Belo Horizonte já foi notada por Otávio Dulci que mostrou como a questão da mudança da capital mobilizou as classes dirigentes mineiras:

Sob o ponto de vista estratégico, a questão da mudança da capital apresenta duplo interesse. Em primeiro lugar, foi um projeto decidido e executado na órbita estatal – por razões de Estado, dir-se-ia. Iniciativa eminentemente política, que procurava modernizar de cima para baixo, representou ao mesmo tempo uma experiência relativamente ousada (para os padrões da região e da época) de planejamento público. (...) Em segundo lugar, o projeto estava claramente associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro”. E, além disso, esperava-se que a iniciativa da mudança contribuísse para colocar Minas Gerais na trilha do progresso (DULCI, 2005, p. 117).

A nova capital mineira foi criada, portanto, por razões de Estado, com a missão de promover a integração política e cultural e colocar Minas Gerais na trilha do progresso. A escolha do antigo arraial do Curral del Rei para abrigar a nova sede do governo foi resultado de uma complexa manobra política já analisada por Otávio Dulci e Helena Bomeny.

Os políticos da Zona da Mata e do Sul de Minas, representando o setor agroexportador, planejavam transferir a capital para Juiz de Fora, a “Manchester mineira”, mas foram derrotados por dois representantes da velha zona mineradora, Afonso Pena e João Pinheiro, portadores de um projeto de modernização regional ancorado na diversificação da produção, projeto que ia de encontro aos interesses do setor exportador. Como disse José Murilo de Carvalho,

João Pinheiro representava uma ponte entre a Minas do ouro e a do ferro. Em sua visão, a nova capital deveria representar antes a renovação econômica do que a consolidação do domínio rural. Ao aderir à ideia da mudança da capital, a Minas da terra anulou Ouro Preto, mas acabou contribuindo para introduzir um cavalo de Tróia moderno dentro de seu reino conservador (CARVALHO, 2005, p. 64).

Encarnação exemplar do político ilustrado mineiro, João Pinheiro via no binômio trabalho-educação a solução para a crise econômica em que Minas estava mergulhada. À frente do governo mineiro entre 1906 e 1908, quando morre prematuramente, João Pinheiro realizou uma reforma do ensino primário e normal com ênfase no aprimoramento técnico e profissional voltada para a qualificação da mão-de-obra de uma região que, ao contrário do que ocorreu em São Paulo, não investiu na imigração estrangeira. A modernização do ensino seria retomada nos anos 1920 e, ao lado da criação de uma universidade, transformaria Belo Horizonte em centro intelectual da região (BOMENY, 1994).

Em 1906, o recém-empossado governador de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, incumbiu seu secretário do Interior – a pasta que, durante a República Velha, respondia pela instrução pública – de organizar uma ampla reforma do ensino primário e normal. João Pinheiro apostava na estratégia de modernização e diversificação da produção agrícola como caminho para a recuperação econômica de Minas. Um dos eixos do programa econômico de João Pinheiro era o da reforma do ensino, com especial atenção ao ensino técnico e profissional.

Embalado por aquilo que Antonio Candido (2011, p. 176) chamou de “ideologia *ilustrada*”, segundo a qual ao saber caberia a missão redentora de superar o atraso, João Pinheiro, “modernista *avant la lettre*” segundo Helena Bomeny, conferia ao Estado “uma missão pedagógica, de educar a população para o progresso”, conforme apontou Otávio Dulci (1999, p. 51):

Para isso era preciso inverter prioridades. Em consequência, dedicou-se a um esforço simultâneo de expandir o ensino primário e de criar estabelecimentos de aprendizagem agrícola – fazendas-modelo e campos de experiência e demonstração – que se somavam ao serviço de instrutores ambulantes na

divulgação de novas técnicas e no uso da mecanização. Os sucessores de Pinheiro prosseguiram na mesma trilha, que foi institucionalizada em 1911 com o Regulamento Geral do Ensino Agrícola (DULCI, 1999, p. 51).

Guiada por um ideal de cultura de raízes iluministas, a modernização pedagógica, nas palavras do secretário do Interior de João Pinheiro, Manoel Thomaz de Carvalho Britto, destinava-se a “preparar as crianças para uma situação mais suave e mais nobre na vida”, oferecendo aos “operários não somente uma fonte de luz e alegria, mas uma fonte de proveitos pecuniários” (FARIA FILHO & VAGO, 2000, p. 40).

Instruir, educar e preparar para uma profissão – tal deveria ser o programa do ensino primário pensado por João Pinheiro e Carvalho Britto. Delfim Moreira, secretário do Interior em 1911, condensou o projeto pedagógico da fração ilustrada da oligarquia mineira na seguinte fórmula: “Fazer do povo mineiro um povo culto, organizado e disciplinado pela cultura intelectual e educação cívica” (*apud* FARIA FILHO & VAGO, 2000, p. 43).

A reforma do ensino planejada no governo de João Pinheiro introduziu em Minas os grupos escolares e a Escola Normal da Capital, como ressalta Cynthia Greive Veiga:

Lembremos que as modificações produzidas durante sua gestão alteraram significativamente a mentalidade da organização escolar mineira, no que se relaciona a espaço, tempo e conteúdos escolares. Ressalta-se a organização dos horários, a construção de belos exemplares de prédios escolares, como monumentos ao saber, a divulgação de metodologias de ensino baseadas no método intuitivo e não apenas na memorização de conteúdos, e a ideia de um ensino agradável. (...) A Escola Normal da Capital foi o ponto alto da reforma de João Pinheiro... (VEIGA, 2000, p. 52).

Enfim, a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte estava inscrita no projeto de modernização regional vislumbrado pelas classes dirigentes mineiras como maneira de escapar da situação de atraso em face de outros estados, sobretudo dos vizinhos paulistas e de sua pujante economia. A implantação de um novo centro político traduzia a aposta dos políticos mineiros no Estado, com seus aparelhos e sua burocracia, como espaço de coordenação da economia regional e de aglutinação dos interesses das frações da oligarquia espalhadas pelo “mosaico mineiro” (DULCI, 1999, p.38-41).

2.1 Minas Gerais, o fiel da balança

Ó P.R.M.,
 onde estás, que não vejo, mas te sinto
 circular pelas veias da cidade?
 (...)
 Teu espírito invisível e concreto
 paira sobre os crepúsculos magníficos
 da Capital e nos guia, nos adverte, nos fulmina.
 (ANDRADE, *Boitempo: esquecer para lembrar*)

A primazia dos fatores políticos na criação e no destino de Belo Horizonte pode ser percebida no próprio traçado urbano. O lugar escolhido, o arraial do Curral Del Rei, foi praticamente todo destruído para dar lugar à nova cidade. Assim, em lugar da arquitetura colonial, os engenheiros da Comissão Construtora foram buscar na Paris de Hausmann, e no traçado ortogonal projetado por Pierre Charles L'Enfant para Washington, a inspiração urbanística a ser adotada na edificação da nova Capital (OZÓRIO, 1981, p. 197).

A nova capital era, aos olhos do historiador João Camilo de Oliveira Torres, uma “cidade cartesiana”, traçada a régua e compasso, ideologicamente alicerçada no complexo de valores da geração republicana e positivista *fin-de-siècle*, que apostava na educação como caminho para o progresso, cidade destinada a ser o oposto da “barroca, pascaliana e curvilínea Ouro Preto”, a antiga capital, com suas igrejas e tradições recendendo à monarquia e ao período colonial (OLIVEIRA TORRES *apud* ANDRADE, 2004, p. 75-76).

Seu traçado urbano rompia com a tradição arquitetônica e urbanística colonial, em que os poderes público e privado acotovelavam-se em torno da praça das igrejas e dos mercados municipais, tornando visível a aliança dos poderes secular e religioso, conforme apontou Myriam Ávila. Em Belo Horizonte,

a disposição das praças obedece a uma concepção secular do poder, sendo a praça principal presidida pelo Palácio do Governo e as demais organizadas como satélites a partir dela. Não mais espaços de dispersão dos fiéis, mas de conagração cívica. Não mais sob as vistas da igreja, mas rodeadas por altaneiros prédios administrativos e pontuadas por monumentos a

personalidades políticas ou alegorias patrióticas, como a República (ÁVILA, 2008, p. 15).

Ainda que a Igreja Católica continuasse a ser uma aliada poderosa do poder secular, o traçado urbano da nova capital destacava a imponente dos prédios administrativos do poder estadual, laico e republicano. O poder estadual, encarnado no Partido Republicano Mineiro (PRM) – “fora do PRM, não há salvação” era um adágio muito popular ao longo da República Velha – tornava-se o fiador universal das velhas famílias governamentais de Minas, todas elas aninhadas em seu interior.

Deslocada de suas origens interioranas, a população que emigra para Belo Horizonte, cidade de desenraizados, tem de proceder a uma reacomodação de hábitos e de valores em um espaço organizado de forma bem diferente das cidadezinhas coloniais, cujo centro era representado pela matriz e sua praça (ÁVILA, 2008, p. 37).

No tabuleiro de xadrez formado pelo traçado ortogonal das ruas e avenidas de Belo Horizonte, os representantes dos velhos troncos mineiros se posicionavam de acordo com o cacife de cada um – quantidade de votos que controlava e prestígio político.

Segundo Celina Borges Lemos, a oligarquia perremista imprimiu ao traçado urbano e ao estilo das edificações o seu padrão de gosto: o ecletismo arquitetônico então em voga ajustou-se como uma luva ao propósito de materializar a aposta dos mineiros no progresso induzido pela via estatal (LEMOS, 1998, p. 90).

O complexo administrativo formado pelo palácio do governo estadual e suas secretarias destacava-se na paisagem urbana, conferindo ao governo estadual, segundo Pedro Nava, outro companheiro de geração de Carlos, “uma impressão de solidez babilônica. Seu símbolo era o Palácio da Liberdade, todo de pedra e parecendo uma esfinge agachada no fundo da praça. Dali saíam o prêmio e o castigo” (NAVA, 2012, p. 356).

A proeminência atribuída ao aparelho estatal e àqueles que o faziam funcionar manifestou-se no próprio traçado urbano, dividido em zona urbana, zona suburbana e zona rural, sendo a primeira destinada às instâncias da administração estadual e aos seus

funcionários mais graduados, ao passo que a zona suburbana e a zona rural abrigariam os operários, imigrantes e os funcionários de baixo escalão.

Porque as castas da Cidade de Minas tinham sido demarcadas duramente! pelo número de janelas das fachadas das casas dos funcionários. Dos intocáveis dos pardieiros A, aos desembargadores dos palacetes F de inumeráveis janelas. Sem mistura, cada um no seu lugar, lé com lé e cré com cré. E tendo a cota de ar e sol que lhe cabia por uma janela, duas janelas, três, quatro, cinco janelas. Janelas, janelas, janelas... (NAVA, 2012, p. 152).

O importante a destacar, como já o fizeram Fernando Correia Dias (1971, 2007), Otávio Dulci (1999, 2005), Helena Bomeny (1994), Maria Arminda do Nascimento Arruda (1990, 2001), é que, em suas décadas iniciais, Belo Horizonte teve sua história condicionada à sua função de centro político e intelectual de Minas Gerais. Ela se aproximava daquilo que, pensando no Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho chamou de “cidades ortogenéticas”, ou seja, cidades que já nasceram com função política e administrativa, cuja função econômica limitava-se ao comércio: “não eram cidades de produtores, mas de consumidores” (CARVALHO, 1988, p. 14).

Criada inicialmente para cumprir uma função predominantemente política – ser o centro de equilíbrio de um estado todo trabalhado internamente por clivagens e disputas intraoligárquicas –, Belo Horizonte permaneceu uma “cidade ortogenética” ao longo de suas primeiras décadas de existência. A partir dos anos 1940, além de centro universitário importante, ela passaria a desempenhar a função de centro econômico regional, sobrepujando Juiz de Fora, e esta dimensão ortogenética já não seria aplicável.

A história de Minas Gerais ao longo da República Velha pode ser resumida, grosso modo, à série de manobras políticas encetadas por suas classes dirigentes para promover a integração política do estado e, com isso, assegurar sua recuperação econômica. Ao contrário de São Paulo, Minas não se distinguia pelo seu poder econômico, mas pelo seu peso político, que lhe assegurava desempenhar o papel de “fiel da balança” nos momentos decisivos da

política nacional, o que lhe conferia “posição privilegiada para pedir favores ao governo federal em troca de apoio político” (WIRTH, 1982, p. 232).

De fato, com a Proclamação da República (1889) e a federalização do poder instituída pelo novo regime, Minas Gerais adquiriu autonomia administrativa e um peso político considerável, uma vez que possuía a maior bancada na Câmara Federal e o maior eleitorado do país. Ao mesmo tempo, tal conjuntura acirrou ainda mais as clivagens internas entre as facções oligárquicas que disputavam o controle do Estado. No final do século XIX, os políticos mineiros estavam empenhados em unificar o seu recém-criado estado e, assim, habilitá-lo a desempenhar um papel decisivo na arena política nacional.

Esse processo de conciliação das frações oligárquicas se traduziu na formação do Partido Republicano Mineiro (PRM), na codificação da simbologia regional da “mineiridade” e na transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte (DULCI, 1999; WIRTH, 1982; BOMENY, 1994).

De modo diferente do que se deu com sua congênere paulista, a oligarquia rural de perfil agroexportador da Mata e do Sul de Minas não tinha cacife econômico ou político para, sozinha, impor seus interesses aos das oligarquias das demais regiões do “mosaico mineiro”. É verdade que o setor agroexportador representava o polo mais dinâmico da economia regional – ao longo da República Velha, o café continuou liderando a pauta de exportações –, no entanto, a combinação de deficiências estruturais (baixa qualidade do solo; atraso tecnológico; alto custo do transporte do café até os portos de embarque) e de uma conjuntura desfavorável (combinação perversa de baixa do preço do café e valorização da moeda; elevação do imposto de exportação; crise de abastecimento provocada pelo surto cafeeiro) na virada do século XIX para o XX atingiu em cheio o setor exportador, provocando a reconversão da economia mineira de um sistema estruturado em torno da grande propriedade e da monocultura para outro organizado em pequenas propriedades de cultura diversificada

orientadas para o abastecimento de mercados locais e de outras regiões (MARTINS FILHO, 2009, p. 20-24).

No início do século XX, ao lado do café, já se começa a notar o crescimento dos rebanhos, uma incipiente indústria leiteira, a diversificação da agricultura. Esta reconversão da economia das regiões cafeeiras de Minas explica, segundo Amílcar Martins Filho, o papel secundário que o setor exportador desempenhou do ponto de vista político:

À medida que a estrutura de produção do café fragmentou-se em um grande número de pequenas unidades produtivas, diminuía, cada vez mais, o poder político dos cafeicultores. Na ausência dos ricos e poderoso *barões do café* do século XIX e com a expansão do número de pequenos fazendeiros, relativamente pobres, diminuiu a capacidade do setor cafeeiro de influir nas decisões da elite política (MARTINS FILHO, 2009, p. 136).

Além disso, como mostrou Peter Blasenheim, os cafeicultores mineiros permaneceram escravocratas até às vésperas da Abolição, valendo-se da mão-de-obra escrava, cujo maior contingente estava em Minas. Em virtude desse fluxo intrarregional de escravos, a introdução do trabalhador livre foi adiada até tornar-se inevitável, ocorrendo de maneira muito mais lenta quando comparada à São Paulo e ao Rio. Ao passo que os fazendeiros paulistas e fluminenses estavam às voltas com o problema da substituição da mão-de-obra, os fazendeiros da Mata, interessados em obter lucros a curto prazo, investiam todos os seus recursos na expansão da rede ferroviária, indiferentes ao problema da mão-de-obra e pouco preocupados com questões ecológicas ligadas a esgotamento do solo, enchentes etc. Outro traço que os distingue dos cafeicultores paulistas diz respeito ao fato de que não houve em Minas investimento sério na imigração estrangeira, resolvendo-se o problema da mão-de-obra através do emprego do trabalhador livre das regiões decadentes do estado pelo sistema de parceria e meação. Enfim, apesar de figurar como o segundo estado produtor de café, o setor exportador mineiro não teve o mesmo desempenho do seu congênere paulista, nem funcionou como ponta de lança da industrialização e da formação de um mercado de bens simbólicos, como ocorreu em São Paulo (BLASENHEIM, 1982).

Assim, mesmo que o setor exportador continuasse, pelo menos até os anos 1940 quando Minas deu os primeiros passos para a implantação de um parque industrial, a desempenhar papel central na economia mineira, as elites políticas e econômicas do estado não se mostraram capazes de “fazer do ciclo cafeeiro passaporte para a modernização econômica ou para o processo de industrialização, a exemplo do que ocorreu em São Paulo” (BOMENY, 1994, p. 34).

Se é verdade que, como sustenta Afonso Arinos de Melo Franco, na biografia de seu pai, Afrânio de Melo Franco, “a Minas republicana (...) foi governada pelo café da Mata e do Sul”, regiões fortalecidas pelo seu peso econômico e demográfico que procuravam “arrebatar o poder político das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração”. (MELO FRANCO, 1955, p. 230), é preciso ter em mente que, ao longo das primeiras décadas do século XX, a economia mineira não baseou-se no modelo primário-exportador (monocultura-grande propriedade).

Ainda que os impostos gerados pela exportação do café representassem o grosso da renda estadual, os fazendeiros e cafeicultores das regiões economicamente mais dinâmicas eram subrepresentados do ponto de vista político. Em sua biografia coletiva da elite política mineira, Martins Filho mostrou que, “contrastando fortemente com a elite política paulista, que já foi descrita como ‘comitê executivo da classe dominante’, na elite política mineira os fazendeiros não só eram minoria como também detinham menos poder do que outros grupos que faziam parte dela” (MARTINS FILHO, 2009, p. 175-176).

No entanto, como Otávio Dulci já chamou a atenção, o problema do levantamento prosopográfico de Martins Filho é o de ater-se, em muitos casos, à profissão “oficial” dos integrantes das classes dirigentes mineiras, sem atentar para os seus vínculos com a esfera econômica. Tratando-se de uma formação social pouco diferenciada, as “carreiras múltiplas” eram muito comuns. As conexões entre a oligarquia rural e o governo estadual davam-se

através das associações de classe – como a Sociedade Mineira de Agricultura – e o Legislativo estadual, em que sempre teve assento um número considerável de representantes orgânicos da grande propriedade rural.

Analisando a composição da diretoria da Sociedade Mineira de Agricultura, entidade privada que atuava em estreita colaboração com o governo estadual durante a República Velha, Dulci destacou a convergência que se dava entre o governo estadual e as elites rurais: nela tiveram assento indivíduos como Fidelis Reis, agrônomo graduado na Sorbonne, com larga atuação na administração estadual e federal e também na sociedade civil. Sem contar que Francisco Sales e Bernardo Monteiro, os dois principais manda-chuvas do PRM, também presidiram esta Sociedade (DULCI, 1999, p. 108-121).

Segundo Dulci, nem o setor agroexportador nem qualquer outro setor produtivo “era hegemônico na diversificada economia mineira”, gerando um contexto favorável a que o Estado assumisse um protagonismo e se apresentasse como espaço de canalização e de organização dos interesses socioeconômicos das frações oligárquicas do “mosaico mineiro” (DULCI, 1999, p. 113).

Assim, visto que, sem o apoio dos políticos das zonas decadentes ou estagnadas do Estado, os cafeicultores e criadores de gado mineiros não poderiam contar com o socorro financeiro do governo federal para enfrentar as crises cíclicas do mercado mundial e para implantar a infra-estrutura necessária para o escoamento da produção, e sem a receita estadual gerada pelo café os políticos das regiões estagnadas economicamente, preocupados com a “perda de substância” da região, não poderiam colocar em curso seu plano de recuperação econômica, a esfera estatal emergiu como espaço de coordenação desse intrincado jogo de interesses e de rivalidades intraoligárquicas.

Não havendo, como não havia em Minas, o predomínio claro de um setor produtivo sobre os demais, isso se refletiria na orientação estatal e, mais ainda, na própria configuração do Estado como organização. (...) Quanto mais Estado, maior a burocracia, e é neste ponto que entra no argumento a

dimensão clientelística, como resultado provável da expansão do aparelho estatal. O emprego público e o acesso particularista aos recursos governamentais adquirem relevo como fontes de apropriação do excedente, *ao lado* – e não no lugar – de outras fontes que correspondem aos diversos segmentos da economia privada: a agricultura de exportação, a agricultura para o mercado interno, a pecuária, a agroindústria, a indústria manufatureira, a mineração, o comércio, o sistema bancário (DULCI, 1999, p. 113).

Em resumo, o papel central desempenhado pela esfera estatal em Minas Gerais resultou da diversidade de interesses a acomodar. A República Velha em Minas representou o momento inicial do processo de expansão da máquina estadual, momento marcado pelo compromisso coronelista estudado por Victor Nunes Leal, em que o Estado dependia do poder privado dos chefes políticos do interior, que apoiavam “incondicionalmente” o governo em troca de recursos e de nomeações.

Nessa fase, a expansão da máquina estadual foi obtida à custa de práticas clientelistas e patrimonialistas, tais como descritas por Martins Filho. As dissidências eram neutralizadas através da cooptação e do apadrinhamento político, impedindo a institucionalização dos focos de oposição que surgiam.

Segundo Martins Filho,

a marca distintiva do patrimonialismo em Minas foi o *empreguismo*, praticado em tal escala pelo governo a ponto de caracterizar o estado, durante a Primeira República, como representação praticamente perfeita do conceito de *estado cartorial*, proposto por Hélio Jaguaribe. O governo não parava de contratar mais funcionários (...) inchando a máquina estatal com indivíduos da classe média urbana (MARTINS FILHO, 2009, p. 210).

Boa parte do sucesso do sistema de dominação montado no final do século XIX e nos anos iniciais do século XX deveu-se à capacidade do PRM de acomodar na máquina estadual não somente os herdeiros empobrecidos das famílias governamentais de Minas como também boa parte da classe média urbana emergente na capital mineira. A burocracia estadual, durante a República Velha em Minas, tornou-se o guarda-chuva dos velhos troncos mineiros arruinados. Valendo-se de práticas clientelistas, os figurões do PRM distribuíam nomeações, empréstimos e outros favores, esperando em troca lealdade política.

Segundo José Murilo de Carvalho:

Durante toda a Primeira República, a política do estado permaneceu solidamente sob o controle do PRM. A máquina do partido foi a mais eficiente em todo o Brasil em manter o equilíbrio entre os grupos oligárquicos. Nem mesmo o Partido Republicano Paulista conseguiu feito igual, muito menos o Partido Republicano Riograndense. O primeiro sofreu a dissidência do Partido Democrata, o segundo iniciou e terminou seu domínio com guerras civis. Parte do segredo do PRM teve a ver com sua capacidade de absorver descontentes e de incorporar, no grupo hegemônico de base agrária, setores burocráticos e lideranças intelectuais (CARVALHO, 2005, p. 63).

Nesse período, conforme Amílcar Martins Filho, popularizou-se o ditado “fora do PRM, não há salvação”, o qual dá uma ideia de quão fechado era o jogo político em Minas, jogo dominado por um grupo restrito de famílias – cerca de 30, segundo Cid Rebelo Horta.

Se o Estado em Minas, durante a República Velha, conservou sua feição oligárquica, em parte devido à capacidade do PRM de neutralizar os focos emergentes de oposição através da cooptação e do clientelismo, isto deveu-se também à reconversão de uma parte da própria oligarquia que, buscando encampar o processo de modernização e de mudança social, passa a fornecer quadros para o empresariado e a tecnoburocracia emergentes nos anos 1930 e 1940.

Na modernização à mineira, a oligarquia se metamorfoseia em elite empresarial e tecnocrática, assegurando sua reprodução no decorrer do processo de mudança social. Esta nova elite de perfil técnico descende de velhos troncos mineiros, das famílias governamentais de Minas estudadas por Cid Rebelo Horta. Uma parte do sucesso da estratégia de reprodução dos velhos troncos mineiros residiu em sua capacidade de cooptar, via casamento, *outsiders* talentosos como Amaro Lanari, Euvaldo Lodi e Américo René Giannetti, descendentes de imigrantes cooptados pelas classes dirigentes tradicionais (DULCI, 1999, p. 165).

A década de 1920, em Minas, representou, a meu ver, um momento de transição, em que a oligarquia tradicional, representando a “Minas rural”, passou a ceder espaço, como estratégia de conservação, a políticos e intelectuais modernizantes. A ascensão política de Artur Bernardes e de Raul Soares, na primeira metade dos anos 1920, e de Antônio Carlos

Ribeiro de Andrada, na segunda metade daquela década, abriu uma brecha para que uma fração ilustrada da própria oligarquia, Francisco Campos, Mário Casassanta, Gustavo Capanema, Gabriel Passos, começasse a colocar em prática seu projeto de modernização pelo alto.

Nas duas primeiras décadas do século XX, com poucas exceções (penso no governo de Afonso Pena e de João Pinheiro), a balança do poder em Minas pendeu para o lado da Minas rural, cabendo aos “políticos ilustrados” um papel secundário. Uma boa descrição do funcionamento da máquina perremística é aquela fornecida pelo historiador João Camilo de Oliveira Torres:

A estrutura do sistema era simples: o Partido [PRM, Partido Republicano Mineiro], com uma comissão executiva, cognominada “Tarasca”, reunia os grandes líderes regionais. O Presidente do Estado era o chefe da grei – ele que determinava o que se devia fazer. Mas, naturalmente, escutava os grandes eleitores, os homens de maior prestígio. (...) Na distribuição de lugares nas chapas, o critério era dos mais inteligentes – dando a lei eleitoral cinco deputados por distrito, adotava-se a seguinte orientação: alguns candidatos, pessoas da terra, de confiança dos chefes locais, representavam os interesses regionais – outros, indicados pelo governo, homens de talento e cultura, mas sem prestígio [ou seja, sem eleitores], compunham as chapas. (...) Na Câmara, os intelectuais faziam discursos, redigiam pareceres, integravam comissões: os outros votavam ‘conservando-se como estavam’, e mantendo, disciplinadamente, a liderança de Minas. Os jornalistas adversários aplicavam à bancada mineira o epíteto de ‘carneirada’. Uma qualidade possuíam estes deputados de segundo plano: não faziam discursos; isto ficava para os Carlos Peixoto, para os Calógeras, para os David Campista, para os Melo Franco, para os Gastão da Cunha. Eles – ‘conservavam-se como estavam’, obedientes ao aceno dos líderes (OLIVEIRA TORRES, 1965, p. 106-107).

Os políticos citados faziam parte do chamado “Jardim de Infância”, grupo liderado por João Pinheiro e que gravitava em torno de Afonso Pena, político de Santa Bárbara, na região mineradora que ocupava então o cargo de Presidente da República. Esta divisão do trabalho de dominação era fonte constante de tensões entre a ala ilustrada dos políticos mineiros, que se consideravam herdeiros diretos dos iluministas do setecentos mineiro, e os “políticos profissionais” que representavam os interesses dos coronéis do interior, tratados como recém-chegados ao jogo político.

Na biografia do seu pai, Afonso Arinos de Melo Franco menciona um brocardo que costumava ouvir de seu avô materno, João Cesário de Faria Alvim, primeiro presidente da Minas republicana: “Cuidado! Minas não gosta das aves de vôo longo; prefere os bacuraus de vôo curto” (MELO FRANCO, 1955, p. 189). Os “bacuraus de vôo curto” eram os políticos da Zona da Mata e do Sul de Minas, novos centros da economia estadual baseada na agricultura e na pecuária – políticos vistos pelos Alvim e pelos Melo Franco como recém-chegados, provenientes de uma “nova Minas”, “que abriam as asas nos cafezais e iam, metodicamente, da Câmara municipal à estadual, daí às secretarias de governo ou à Câmara federal, e desta ao Senado e aos Ministérios, ao Palácio da Liberdade, quando não ao do Catete” (MELO FRANCO, 1955, p. 189).

No início dos anos 1920, porém, nos governos estaduais de Artur Bernardes (1918-1922) e de Raul Soares de Moura (1922-1924), a luta desfechada por estes dois políticos da Mata aos coronéis do interior abriu espaço para a fração ilustrada, atraindo para o PRM tanto os “exilados de João Pinheiro” como estrelas em ascensão como Francisco Campos, um professor da faculdade de Direito de Belo Horizonte, que nas décadas seguintes se converteria num intelectual a serviço de regimes autoritários, elaborando a Constituição de 1937 e a Ato Institucional nº 1 de 1964 (WIRTH, 1982, p. 165-166).

O processo de modernização do ensino, iniciado no governo João Pinheiro e retomado no governo de Antônio Carlos, forneceu as condições sociais para a emergência de uma elite intelectual especializada no planejamento e na implementação de políticas educacionais.

Na década de 1920, a *ideologia ilustrada* foi retomada, conforme assinalou Fernando Correia Dias: a geração de políticos ilustrados e intelectuais modernistas de Minas “pensava numa ilustração sem aspas, isto é, numa espécie de Iluminismo redivivo” (DIAS, 1997, p.

152). Mas, um Iluminismo de viés autoritário, em que o Estado assumia um papel muito mais ativo e intervencionista do que no programa liberal de João Pinheiro.

O processo de modernização em Minas, como mostrou Otávio Dulci, acabou sendo encampado pelas elites tradicionais – as famílias governamentais que, segundo Cid Rebelo Horta (1956, p. 59), faziam o jogo de cena político desde o período colonial – que, “para sobreviver, tiveram que se envolver no empreendimento da modernização. Mas este não se faria sem elas ou contra elas” (DULCI, 1999, p. 146-147).

A singularidade da modernização à mineira reside, portanto, no fato de que não resultou na substituição das elites, mas na justaposição das novas elites de perfil técnico e gerencial às elites tradicionais de base rural, passando do monopólio das famílias governamentais de Minas a uma estrutura oligopólica mais complexa em que elites tradicionais e modernizantes revezam-se no poder (DULCI, 1999, p. 165).

O governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ilustra bem o tipo de modernização ocorrido em Minas. Sua administração, como mostrou John Wirth, demonstrou certa abertura à modernização das instituições, sem mexer, contudo, nas vigas mestras do sistema de dominação do PRM:

Quando os estudantes de direito tornaram-se uma força na política da cidade de Belo Horizonte, satisfez suas demandas de reforma com a instituição do voto secreto, sabendo que as eleições ainda seriam dirigidas pelos coronéis amigos. Restabeleceu a instrução religiosa nas escolas públicas de uma forma aceita pela maioria da população mineira; arrebanhou, ao mesmo tempo, numerosos votos católicos (WIRTH, 1982, p. 167).

Tratou-se de um programa de modernização conservadora, tão bem ilustrado pela frase atribuída a Antônio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo a faça” (PEREIRA, 1998, p. 338-340).

Como Anamaria Casasanta Peixoto já mostrou, a reforma educacional planejada por Francisco Campos e executada por Mário Casasanta era a pedra de toque do programa de modernização conservadora de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, constituindo um marco

da mudança do papel do Estado no que diz respeito ao trabalho de inculcação ideológica e de socialização escolar, guinada de perfil gerencial e tecnocrático (PEIXOTO, 1983, p. 172).

Como já assinalou Maria Helena de Oliveira Prates, as reformas pedagógicas planejadas e executadas na segunda metade dos anos 1920 em Minas Gerais “levaram Minas a desempenhar, por muitos e muitos anos, o papel de modelo educacional no que diz respeito à organização da escola primária” (PRATES, 2000, p. 68):

Criada em 1929 e extinta em 1946, a Escola de Aperfeiçoamento atuou na formação da liderança educacional do Estado. A ela competia o papel de formação de uma elite pedagógica cientificamente preparada segundo o conhecimento educacional de então, uma elite tecnicamente aprimorada nos moldes mais sofisticados do conhecimento educacional disponível naquele momento, elite essa que seria colocada nos postos-chaves da estrutura do ensino primário mineiro (PRATES, 2000, p. 68).

Ao iniciar sua administração em setembro de 1926, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada deu carta branca ao seu secretário do Interior, Francisco Campos, para planejar e implementar uma ampla reforma da instrução primária e normal. Em maio de 1927, como resultado das *démarches* do secretário do Interior, a capital mineira sediou o Primeiro Congresso de Instrução Primária de Minas, balão de ensaio da reforma pedagógica planejada por Francisco Campos e executada por Mário Casassanta. Inspirando-se nos valores e ideais da Escola Nova, Francisco Campos, além de ampliar consideravelmente o número de grupos escolares do Estado e de reformar o ensino primário, investiu na formação do professorado.

Em 1927, ele enviou um grupo de cinco professoras mineiras para estudo na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, a mais importante universidade americana voltada para o movimento da Escola Nova, onde lecionavam intelectuais do nível de John Dewey. Em 1928, Francisco Campos reformou o Ensino Normal e enviou à Europa seu irmão, Alberto Álvares da Silva Campos, com a incumbência de congregar e de lá trazer, para lecionar em Minas por certo tempo, um grupo de pesquisadores que faziam parte da vanguarda pedagógica da época. Em fevereiro de 1929, após o retorno das professoras que haviam ido estudar em Columbia e com a chegada dos integrantes da “comissão europeia”, Francisco Campos criou um Curso Normal Pós-Médio ao qual foi dado o nome de Escola de Aperfeiçoamento (PRATES, 2000, p. 71).

A Missão Pedagógica Europeia, como ficou conhecida nos jornais da época, era composta por professores e pesquisadores que integravam a equipe de Édouard Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Os integrantes da Missão Pedagógica eram ligados às pesquisas sobre testes de aprendizagem, de nível mental, de habilidades cognitivas conduzidas por psicólogos e antropólogos europeus (Alfred Binet, Théodore Simon etc.).

No final da década de 1920, numa Belo Horizonte, conforme Pedro Nava, ainda “tão Mariana, tão Ribeirão do Carmo, tão Ouro Preto...” (NAVA, 2003, p. 311), a reforma de ensino protagonizada pelo “Chico ciência”, como era conhecido o secretário do Interior de Antônio Carlos e futuro redator da Constituição de 1937, provocou um certo barulho na pacata capital mineira. Para acalmar os ânimos dos setores mais conservadores da capital mineira, Francisco Campos incumbiu Mário Casassanta, intelectual católico de grande prestígio, para executar a reforma e nomeou outro intelectual católico, Lúcio José dos Santos, para a direção da Escola de Aperfeiçoamento. Além disso, o ensino religioso, que havia sido suprimido do currículo das escolas públicas na reforma de João Pinheiro, é reintroduzido por Francisco Campos, selando um compromisso com o laicato católico.

Do ponto de vista sociológico, o que gostaria de ressaltar é que todo esse esforço de modernização do ensino e de democratização do acesso à escola teve como contrapartida a formação de uma elite intelectual que, nas décadas seguintes, seria responsável pela montagem das políticas educacionais da Era Vargas: Francisco Campos, Gustavo Capanema, Mário Casassanta, Abgar Renault, entre outros.

Drummond estava ligado a esta elite ilustrada mineira por laços de amizade. E também por laços profissionais: Drummond trabalhou como secretário de Mário Casassanta, que era Inspetor Geral de Instrução nessa época, além de ter trabalhado na redação da *Revista de Ensino de Minas Gerais*, da qual Casassanta era o diretor. O ideal cultural dessa geração de

intelectuais mineiros era, como disse Drummond a propósito de Mário Casassanta⁴, atuar ao mesmo tempo como estadista e estudioso, ou seja, reunir em si as disposições requeridas pela política e pelo trabalho intelectual. Disposições contraditórias, como o próprio Drummond reconhece:

Nessa dupla qualidade [estadista e estudioso], vejo o ideal do próprio Mário; e se a vida não lhe tem permitido a primeira [a de estadista], ele se realizou tão bem na segunda, que chegamos a agradecer os fados por lhe haverem recusado maiores oportunidades políticas: o estudioso sai sempre perdendo (“Imagens mineiras. Casassanta”, *Correio da Manhã*, 17/06/1958, p. 06).

Um poema publicado no *Minas Gerais* nessa época, reunido depois em *Esquecer para lembrar* da série *Boitempo*, deixa entrever o quão entrosado Drummond estava com os “políticos ilustrados”, tomando emprestada a Maria Arminda sua expressão para designar essa fração da oligarquia mineira: o poema, intitulado “As moças da Escola de Aperfeiçoamento”, traduz em verso o choque provocado pelas normalistas de todas as regiões de Minas, “professorinhas que invadem/ a desprevenida Belô”, para ficarem por dentro, “descobrir, saber coisas/ de Decroly, Claparède,/ novidades pedagógicas,/ segredos de arte e de técnica/ revelados por Helena/ Antipoff, Madame Artus,/ Mademoiselle Milde”, invasão tornada possível pelas reformas levadas a cabo por Mário Casassanta – “Que faz Mário Casassanta,/ autoridade do ensino,/ que não devolve essas moças/ a seus lugares de origem?” – e Francisco Campos, então secretário do Interior poeticamente alçado a – “nosso ilustre Secretário/ de Educação e Cultura”.

O ideal iluminista que norteou a atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada à frente do governo estadual teve com a criação da Universidade de Minas Gerais (UMG) em 1927 seu ponto culminante, seu coroamento, como já mostrou Fernando Correia Dias (1984 e

⁴ Filho de imigrantes italianos, Mário Casassanta (1898-1963) bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1925, na mesma turma de Gustavo Capanema, Abgar Renault, Gabriel Passos e Francisco Negrão de Lima. Além de ter sido Inspetor de Instrução Pública de 1928 a 1931, foi o único intelectual de Minas a assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Foi professor catedrático do Ginásio Mineiro e da Faculdade de Direito e foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais em 1939, da qual foi catedrático de Língua Portuguesa e História da Educação. Foi ainda reitor da Universidade de Minas Gerais de 1941 a 1944 (*DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – Período republicano – 1889-1991*, 1994, volume 1, p. 162).

1997). Ao passo que a reforma do ensino primário e normal ficou a cargo de Francisco Campos e de Mário Casassanta, a tarefa legal e administrativa de implantação da UMG foi delegada a Francisco Mendes Pimentel⁵.

2.2 Uns rapazes que tinham coisas a dizer

O que me salvou foi o achamento (palavra justa, pois era a usada pelos antigos farejadores de ouro, ao encontrá-lo) de uns rapazes estudantes de Direito, que por sorte eram também dados a letras, embora não fizessem disto preocupação única ou principal. E mais um estudante de Medicina, de igual feitio.
(ANDRADE, *Tempo Vida Poesia: confissões no Rádio*)

Em seu famoso ensaio sobre a “fração Bloomsbury”, Raymond Williams sublinhou que, na análise sociológica de pequenos grupos de intelectuais e artistas, o essencial é levar em consideração não somente a autoimagem desse grupo tal como expressa em suas ideias e tomadas de posição manifestas, “mas também as ideias e posições que estão implícitas ou mesmo que são aceitas como um lugar-comum” (WILLIAMS, 1999, p. 142).

⁵ Nascido no Rio de Janeiro, Francisco Mendes Pimentel (1869-1967) passou a infância na velha cidade mineira de Pitangui, onde seu pai era juiz. Estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, morando na mesma pensão que os irmãos Afonso Arinos e Afrânio de Melo Franco moravam. Bacharelou-se em 1889 e, após breve passagem pelo Rio de Janeiro, transferiu-se para Barbacena, atuando como advogado, jornalista e professor do Ginásio Mineiro. Eleito deputado estadual em 1894 e deputado federal em 1897, Mendes Pimentel renunciou ao mandato federal no início do segundo ano de exercício, após entrar em divergência com a cúpula do PRM, partido que ajudara a fundar. Após afastar-se da política, transferiu-se, em 1898, para Belo Horizonte, onde tornou-se um dos mais conceituados advogados da capital, ingressou como professor na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e fundou o *Diário de Minas*, o mesmo jornal no qual, nos anos 1920, os modernistas instalariam o seu quartel-general. Além de ter sido o responsável pela implantação da UMG, Mendes Pimentel foi seu primeiro reitor (1927-1931). Em 1931, após o trágico incidente envolvendo professores e alunos da UMG, incidente desencadeado pelo decreto promulgado pelo Governo Provisório que fazia passar de ano e formar sem realizar exames todos os alunos dos cursos superiores reconhecidos oficialmente, gerando vivo desacordo entre docentes e discentes da UMG. Em *O Círio Perfeito*, Nava, testemunha ocular do episódio, relata que três foram as vítimas do conflito ocorrido na Faculdade de Direito recém-incorporada à UMG: em primeiro lugar, a própria universidade, que teve cassada sua autonomia e amargou um “longo eclipse”; José Ferreira Viana, o estudante de medicina baleado; e o reitor Francisco Mendes Pimentel, que, partindo definitivamente de Minas, mudou-se para o Rio de Janeiro e seguiu carreira na magistratura. (DIAS, 1997; *DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS – Período republicano – 1889-1991*, 1994, volume 2, p. 541; NAVA, 2004, p. 32-42)

Esta matriz de percepção e de sensibilidade compartilhada pelos integrantes do grupo Bloomsbury mostrava-se em desacordo com as maneiras de agir, de sentir e de pensar que caracterizavam sua classe de origem, no caso, a classe dirigente inglesa. Atuando como vanguarda ética e estética, o grupo Bloomsbury, ele mesmo uma fração das classes dirigentes da Inglaterra, chamou a atenção dessas classes para determinadas realidades históricas e sociais que não podiam ser apreendidas pelos esquemas de percepção dominantes e, assim fazendo, mostrou o caminho que assegurava aos membros das classes dominantes sua reprodução social.

O grupo de jovens intelectuais e políticos de que Drummond fazia parte desempenhou um papel que, de certa forma, pode ser aproximado ao desempenhado pela fração intelectual analisada por Williams. Tratou-se, em ambos os casos, de renovar as respectivas classes dirigentes de dentro para fora, buscando adaptar aos novos tempos suas maneiras de ser e de agir, adaptações que permitiram a elas continuar na posição dominante que até então ocupavam.

No entanto, ao passo que a fração Bloomsbury formou-se num espaço de treinamento e circulação de intelectuais dotado de autonomia relativa – a Universidade de Cambridge –, no caso da geração modernista mineira, os espaços de sociabilidade eram os cafés, livrarias e redações de jornais da capital mineira, “instituições bastardas”⁶ onde jovens bacharéis iniciando uma carreira na política e/ou na magistratura estabeleciam relações com jovens escritores em busca de proteção, resultando desse encontro laços de amizade permeados por sentimentos de gratidão e de fidelidade que embaralhavam as regras do jogo literário com as do jogo político.

Quem primeiro se deu conta dessa imbricação entre os dois universos, o político e o literário, foi Fernando Correia Dias, ao salientar que a safra de escritores modernistas de

⁶ BOURDIEU, 1996, p. 67.

Minas aninhou-se no interior da burocracia estadual quando seus amigos bacharéis começaram a escalada política (DIAS, 1971, p. 84). Por meio desse entrelaçamento de vanguardismo literário e político, a geração modernista conseguiu “conferir autenticidade e modernidade à velha oligarquia, que aprofundara suas raízes no período da República de [18]91”, imprimindo às classes dirigentes mineiras um *modus operandi* mais afinado ao processo de modernização em curso no restante do país (DIAS, 1971, p. 105).

Em seu livro sobre a primeira geração modernista de Minas, Helena Bomeny também destacou a atuação desses intelectuais e políticos em início de carreira no processo de tradução e rotinização dos anseios iluministas da geração que os antecedeu em políticas públicas que pautaram a cultura e o sistema educacional nacional (BOMENY, 1994, p. 16).

Chamando a atenção para o “trânsito contínuo entre intelectuais e homens do poder público” na capital mineira, Maria Arminda do Nascimento Arruda relacionou este padrão de interação ao baixo grau de diferenciação social, “fruto de uma economia prostrada e onde a relação de clientela com os poderes públicos sempre foi a marca das elites”, minando nas bases qualquer assomo de autonomia (ARRUDA, 2001, p. 285).

Em Minas, como disse Francisco Iglésias: “os intelectuais foram sempre ligados ao governo, através da burocracia: raro o escritor que não trabalhava em alguma repartição, em geral como secretário particular ou oficial de gabinete de algum secretário de Estado ou do governador” (IGLÉSIAS, 2010, p. 265).

Não havia em Belo Horizonte nada que se assemelhasse a um campo intelectual minimamente diferenciado. Os intelectuais mineiros não puderam contar com aquela fração endinheirada e requintada de mecenas – como Paulo Prado, Ramos de Azevedo, Freitas Valle, Altino Arantes e Olívia Penteado – com cacife financeiro e institucional suficientes para viabilizar o projeto intelectual arrojado dos intelectuais da primeira geração modernista de São Paulo, nem com empresários culturais do porte do grupo Mesquita, proprietário de *O*

Estado de São Paulo, cujos êxitos obtidos nas instâncias de produção cultural tornaram viável um surto editorial que tornava possível uma carreira intelectual menos atrelada ao situacionismo perrepista (MICELI, 2003, p. 25 e 31-32; MICELI, 2001, p. 90-94; MICELI, 2004, p. 74).

Buscando dar vazão a seu projeto a um só tempo político e estético numa formação social pouco diferenciada e bastante provinciana, a geração de Drummond não tinha outra saída senão entrosar-se com os detentores do poder e, através de “uma obra de refinamento interior, que só os meios pacíficos do jornal, da tribuna e da cátedra poderão veicular”, “construir o Brasil dentro do Brasil ou, se possível, Minas dentro de Minas”.⁷

De todo modo, numa capital provinciana, cheia de “travas sociais e tédio” como a Belo Horizonte dos anos 1920, esta geração teve o mérito de protestar contra o conservadorismo político e estético dos figurões do PRM fazendo da literatura o *locus* privilegiado de suas inquietudes poéticas e políticas.

E, não há como entender as tomadas de posição a um só tempo políticas e estéticas dessa geração de intelectuais mineiros sem ter em mente o espaço social fechado e conservador no qual e contra o qual ela se formou. Reconstruir este espaço social, por sua vez, é o mesmo que reconstruir a luta dos jovens letrados contra a hegemonia do Partido Republicano Mineiro (PRM) e a decepção que tomou conta deles ao perceberem que, derrotado o PRM, as coisas continuavam as mesmas.

O modernismo mineiro é, deixando os bairrismos de lado, uma “fruta paulista” inegavelmente. É verdade que o barulho feito em São Paulo pelos participantes da Semana de 22 não foi ouvido em Minas, mas dois anos depois, na Semana Santa de 1924, os jovens escritores do Grupo do Estrela tiveram a oportunidade de conhecer pessoalmente os *enfants terribles* do modernismo paulista que estiveram de passagem na capital mineira ciceroniando

⁷ As citações foram tiradas dos editoriais de *A Revista*, publicação coletiva do grupo em 1925.

o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, o Blaise “sans bras” como ficou sendo chamado pelos modernistas mineiros. Como já disse Carlos Drummond de Andrade em mais de uma ocasião, o modernismo à mineira “era pobre, alegre, inquieto, mal-educado, ignorante e feroz”, um modernismo vibrando em surdina, à sorrelfa, tirando desse encontro com os modernistas paulistas “a seiva para se encorpar” (ANDRADE, 1952).

Na coluna “Crônica Social” do jornal *Diário de Minas*, porta-voz do Partido Republicano Mineiro, entre notícias sobre casamentos, natalícios, viajantes ilustres e crônicas mundanas, os jovens modernistas introduziam uma pitada da pimenta modernista, acostumando o paladar parnasiano dos seus sisudos leitores ao novo tempero, com o cuidado, porém, de não prejudicar-lhes a digestão.

A partir desse encontro, as cartas de Mário a CDA, a Pedro Nava, a João Alphonsus e a Francisco Martins de Almeida passaram a infundir novo ânimo aos jovens escritores mineiros do grupo do Estrela.

Mas uma fruta paulista que “frutificou mineira”, para continuar no diapasão do “Noturno de Belo Horizonte”, de Mário de Andrade. Basta ler a correspondência de *Carlos & Mário* para se dar conta da singularidade das tomadas de posição estéticas e políticas dos modernistas mineiros. A lição do amigo paulista – sejam vocês mesmos, encontrem seu próprio ritmo, sua própria voz – foi guardada de cor, ficou inscrita no corpo e na alma daqueles jovens afrancesados.

Uma das singularidades do modernismo mineiro foi a de que ele não entrou nas brigas que, a partir de 1924, começaram a cindir os modernistas paulistas e cariocas em diversas igrejinhas. Ou, se entraram, o fizeram à mineira, sem alarde.

Assim, quando, em abril de 1929, Oswald publicou um texto na “segunda dentição” da *Revista de Antropofagia* desancando Antônio de Alcantara Machado e Mário de Andrade, “os dois ilustres Molinaros do modernismo”, e cobrando de Carlos e dos outros rapazes de Minas

uma tomada de posição: “Aliás os meninos de Minas precisam se decidir. Literatura será questão de amizade?” (“Os três sargentos”, *Revista de Antropofagia – segunda dentição*, 14/04/1929), o futuro autor de *Alguma poesia* encontra uma maneira bem mineira de responder ao antropófago paulista: “toda a literatura não vale uma boa amizade”. A resposta de CDA foi publicada em junho de 1929 com o título “Cartas na mesa: os andrades se dividem”:

Estou ciente do que v. me conta na sua carta sobre a Revista de Antropofagia. Também estou ciente da revista, que leio sempre no DIÁRIO DE S. PAULO (a propósito: obrigado pela remessa do jornal, que só posso atribuir a v.). Agora o que me recuso a tomar conhecimento é da antropofagia em si. Não posso acreditar num movimento que conta com a adesão do Álvaro Moreyra e que ainda não jantou o Benjamin Péret. O primeiro por ser o mimoso escritor de “Para Todos” que nós bem conhecemos. E o segundo por ser supra-realista e francês. Ora, por muito menos um índio jantava um portuga. (...) A antropofagia não é pois um movimento decente. Nem é uma blague. Sinto muito mas não posso aderir. (...) Num dos últimos números da revista v. escreve que “os meninos de Minas precisam se decidir, literatura será questão de amizade? etc., etc.” Para mim toda a literatura não vale uma boa amizade. Mas aqui não se trata de amizade, é pura literatura. Quando apareceu a 1ª dentição da Revista eu já implicara com o título e lembro-me de ter escrito a respeito a alguém daí. E só me senti à vontade para colaborar nela quando verifiquei que o título não tinha nada a ver com a direção liberal que davam à Revista. (...) Não posso pois colaborar na descida antropofágica. Não participo do estado de espírito índio e considero acadêmicas as discussões sobre os jesuítas. (...) Quanto aos outros “meninos” de Minas, cada um decidirá por si. O João Alphonsus concorda comigo e o João Dornas fundou o criolismo, cujo órgão oficial sairá no dia 13 deste (“Cartas na mesa”, *Revista de Antropogafia – segunda dentição*, 19/06/1929).

Como já apontou Sérgio Miceli, a singularidade do modernismo mineiro, sua dicção própria e as tomadas de posição estéticas e políticas dos seus integrantes enraízam-se na “cadeia regional de circunstâncias institucionais e políticas” com a qual os escritores mineiros tiveram de lidar, construindo uma trajetória diferenciada daquela do grupo modernista de São Paulo (MICELI, 2004, p. 75).

A geração modernista mineira iniciou a vida intelectual e política numa cidade ainda em construção, mas que começava a se afirmar como centro intelectual do estado. Na década de 1920, Belo Horizonte experimentou um verdadeiro salto demográfico, sua população

passando de 55.000 habitantes para mais de 110.000 no início da década de 1930 (ANDRADE, 2004, p. 86). Sede de uma máquina estadual em expansão e concentrando as principais instituições do ensino secundário e superior, a cidade recebia constantemente um fluxo considerável de pessoas das mais diversas partes do estado, afluindo à capital em busca de diplomas e dos cobiçados cargos oferecidos pela burocracia estadual.

A geração modernista dos anos 1920 descendia das “famílias governamentais de Minas” estudadas por Cid Rebelo Horta, famílias de longa tradição política, aparentadas entre si e que se perpetuavam nas administrações municipal e estadual há várias gerações (HORTA, 1956).

Alberto Campos, irmão mais novo de Francisco Campos, Gustavo Capanema e Emílio Moura eram primos, descendentes do “clã da Joaquina do Pompeu [que] é ainda hoje [1956] dono de um vasto domínio político” que abrange as cidades de Pitangui, Dolores do Indaiá, Pompeu, Abaeté e Pará de Minas, como mostrou Cid Rebelo Horta (HORTA, 1956, p. 77). Gabriel de Resende Passos descendia da família Silva Xavier, a que pertenceu Joaquim José, o Tiradentes, e seu irmão, José da Silva Santos, de quem Gabriel Passos era tetraneto. Gregoriano Canedo pertencia ao tronco Ribeiro-Oliveira-Pena, cuja vasta descendência incluía Afonso Pena, pai e filho, Francisco Sales, os irmãos Otacílio, Francisco e Jair Negrão de Lima. Cyro Versiani dos Anjos pertencia a uma das famílias dominantes em Montes Claros. Milton Soares Campos provinha da família Martins Soares de Ponte Nova, seu avô, Manuel Olímpio Soares, foi companheiro de lutas republicanas de João Pinheiro da Silva. (Todas as informações foram tiradas do ensaio já citado de Cid Rebelo Horta).

Era uma geração “bem-nascida” que, no entanto, sentia-se ameaçada na capital mineira pelo fantasma da desclassificação social, pois, como ilustra o caso de Cyro dos Anjos, se, em Montes Claros, sua cidade natal, ele era o filho do Presidente da Câmara, em Belo Horizonte, “não passava de anônimo auxiliar extra intimidado pela verruga de um

subinspetorzinho de reclamações” (ANJOS, 1994, p. 259). Enfim, uma geração “bem-nascida” que vivia “represada em suas aspirações de influência e poder”, olhando “inevitavelmente com rancor e desesperança para as oportunidades que os velhos oligarcas do palácio da Liberdade lhes negavam” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 46).

Provenientes de famílias em avançado estágio de declínio econômico, morando em pensões modestas da capital, sem poder contar com rendas ou com uma mesada familiar, o emprego público de praticante ou de amanuense era a única maneira de custear os estudos na faculdade de Direito ou de Medicina e adquirir o status de estudante ou de literato. Como Cyro dos Anjos, “aqueles rapazes dados a letras” de Belo Horizonte não queriam saber de emprego no comércio: “Queria era emprego público, e ser literato, estudante, girar, na rua, a minha bengalinha de castão de prata, como Newton, Zeca, Levi, Alkmim, Juscelino. Ser caixeirinho da representação duma usina de açúcar” parecia a Cyro o fim da picada (ANJOS, 1994, p. 348).

O emprego público e a literatura se complementavam. Numa formação social pouco diferenciada como era a Belo Horizonte dos anos 1920, a literatura era uma maneira de ser admitido nas rodas de intelectuais que se reuniam nos cafés, nas livrarias e nas redações dos jornais oficiais e oficiosos e ter acesso a informações sobre nomeações para os cobiçados cargos públicos.

Na década de 1920, a vida política e cultural da capital mineira podia ser resumida na Rua da Bahia. Ela era, como escreveu Drummond em suas *recordações de província*, “o cérebro de Belo Horizonte”. Era ali, na Livraria Francisco Alves e no Café Estrela, que a geração de letrados mineiros a qual pertenceu Drummond – “jovens bacharéis, médicos, poetas, jornalistas, ao todo uns quinze ou vinte, não arregimentados, mas influídos por tendências e hábitos comuns” – se encontrava para conferir as novidades literárias, falar mal do governo e conversar “sobre literatura, filosofia, arte, ciência, desporto, regimes políticos e

alimentares, bailes, finanças, o temporal e o espiritual.” Naquela confluência perigosa entre um universo literário fracamente institucionalizado, mas com suas regras próprias, e o campo do poder, “tínhamos assim a rua da Bahia levando ao Governo e ao mesmo tempo afastando dele” (ANDRADE, “Recordações de Província”, *Correio da Manhã*, 26/10/1947).

A nomeação de Cyro dos Anjos para a Secretaria das Finanças foi obtida graças à intervenção de Aurélio Pires, a quem conhecera na redação do *Diário da Tarde*. Ele era pai do Secretário das Finanças, Gudesteu Pires, e Cyro andava de olho numa vaga de praticante que surgira ali. Desde então, visitava periodicamente Mestre Aurélio e, conversa vai conversa vem, tinha notícias da tramitação de seu pedido.

Em janeiro de 1928, a vaga pretendida finalmente sai.

Terminavam três anos de insegurança, três anos de vexames e de apuros, vividos desde quando eu desembarcara do fumarento trenzinho da Central, na segunda investida sobre Belo Horizonte. Acima de minha cabeça estendera-se, amplo e poderoso, o pátio da Secretaria das Finanças. Seus alicerces altos, de soberba cantaria, suas grossas paredes, suas pesadas portas e janelas protegiam agora o meu débil ser. O poder estatal acolhia-me no farto seio (ANJOS, 1994, p. 374).

Para os parentes pobres da oligarquia, o emprego público funcionava como uma espécie de boia de salvação, pois à geração de Drummond, uma vez terminada a formação, só restavam duas possibilidades: a “burocratização em torno do governo” ou a “aceitação pura e simples de uma profissão sem brilho” (ANDRADE, “Recordações de Província”, *Correio da Manhã*, 26/10/1947).

Era uma geração nascida em cidades do interior de Minas, mas criada e educada em Belo Horizonte, nos grupos escolares fundados ao tempo de João Pinheiro; nos colégios confessionais ou laicos surgidos na cidade (o Colégio Arnaldo, dos padres da Congregação do Verbo Divino; o Ginásio Mineiro; o Colégio Anglo-Mineiro); e nas poucas faculdades existentes naquela época: a de Direito, a de Medicina, a de Engenharia e a de Odontologia e Farmácia.

Em suas memórias, Pedro Nava conta que a aproximação “foi acontecendo das carteiras escolares ao Bar do Ponto” e devido à “amizade unânime que todos dedicavam aos quatro grandes aproximadores que foram Alberto Campos, Emílio Moura, Milton Campos e Carlos Drummond”. Era o chamado *Grupo do Estrela* – nome tirado do café em que se reuniam (NAVA, 2013, p.215-216).

Com a criação das faculdades de Direito, em 1892, de Farmácia, em 1907, e de Medicina, em 1911, a matrícula nas faculdades de Direito de São Paulo e de Recife e na de Medicina, no Rio de Janeiro, caiu drasticamente. Criadas pela geração de João Pinheiro, fração da oligarquia mineira que, animada pela “ideologia *ilustrada*” já mencionada, apostava na educação como vetor do progresso e da modernização, elas funcionavam como instância de formação e recrutamento de quadros para a administração estadual.

Dos “quatro aproximadores” citados por Nava, três eram estudantes da Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, a chamada “Casa de Afonso Pena” em referência a um de seus fundadores, curso que atraiu praticamente toda a geração modernista, com exceção de Pedro Nava, que estudou na de Medicina, e de Drummond que, em consequência de uma trajetória escolar acidentada e marcada por sucessivos fracassos, acabou entrando na Faculdade de Farmácia, mais por conveniência do que por vocação.

A cumplicidade entre políticos e intelectuais encontra na passagem seguinte das memórias de Cyro dos Anjos uma amostra significativa:

Mal terminado o jantar, corri à pensão de Dona Marieta, onde, juntamente com Levi Lafetá – seu primo – residia o amigo Newton. Ali viviam estudantes famosos, como o Gustavo Capanema, o Gabriel Passos, o San Tiago Dantas, a quem o Professor José Eduardo condescendia em visitar de quando em quando. O sarcasta feroz, o motejador implacável – diziam – só descia da sua professoral esfera, mortificando os calos nessa expedição periódica, para não deixar os jovens alunos à mercê do Chico Campos, sereia da Faculdade [de Direito], de quem tinha não pequeno ciúme. O gesto exprimia apreço incomum, e Capanema, Gabriel e San Tiago eram apontados com admiração e inveja (ANJOS, 1994, p. 233).

Estrela em ascensão no início dos anos 1920, Francisco Campos, então deputado federal e professor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, disputava a simpatia dos alunos talentosos, como Gustavo Capanema, de quem foi padrinho na política e mentor:

“Os professores passavam facilmente para cargos políticos e administrativos importantes e os alunos tinham esperanças de subir rapidamente, uma vez de posse de seus certificados de bacharéis e doutores” (WIRTH, 1982, 139).

Além do fato de serem todos estudantes, havia outros traços comuns que concorreram para que eles se aproximassem. Vinham quase todos de pequenas cidades de Minas, oriundos de ramos decadentes da oligarquia rural do estado. Havia também um interesse compartilhado pela literatura e pela política.

Assim, nos primeiros anos da década de 1920, os “rapazes dados às letras” de Minas eram estudantes e modestos funcionários das repartições públicas da capital mineira, formando um grupo boêmio que frequentava a Livraria Francisco Alves para se inteirar das “novidades francesas” e se reunia à noite, após o expediente, nos cafés da cidade para discutir as últimas leituras e mostrar os últimos versos escritos.

Nessa fase boêmia, a dimensão antiburguesa da estética modernista caiu como uma luva aos propósitos do *grupo do Estrela* de escandalizar a Tradicional Família Mineira, que lhes sonegava suas filhas e os postos cobiçados. Pelas mãos de Mário de Andrade e de um pequeno círculo de letrados de vocação mais cosmopolita, como era o caso de Aníbal Monteiro Machado, os letrados de Minas foram começando a “apartar a Poesia da merda rala que o burguês considera poético e que é justamente o seu contrário” (NAVA, 2013, p. 238). No início dos anos 1920, os integrantes dessa primeira geração modernista nutriam certa hostilidade pelo monopólio político do Partido Republicano Mineiro, cuja comissão executiva era apelidada de “Tarasca”.

E, foi no auge da dominação perremista que o pequeno grupo de intelectuais modernistas começou a introduzir, meio à sorrelfa, no jornal governista *Diário de Minas*, a “pimenta modernista”. Cyro dos Anjos, em suas memórias, explicou que, nos anos 1920, o modernismo literário praticado em Belo Horizonte “fez-se em surdina, pois a ordem mineira, pesada e conservadora, não apreciava badernas, ainda que literárias” (ANJOS, 1979, p. 354). A classe dirigente, reunida em torno do PRM, apesar de avessa a tomadas de posição mais explícitas, “não trepidaria, contudo, e de imediato em decidir-se pelo verso parnasiano, disciplinado, torneado, cadenciado, avesso a afoitezas e novidades” (ANJOS, 1979, p. 354-355).

Numa cidade construída para abrigar a administração estadual, os funcionários públicos formavam uma espécie de elite social, morando num bairro especialmente criado para eles – o Bairro dos Funcionários, bem localizado, próximo das repartições e do comércio elegante da nova capital.

A vida cultural belorizontina nas primeiras décadas girava em torno do padrão de gosto e das demandas dos funcionários públicos vindos da antiga capital, elite letrada que, como já apontou Fernando Correia Dias, formava o público leitor de um sistema literário precário que mais se assemelhava a um aparelho de Estado do que a um campo dotado de um mínimo de autonomia.

O universo literário belorizontino, muito mais ligado aos simbolistas e parnasianos da capital federal do que ao modernismo nascente e beligerante da Paulicéia desvairada de Mário de Andrade, somente seria agitado nos anos 1920 pela atuação da geração modernista, com sua *A Revista*, e do grupo ligado aos antropófagos paulistas, com seu suplemento *Leite Criôlo*. Em 1927, a criação da Universidade de Minas Gerais e as reformas do ensino normal e secundário abririam também novas frentes de trabalho intelectual.

Os espaços de sociabilidade literária eram as poucas livrarias e os cafés da Rua da Bahia, pois a tradicional família mineira não era dada ao mundanismo dos salões. Não é de espantar, portanto, que o único salão frequentado pela geração modernista tenha sido o que tinha lugar na residência dos Vivacqua, família de comerciantes de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, que se instalara em Belo Horizonte no início da década de 1920.

Nas memórias e textos autobiográficos dos integrantes do grupo ressuma certo ressentimento, algo como orgulho ferido ante a indiferença dos manda-chuvas do PRM:

Além de confusamente tratados de *futuristas*, éramo-lo também de *nefelibatas* – expressão exumada dos velhos insultos aos simbolistas e servindo agora para nós que éramos os que andávamos com os pés fora do chão em vez de casqueá-lo solidamente a quatro patas, da praça da Liberdade ao Bar do Ponto (...) Pois *futuristas* e *nefelibatas* não éramos considerados melhor que os habitués das tascas, os frequentadores dos cabarés, a ralé... (NAVA, 2013, p. 241).

A situação dos modernistas de Minas mudaria ainda nos anos 20. No governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), a maioria dos integrantes do grupo do Estrela viria a ocupar postos na burocracia estadual. Tributária de um programa de modernização conservadora, a administração Antônio Carlos foi responsável pelas reformas no ensino primário e normal e pela criação da Universidade de Minas Gerais. Os letrados mineiros participariam do processo de implementação da reforma de ensino conduzida por Francisco Campos, então Secretário do Interior (à época encarregado das questões relacionadas ao ensino público) e Mário Casassanta.

No entanto, o alcance dessas reformas empreendidas no governo Antônio Carlos seria pequeno, uma vez que, como já mostrou Maria Arminda do Nascimento Arruda, “não existia em Minas Gerais quer uma elite intelectual com grau de autonomia para realçar suas aspirações culturais (...), quer uma sociedade com um grau de complexidade para criar demandas profissionais novas...” (ARRUDA, 2001, p. 286).

Se não teve a amplitude e o fôlego das reformas educacionais do decênio seguinte, nem a envergadura social e institucional do projeto que resultou na criação da Universidade

de São Paulo nos anos 30, teve, no entanto, efeitos duradouros na organização da vida intelectual em Minas. A participação dos modernistas mineiros nas reformas do ensino nos anos 20 reforçou uma relação que começara a se esboçar desde fins do Império e que deixaria vincos profundos na vida intelectual de Minas, qual seja, “o trânsito contínuo entre intelectuais e homens do poder público. Essas relações infiltravam-se nos ares de Belo Horizonte da época” (ARRUDA, 2001, p. 287).

Para muitos deles, era o início da carreira burocrática e da dupla vida que levariam ao longo das suas trajetórias, conciliando a vida na repartição com as demandas da atividade literária.

Otto Lara Resende, o grande cronista mineiro da geração seguinte, captou, a meu ver, muito bem o destino social desse grupo de letrados mineiros:

A rapaziada divertia-se, divertia-se consigo mesma e divertia-se com os outros, sobretudo com os mais velhos, inclusive com os políticos que, com a conhecida astúcia mineira, não demoraram a pescar os estróinas para a vida de funcionários públicos, deles fazendo excelentes oficiais-de-gabinete, austeros pais de família e conspícuos servidores da ordem vigente (LARA RESENDE, 1994, p. 34).

Assim, abrigados à sombra do governo estadual e estimulados pelo grupo modernista de São Paulo, sobretudo por Mário de Andrade, os jovens intelectuais do grupo modernista de Belo Horizonte buscaram combinar as idéias estéticas do modernismo que lhes chegavam ao conhecimento com o tradicionalismo político dos próceres do PRM.

Essa mescla de modernidade estética e conservadorismo político esteve presente nas páginas do *Diário de Minas*; nos três números da revista que publicaram em 1925, na tipografia do jornal governista; e acabou por marcar toda a obra dos que conseguiram engatar uma carreira literária ao lado das atribuições burocráticas.

Nos anos 30 e 40, os letrados modernistas de Minas seriam absorvidos pelo processo de modernização conservadora em curso e acabaram ou abandonando as letras ou praticando-as de uma forma esporádica.

Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. Poucos, como os poetas Emílio Moura e Drummond, teriam o talento e as condições pessoais adequadas para fazerem da literatura não somente um estilo, um adorno ou um traço a mais de sua cultura, mas sua forma mais alta de realização pessoal. Para os demais, a política foi o caminho (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 46).

3 No país dos Andrade

Falando dos “cronistas da casa assassinada”, Sérgio Miceli mostrou que os romancistas estreantes em 1930 transpuseram para o plano literário a trajetória declinante das famílias às quais pertenciam e das quais buscaram se desvencilhar justamente objetivando no plano literário a experiência do mundo social adquirida no interior de famílias tradicionais às voltas com o fantasma da ruína econômica e da desclassificação social (MICELI, 2001, p. 160).

Não se compreende esta estratégia de reconversão intelectual, continua Miceli, sem se levar em conta *as disposições culturais que foram adquirindo desde a primeira infância e que lhes permitiram reconstruir ficcionalmente o mundo social* que viram esboroar-se (MICELI, 2001, p. 160). Não se pode explicar essa inclinação para o romance apenas como resultado do “talento” ou da “vocação” de cada um deles. O que convém assinalar são as *condições sociais* que estiveram na origem das “estratégias de reconversão a que recorreram os romancistas e que lhes permitiram se apropriar em chave simbólica do mundo social em que se viram colocados à margem da classe dirigente” (MICELI, 2001, p. 161).

Tendo em vista as orientações teórico-metodológicas colocadas em prática por Miceli em sua análise dos romancistas da “casa assassinada”, meu objetivo no presente capítulo consiste em descortinar as experiências de socialização de Carlos Drummond de Andrade, experiências que estiveram na origem das maneiras de ver, de sentir e de agir (ou de abster-se de), enfim das disposições culturais que permitiram a ele cantar em prosa e verso, senão o assassinato, ao menos o declínio, a paralisia que selou o destino de sua família e de sua cidade natal.

Levando-se em conta que o trabalho de reprodução das estruturas sociais é assegurado por duas instâncias principais – a família e a escola –, procuro reconstruir as propriedades objetivas de sua família e as representações que Carlos fazia dela, passando em seguida para a

sua acidentada e infeliz trajetória escolar e finalizo o capítulo com a reconstrução das experiências literárias, afetivas e políticas de Carlos Drummond de Andrade na Belo Horizonte dos anos 1920.

Em entrevista concedida ao *Jornal da Tarde* em 1982, Carlos declarou que sua poesia condensava liricamente as experiências

de uma pessoa que conheceu primeiro o ambiente semirrural, em que sua família tinha determinado *status* social, e depois o meio urbano cosmopolitizado, em que os valores tradicionais de sua família já não tinham a menor significação, mesmo em estado de memória. Então, meus versos, no fundo, trazem apenas a marca de um autor que sofreu o choque dessa transformação e, já ao fim da vida, procura remontar, emocional e criticamente, às origens (ANDRADE, 2011c, p. 142-143).

A reconstrução da trajetória familiar, escolar e profissional de Carlos começa então na *semirrural* Itabira do início do século XX. O foco é direcionado para a vida familiar e afetiva de Drummond e para a maneira como ela repercutiu sobre o destino social e o trabalho intelectual desse poeta-funcionário, tomando a socialização familiar e escolar como momento deflagrador das “formas de identidade social e intelectual” que Drummond estava propenso a assumir e das “imagens da sociedade brasileira” sedimentadas em sua atividade literária (MICELI, 2004, p. 167).

Apesar de conservar certo prestígio social, a família de Carlos Drummond de Andrade, uma das mais antigas da cidade, lutava contra o fantasma da decadência econômica há várias gerações. Apostando em atividades ligadas à agricultura e à pecuária numa região que se singularizava pela imensa riqueza mineral, os Andrade estavam condenados ao fracasso. Enraizados na região desde fins do século XVIII, os parentes paternos (os Andrade) e maternos (os Drummond) de Carlos haviam feito, nas primeiras décadas do século XIX, a reconversão de suas atividades mineradoras para a agricultura e a pecuária, tornando-se fazendeiros, tropeiros, enfim, grandes proprietários de terras na região formada pelos municípios de Itabira, Ferros, Caeté e adjacências. Tratava-se de uma região que, após o surto

do ouro no século XVIII, iniciara um processo de ruralização, os antigos faiscadores e mineradores transformados em proprietários rurais de fazendas muito mais voltadas para o mercado local e regional do que para o mercado externo.

É importante ter em mente que as fazendas mineiras nada tinham a ver com os engenhos nordestinos ou com as grandes plantações de café do Oeste paulista. Como a história econômica de Minas Gerais na Primeira República (1889-1930) já mostrou, o surto cafeeiro ocorrido nas últimas décadas do século XIX, não conseguiu alterar significativamente o modo de produção que havia se configurado ao longo daquele século: “fragmentação estrutural das atividades econômicas, dispersas em grande número de pequenas unidades produtivas e, por fim, forte tendência para a auto-suficiência” (MARTINS FILHO, 2009, p. 15). A fazenda mineira, como a família do poema drummondiano, estava *voltada para dentro*, para os mercados locais e regionais. Além de suas dimensões mais modestas, tratava-se de uma produção de cereais e laticínios voltada para o abastecimento do mercado interno, com unidades produtivas diversificadas e praticamente autárquicas.

A configuração peculiar da economia mineira no século XIX continuou a vigorar bem entrado o século XX. A base dessa economia não era o latifúndio e a monocultura. A grande lavoura exportadora permaneceu confinada a uma pequena área e o cerne da economia consistia em pequenas unidades agrícolas diversificadas internamente, produzindo para seu próprio consumo e vendendo os eventuais excedentes em mercados locais e regionais. Esse caráter autárquico da economia mineira não se limitava ao setor da produção de alimentos. Na verdade, como mostrou o historiador Amílcar Vianna Martins Filho, a economia mineira girava em torno de uma “intrincada rede de fazendinhas, oficinas e pequenas estruturas agroindustriais, espalhadas por todo o estado, produzindo uma infinidade de itens para mercados locais e regionais” (MARTINS FILHO, 2009, p. 101).

A descrição acima ajusta-se, a meu ver, muito bem à vida social e econômica da Itabira de princípios do século XX. A cidade dava a impressão de uma ilha, de um microcosmo social relativamente autônomo e autárquico, geograficamente isolado do resto do mundo, com um ritmo próprio, com uma identidade cultural própria fundada na resistência aos valores e ao estilo de vida urbanos, isolamento social e geográfico acentuado pelas práticas endogâmicas das famílias tradicionais da cidade. Segundo Carlos Drummond de Andrade, “Hoje [1933], amanhã, daqui a cem anos, como há cem anos atrás, uma realidade física, uma realidade moral se cristalizaram em Itabira. A cidade não avança nem recua. A cidade é parálitica” (ANDRADE, 2011a, p. 121).

Aos olhos do Carlos citadino de 1933, sua cidade natal parecia enfeitiçada, tudo nela era inerte, silencioso: parecia que ali, *a vida passava mais devagar*. Esta “realidade moral” de Itabira, esta inércia, só se compreende remontando ao século XIX, ao processo de ruralização que tomou conta de Minas após a exaustão da economia aurífera. As atividades econômicas ligadas ao cultivo da terra e à criação de animais, bem como o estilo de vida rural a elas associado, parecem obedecer a um ritmo mais “natural” (condições climáticas, do solo) do que “social” (a maneira como a terra é dividida, organizada; as condições do mercado etc.), a vida em comunidades semirrurais onde praticamente todos se conhecem e se vigiam, com suas brigas de família, as alianças seladas pelos casamentos entre primos – enfim, as condições sociais de produção e reprodução desse estilo de vida rural, autárquico, fechado em si mesmo, geraram maneiras de agir, de pensar e de sentir que formavam a infraestrutura daquela “realidade moral” tão bem percebida por Carlos em seu texto sobre a Itabira de sua infância.

Era uma pequena cidade com pouco mais de cinco mil habitantes, cuja vida econômica gravitava em torno das atividades agropecuárias e de uma incipiente e modesta indústria têxtil e algumas oficinas de extração e fundição de minério de ferro – esta última

atividade exercida em pequena escala e voltada para abastecer o mercado local de ferramentas e utensílios domésticos. Essa Itabira que conheceu Carlos já não era “a Itabira do ouro”, setecentista, nem era ainda a “cidade de ferro” da segunda metade do século XX, cujas reservas de minério de ferro dariam para abastecer “quinhentos mundos durante quinhentos século” (ANDRADE, 2011a, p. 121).

Enquanto a voz da Minas da terra e da tradição foi hegemônica, com sua oligarquia conservadora e tradicional, formada no colégio do Caraça, cuja mentalidade era, no dizer de um de seus ex-alunos, resumida na fórmula: “aqui nada se cria, nada se muda e nada se transforma”, a abundância dos depósitos minerais de Itabira e de outras localidades não foi encarada, pelos governos estadual e federal, como recurso estratégico que poderia desempenhar o papel de ponta-de-lança da industrialização, coisa que só se consolidaria, entre marchas e contramarchas, nos anos 1940.

Os Andrade ocupavam uma posição privilegiada nesse mundo social fechado em torno de si mesmo. Seus antepassados eram donos de vastas extensões de terras espalhadas pela região onde hoje estão localizados os municípios de Itabira, Ferros, Santa Bárbara e adjacências – como escrevem os linhagistas Ormi Andrade Silva e José Gomide Borges, procurando dar uma ideia da extensão das terras desse clã: “Seria um alongar sem limites o descrever todo o dilatado latifúndio do comendador Casemiro [Carlos da Cunha Andrade] e seus sócios, o sogro Major Lage e o irmão Paula Andrade [comendador Francisco de Paula Andrade, bisavô paterno de Carlos Drummond de Andrade]” (SILVA; BORGES, 1984, p. 17).

Eles eram aquilo que Cid Rebelo Horta chamou, num texto famoso, “os homens bons”: proprietários de terras abastados que formavam uma espécie de aristocracia de notáveis encarregada de administrar liturgicamente o município. Dentre os antepassados paternos de Carlos, verifica-se a presença de comendadores, coronéis e capitães da Guarda

Nacional, ricos proprietários recompensados com títulos nobiliárquicos, como o Barão de Alfié etc.

Da antiga opulência oitocentista dos Andrade, dava testemunho o velho sobrado onde Carlos passou a infância, onde nascera seu pai, onde seu avô estendera “até a morte, uma perna baleada nas últimas eleições sangrentas do município”, onde haviam circulado coronéis e antigas damas, onde o bisavô comendador dera as suas festas (ANDRADE, 2011a, p. 119).

Com muita acuidade sociológica, Drummond notou que a Itabira de sua infância não estava tão isolada do mundo, como poderia parecer à primeira vista. Sendo, como a Ouro Preto de Gorceix, “*un cœur d’or dans une poitrine de fer*”, Itabira era, naquele início de século XX, “uma cidade sitiada” pelo governo estadual e pelos “tentáculos do capital mais colonizador”:

Os últimos proprietários de terrenos auríferos vendiam suas lavras para uma companhia estrangeira; o sonho das duas estradas de ferro, a Central e a Vitória a Minas, ainda não se dissipara; o correio vinha todos os dias, a lombo de burro, e podiam-se ler na terça-feira os jornais cariocas de domingo, coisa que mais tarde chegou a ser impraticável; um grande clube carnavalesco, o Casaca Vermelha, promovia cortejos equestres memoráveis, que jamais se repetiriam, enquanto nos cordões Primavera, Mineiro, Vai ou Racha! e Violeta, extravasava a alegria dos mais modestos; dentro em pouco, a Câmara, sob a presidência do dr. Alexandre Drummond, daria à cidade abastecimento de água e energia elétrica; os “homens bons” lutavam contra o juiz de direito tido por faccioso e sem compostura, e punham-no para fora da comarca entre foguetes, banda de música e missa em ação de graças. Valente cidade, que o Governo iria oprimir e esquecer, porém não dominar (ANDRADE, 2001b, p. 36 e 45-46).

Esse texto, escrito por Drummond ao compulsar velhos jornais da Itabira de 1910, permeado da fina ironia que é sua marca distintiva, dá bem ideia da visão paroquial que ele atribui aos seus antepassados, fossem eles Drummond, fossem os Lajos (Lage) e os Andridos (Andrade) de “Os bens e o sangue”, preocupados com questões municipais, melhoramentos, brigas de família, ao passo que “os urubus no telhado” de “Os bens e o sangue”, ou seja, os grupos estrangeiros que estavam de olho na riqueza mineral, “sitiavam” a cidade, esperando a “derrota incomparável” citada no cromo “Itabira” de “Lanterna Mágica”.

A dissolução da herança familiar, a dispersão dos Andrade que nos anos 1920 e nas décadas seguintes mudaram-se para Belo Horizonte e para o Rio, o desajuste entre as disposições mentais e comportamentais de seu pai, de seus antepassados, moldadas pela vida fazendeira, e a estrutura de um mundo social cada vez mais unificado, cujos “tentáculos” já rondavam a velha Itabira do ouro, interessados no seu “peito de ferro”, e a derrota e ruína dos Andrade, dos Drummond, essa “liquefação incessante de nós mesmos e das formas que nos rodeiam” (ANDRADE, 2011b, p. 25) formam uma das correntes subterrâneas mais poderosas da dicção drummondiana.

Para compreender as condições sociais de possibilidade dessa magnífica capacidade de observação de si mesmo e dos seus demonstrada por Drummond em seus textos em prosa e verso, é preciso conjugar a trajetória social declinante de sua família com a posição em falso que ele ocupava em seu interior.

Dos quatorze filhos que resultaram do casamento do fazendeiro Carlos de Paula Andrade (1860-1931) com Julieta Augusta Drummond (1870-1948) apenas seis sobreviveram, sendo Drummond o caçula. O caçula, assim como as “filhas mulheres”, é, como disse Bourdieu, o *cavalo de Tróia do mundo urbano*: menos preso à terra do que o primogênito ou os filhos mais velhos, menos comprometido com o trabalho de reprodução do patrimônio familiar, mais dócil e aberto à socialização escolar e às promessas de mobilidade que ela encerra, o caçula, “os derradeiros da prole”, na expressão de Cyro dos Anjos, é aquele que introduz no seio do universo familiar o olhar citadino, a visão crítica e desqualificante que os moradores das grandes cidades lançam aos moradores da “roça” (BOURDIEU, 2002, p. 227).

Isso significa que a *coleira do clã*, para usar uma expressão do próprio Drummond, prendia os homens com mais força à terra do que as mulheres e, dentre os homens, o mais velho costumava ser o destinatário de todas as pressões familiares ligadas à necessidade de

preservar a propriedade e a dignidade familiares, ainda que à custa dos sentimentos. A situação dos filhos mais novos – e do caçula, em especial – era um pouco diferente: ele era, segundo Bourdieu, a “vítima estrutural” de um sistema de reprodução familiar que procurava de todas as maneiras salvaguardar a família enquanto entidade econômica e coletiva, ainda que fosse relegando um de seus membros ao exílio ou ao celibato (BOURDIEU, 1980, p. 266).

Na condição de filho caçula de uma família extensa, patriarcal, Drummond foi deixado um pouco de lado por um pai sempre às voltas com as atividades relacionadas às fazendas que possuía, sendo criado pelas mulheres da casa – sua mãe, *sá* Maria, sua irmã mais velha.

O irmão mais velho de Drummond, Flaviano (Vivi) (1887-1952), era bem a *terra feita homem*. Filho *ainé* do coronel Paula Andrade, Vivi foi o único dos irmãos que seguiu a tradição paterna tornando-se fazendeiro e, a bem da perpetuação do patrimônio familiar, casou-se com sua prima, Andrade como ele.

No poema “A mesa”, espécie de diálogo imaginário do poeta com seu pai, “em torno da mesa larga” do velho sobrado familiar em Itabira àquela altura já vendido, Vivi figura como aquele dos filhos que mais puxou os traços paternos – “retrato teu sem ser tu/ de sorte que se o diviso/ de repente, sem anúncio,/ és tu que me reapareces/ noutro velho de sessenta” – a semelhança física funcionando como índice exterior da semelhança interior, do patrimônio de disposições que se transmite sem solução de continuidade.

Fazendeiro, filho e neto de fazendeiros, o pai de Carlos Drummond de Andrade aparecia aos olhos do filho caçula como a encarnação da vida prosaica, destituída de encantos, como ele mesmo reconhece numa entrevista concedida em 1941:

Meu pai era fazendeiro e realizava o que na minha imaginação infantil, já trabalhada pela literatura, aparecia como detestavelmente antipoético. Era simples, rude, alegre, trabalhador insaciável, bom garfo, amigo de ganhar dinheiro e de instalar comodidades em casa. [...] Mas com tudo isso, mandava às favas a cidade e preferia afundar-se entre os seus bois e os outros bravos na fazenda do Pontal, distante apenas quatro quilômetros e que

era o meu terror. ‘Passear na fazenda’ significava para mim um castigo. [...] Minha evasão consistia em descobrir no velho sobrado algum número antigo de jornal ou revista, que me ajudasse a passar as horas, enquanto meus irmãos mais velhos se entregavam à satisfação animal da vida no campo. Meu pai olhava-me com espanto e tristeza. Mais tarde causei-lhe algumas satisfações de ordem intelectual, com as minhas produções literárias, mas acredito que ele não se tenha consolado do meu fracasso como filho de senhor rural.” (ANDRADE, 2011c, p. 24)

Campeando “no mato sem fim da fazenda”, preferindo o campo à cidade, sempre metido entre bois, mulas e agregados, Carlos de Paula Andrade conviveu muito pouco com o filho caçula. Pertencente a uma família às voltas com o fantasma da decadência econômica, filho caçula de um pai de poucas letras e pouca conversa, tropeiro, fazendeiro, que passava mais tempo no mato do que em casa, a socialização familiar de Drummond caracterizou-se pelo curto-circuito no processo de transmissão da herança paterna, herança a um só tempo disposicional (subjativa) e material (objetiva).

Impossibilitado, ou recusando-se a *ser herdado pela herança* paterna, o “menino antigo”, cuja coleira do clã, como vimos, apertava com menos força, foi levado a buscar refúgio em outros terrenos que não os paternos, voltando-se para a literatura e buscando apoio no polo feminino e mais espiritualizado da família. Na já citada entrevista de 1941, ele disse:

Eu trazia comigo as complexidades do itabirismo [...] e ainda os traços agudamente sensíveis da linha materna. Em mim, o Drummond manifestou-se muito antes do Andrade, que só agora me vem, quando os cabelos vão rareando, comovedora aparição que me faz amar meu pai precisamente por aqueles motivos que mais o afastavam de minha infância... (ANDRADE, 2011c, p. 24-25).

A mãe de Drummond, Julieta Augusta Teixeira Drummond, após o falecimento de sua mãe, e tendo seu pai se casado novamente, foi matriculada como interna no Mosteiro de Macaúbas, em Santa Luzia. Antiga casa de recolhimento, fundada no século XVIII, o Mosteiro, a partir de 1848, passou a funcionar também como colégio para as filhas das elites mineiras oitocentistas.

No Mosteiro de Macaúbas, entre paredes que tinham quatro palmos de espessura, a força estranha da música vocal, os trabalhos com agulha, e uma estatuária católica magnífica, (...), Julieta Augusta cumpriu o traçado

clássico da educação feminina: “língua francesa, geografia, música, coser, bordar, doutrina cristã, contas”, além de “tudo que é necessário a uma boa mãe de família” (CANÇADO, 2012, p. 25-26).

Aos dezessete anos, Julieta Augusta casou-se com Carlos de Paula Andrade, seu primo-irmão – ele era filho de Rosa Amélia da Silveira Drummond, irmã de seu pai, Antônio João de Freitas Drummond. Os traços endogâmicos são tão fortes em Itabira que, num de seus poemas memorialísticos, “Raiz” de *Menino antigo*, Drummond escreve: “Os pais primos-irmãos/ avós dando-se as mãos/ os mesmos bisavós/ os mesmos trisavós/ os mesmos tetravós/ a mesma voz/ o mesmo instinto, o mesmo/ fero exigente amor/ crucificante/ crucificado...”

Espalhadas ao longo de sua obra, há várias pistas indicando que Drummond reconhecia-se de maneira mais espontânea entre os parentes maternos. A começar pelo fato de que, registrado como Carlos Andrade, o poeta assinou, durante os anos 1920, várias de suas produções como Carlos Drummond, adotando como *nom de plume* o sobrenome materno, omitido no registro civil. De um lado, “o Andrade dominador”, rude, trabalhador, a “rispidez da minha linha de Andrade”; do outro, a mãe discreta, doce, um pouco apagada do lado esquerdo (*gauche?*) do pai, “o desvio flexível e amável do traço materno”⁸: “O Pai é imenso. A Mãe, pouco menor./ Com ela, sim, me entendo bem melhor”, poema cujo título é, por si só, significativo: “Distinção”, em *Boitempo II – Menino antigo*.

Enfim, como escreveu Bernard Lahire a propósito de Franz Kafka: a trajetória familiar de Carlos Drummond de Andrade “est assez classique de celui des transfuges qui se déplacent d’une fraction de classe à dominante économique à une autre fraction de classe à dominante culturelle” (LAHIRE, 2010, p. 151). Como Kafka, Drummond distanciou-se progressivamente do destino social dos outros integrantes de sua família, enveredando por um

⁸ As citações aspeadas são tiradas da crônica “Vila de Utopia”, em *Confissões de Minas*, que termina assim: “E afinal, eu nunca poderia dizer ao certo se culpo ou se agradeço a Itabira pela tristeza que destilou no meu ser, tristeza minha, tristeza que não copiei, não furtei... que põe na rispidez da minha linha de Andrade o desvio flexível e amável do traço materno” (ANDRADE, 2011a, p. 127).

caminho intelectual que contraria as expectativas paternas, e o fez... com o apoio financeiro do próprio pai.

Numa carta a Alceu Amoroso Lima, de junho de 1931, carta-desabafo, como ele mesmo a rotula, Drummond interpreta esse embate entre seu lado Drummond e seu lado Andrade como a origem de suas inibições e de sua vocação literária:

Entre a severidade de um pai e a doçura de minha mãe, eu estraguei a minha sensibilidade. Infância de recalques, sofrimentos, correntes subterrâneas. Aprendi desde cedo a viver para dentro, construindo o meu mundo porque não me adaptava ao de fora. Sentia-me fraco, ridículo, incapaz de ação (ANDRADE, 2014, p. 101-102).

Esta recusa da herança, esta reconversão intelectual de Drummond não foi isenta de contradições e dilaceramentos interiores. Ele nunca deixou de olhar a si mesmo com o mesmo desgosto com que seu pai o olhava. Internalizando as categorias de percepção e de apreciação paternas, mas sem poder se conformar a suas expectativas, Drummond encara seu pai como uma espécie de *inimigo interior*, com quem ele somente se reconciliaria na maturidade.

Esse diálogo mudo, e surdo, mantido com o pai alimentou boa parte da produção poética de Drummond, e gostaria de finalizar esta seção citando trechos do poema “O Viajante Pedestre”, constante da terceira série de *Boitempo*, *Esquecer para lembrar*:

O fazendeiro está cansado.
É cansaço de gerações.
Já não passeia a vista satisfeita
pelo universo de cinco fazendas.
Vende as menores. Doa aos filhos
as duas grandes.

O fazendeiro descansa
de um trabalho que vem de antes
de ter nascido. Vem de índios
e mineradores.
Cumpru sua lei. Agora os filhos
cumpram a deles.
Mas um não sabe a cor da terra,
nunca aprendeu, nem saberá
a rude física das estações;
o jeito de um boi; a sagração do milho.
Que fará na roça esse herdeiro triste
de um poder antigo?

Desiste. Vai
viver o destino urbano
de qualquer homem.
A mala pronta. A “condução” espera
à porta da casa.

Não, não espera.
Não há “condução”.
Sumiu o cavalo no oco do pasto.
Sumiu a viagem na estrada de barro.
Sumiu a esperança
de chegar a tempo
ao destino urbano.
Só o “camarada”
esperando ordens.

– A gente vai mesmo de-a pé. Eu na frente, como viajante e senhor. Você atrás, com a mala nas costas. Até eu pegar o trem no fim das oito léguas. Combinado?

Combinado. Que remédio?

[...]

– Meu pai, cheguei a salvo e muito de mim contente pela prova de resistência que venci com a graça de Deus e a fibra que o senhor me transmitiu. Que tal?

– Que tal? E ainda tem topete
de perguntar que gostei?
Pode haver maior afronta
para antigo fazendeiro
dono de cinco estirões
de chão coberto de mulas
e cavalos valorosos
que ver seu filho varando
pior que descalço, a pé,
roteiros onde retine
a orgulhosa memória
de seus animais de estima?
Por que tanta impaciência?
O pasto, por mais imenso,
não é terra do sem-fim.
Todo cavalo sumido
aparece logo mais.
A vida ensina a esperar
uma hora, duas horas,
até mesmo o dia inteiro.
Já nem sei onde é que estou
que não sumo de mim mesmo,
de tão dorida vergonha
por meu filho desmontado
e por cima se gabando
da condição rebaixada!
Meu pai, meu avô, meu bisa-
vô de nobres equipagens
lá no céu dos fazendeiros

estão despedindo raios
de irada condenação
sobre esse tonto rebento
que nem noção de decoro
conserva em sua tonteza...
Com você, filho, começa
a desabar a família.

3.1 Fim da casa paterna?

Após andar, a pé, as oito léguas até a estação de Santa Bárbara, Drummond pegou o trem rumo à capital mineira, onde tinha sido matriculado como interno no colégio Arnaldo. Era o ano de 1916...

Após concluir o primário em Itabira, Drummond foi matriculado no colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. O Arnaldo, nas primeiras décadas do século XX, disputava com o Colégio Mineiro os filhos da oligarquia mineira. Este primeiro estágio belorizontino foi interrompido meio bruscamente, quatro meses após sua chegada, por motivo de doença. O biógrafo de Drummond, José Maria Cançado, especula sobre a doença que teria obrigado Drummond a interromper seus estudos: se tuberculose, conforme a justificativa oficial apresentada ao colégio, ou se alguma doença venérea. De todo modo, “qualquer que tenha sido o mal que trouxe Carlos Drummond de Andrade para a casa dos pais, o fato é que a volta foi como se alguém tivesse *jogado a toalha* por ele” (CANÇADO, 2012, p. 63).

Esta primeira experiência em colégio de padres – o Arnaldo era administrado pelos padres da Congregação do Verbo Divino –, interrompida bruscamente, não seria ainda o “fim da casa paterna”, para onde ele volta, com o rabo entre as pernas.

Após o microcosmo familiar, onde ele vivera “musicalmente agasalhado/ na voz de minha mãe, que cura doenças,/ escorado/ no bronze de meu pai, que afasta os raios”, Drummond descobre um outro microcosmo, dotado de suas próprias regras, cujas formas

severas de disciplina e de exercício da autoridade não eram as mesmas que vigoravam no mundo doméstico. É interessante como esta primeira experiência fora de casa – entendendo por “casa” não somente sua família, mas o mundo social fechado itabirano – foi por ele resgatada em suas memórias em verso de *Esquecer para lembrar* associada ao primeiro contato com o anonimato – “O despertar em série (nunca mais/ acordo individualmente, soberano)”, “Nunca viajei em bloco, a vida/ começa a complicar-se” – e com a necessidade de individualizar-se: “vou ser – talvez isso – apenas eu/ unicamente eu, a revelar-me/ na sozinha aventura em terra estranha?” e a resistência inicial “eu não quero ser eu, prefiro continuar/ objeto de família”.⁹

Este primeiro estágio belorizontino representou também sua primeira experiência de “cidade grande” – ainda que a Belo Horizonte de 1916 estivesse longe disso, seu traçado urbano simétrico, com suas ruas “tão largas” e “tão retas”, a Livraria Alves, “lugar de danação/ lugar de descoberta”, os passeios dominicais no Parque Municipal e na Rua da Bahia, serviram para mostrar ao mocinho do interior que o mundo era maior do que Itabira.¹⁰

Após um ano e meio de molho em Itabira, Drummond ingressou como interno no Colégio Anchieta, em Friburgo, no início de 1918. O Anchieta, administrado pelos jesuítas, era um colégio de elite, seria, talvez, a versão católica do laico colégio Pedro II, no Rio. Drummond passou dois anos ali, e até o momento de sua expulsão por “insubordinação mental”, ele foi um aluno aplicado, que levava a sério os estudos. Segundo seu biógrafo, Drummond teria confessado ao crítico e historiador da literatura Arnaldo Saraiva “que não tinha nenhuma dúvida de que ‘viria a se tornar padre se não tivesse sido expulso’” (CANÇADO, 2012, p. 68).

O que não chega a ser surpreendente, pois, como Miceli demonstrou em sua análise dos “cronistas da casa assassinada”, a posição em falso que esses *herdeiros tristes de um*

⁹ Todos os versos foram retirados do poema “Fim da casa paterna”, em *Esquecer para lembrar*.

¹⁰ Os versos citados foram tirados dos poemas “Ruas” e “Livraria Alves”, em *Esquecer para lembrar*.

poder antigo e esgarçado ocupam no interior de sua família e na própria classe dirigente “não apenas estimula uma familiarização crescente com as práticas e os trabalhos das mulheres mas também os leva a se aproximar das carreiras e dos agentes que se encontram mais impregnados pelos traços constitutivos do trabalho simbólico” (MICELI, 2001, p. 178).

Assim, abraçar uma carreira eclesiástica não seria algo insólito para o filho caçula de uma família patriarcal. Na verdade, não foram raros os casos de filhos de fazendeiros remediados, primos pobres da oligarquia mineira, que, matriculados no colégio do Caraça na condição de “apostólicos”, ou seja, matriculados gratuitamente e destinados ao sacerdócio, ao final da formação, abandonaram a sotaina e a sobrepeliz e ingressaram na advocacia e/ou na política.

Foi o que aconteceu a Joaquim de Salles (1879-1962), por exemplo, da geração anterior à de Drummond, filho de um fazendeiro remediado do Serro. Ingressou como “apostólico” no Caraça e deu continuidade aos seus estudos eclesiásticos em Paris e em Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Após concluir sua formação, acabou não se ordenando padre e matriculou-se na faculdade livre de direito do Rio de Janeiro, ingressando depois na política (PRM) (SALLES, 1993).

Outro “apostólico” do Caraça, Arduíno Fontes Bolivar (1873-1952), professor de francês e latim no colégio Arnaldo na época em que Drummond estudou lá, ingressou na faculdade de direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, e, em 1903, após formar-se iniciou uma carreira na magistratura estadual, cargo que revezava com o magistério nos colégios de elite da capital mineira e na faculdade filosofia de Belo Horizonte, da qual foi um dos fundadores (CASTRO, 2007).

No caso de Drummond, a expulsão do colégio, no final de 1919, representou a impossibilidade de seguir uma carreira como a de Joaquim de Salles ou a de Arduíno Bolivar, seu professor de francês e de latim. Segundo Cançado, esta expulsão, motivada por um

desentendimento entre Drummond e um dos professores – a quem ele escreveu uma carta meio desaforada,

Foi absolutamente inesperado, um golpe, o pior de todos. Ele calculara errado. Impossível supor que a sua carta ao professor pudesse chegar ao ponto de provocar a sua expulsão. O abalo jogou-o para sempre fora do prumo em que a sua vida estivera até então (CANÇADO, 2012, p. 71).

A expulsão, além de tirá-lo do “prumo”, comprometia seriamente suas possibilidades de inserção na classe dirigente estadual, valendo quase como uma excomunhão. Na já citada carta-desabafo a Alceu Amoroso Lima, de junho de 1931, Drummond tentou mostrar ao líder do laicato católico como sua experiência infeliz nas mãos dos padres do Arnaldo e do Anchieta teve consequências desastrosas em seu destino social:

Uma primeira experiência em colégio de padres [Colégio Arnaldo, em BH] – seis meses, com boas notas – e voltei à minha cidadezinha natal, onde o médico recomendou novo repouso. Passei assim dois anos lendo jornais, revistas, um ou outro livro. Sem orientação. A esse tempo, já o problema sexual tomara em mim um rumo errado. Outra vez um colégio de padres [Colégio Anchieta, dos jesuítas, em Nova Friburgo]. Nesse, fui por dois anos o aluno que trabalha, conquista prêmios, mas... qualquer coisa em mim indicava a anarquia, a insubmissão e a desordem. Acabaram-me expulsando, por um pretexto frívolo e com grande humilhação para mim. Esse incidente influiu desastrosamente no desenvolvimento dos meus estudos. Solto em Belo Horizonte, sem guia, sem orientação, fracassei nos preparatórios. Acabei matriculando-me num curso de Farmácia, em que durante três anos eu fui o aluno sem convicção, que recebe um diploma porém nem pensa em se servir dele (ANDRADE, 2014, p. 102-104, os comentários entre colchetes são meus).

4 Entre a rotina e a quimera: a dupla vida de um trãnsfuga exemplar

e já não somos nem Raros nem Malditos,
 mas simples Doidinhos de nova espécie,
 arrancadores de placas de advogados e dentistas
 em noites de pouca ronda,
 pequenos incendiários sem tutano
 de atear completas labaredas.
 Somos o que somos, mestre Horácio.
 (ANDRADE, *Boitempo: esquecer para lembrar*)

Expulso do colégio Anchieta, Drummond mudou-se no início de 1920 para a capital mineira. Veio acompanhando seu pai, que, após vender a casa de Itabira, vender algumas fazendas e doar as outras aos filhos, mudara-se com a esposa e suas duas filhas para Belo Horizonte, passando a residir no bairro Floresta, nos subúrbios da cidade. Segundo José Maria Cançado, o pai de Drummond “comprara vários terrenos na região e tinha se tornado praticamente um incorporador” (CANÇADO, 2012, p. 79).

A diáspora da família Andrade foi iniciada, portanto, pelo próprio chefe do clã, que instalou-se confortavelmente numa casa de um bairro situado no subúrbio da capital mineira, onde passou a viver das rendas proporcionadas pelos seus imóveis. Nos anos seguintes, também se mudariam para Belo Horizonte os manos José, celibatário, e Altivo, que se instalou com a família numa casa do bairro Serra. O primogênito, Flaviano, foi o único que permaneceu em Itabira por toda a vida.

O desenraizamento da família de Drummond, uma das mais antigas de Itabira, para uma cidade ainda em construção, abandonando o sobrado onde morara seus antepassados para levar uma vida de classe média na capital do estado, aponta para um processo mais amplo: o da reconversão dos filhos de proprietários rurais às voltas com a ameaça de decadência econômica e de desclassificação social em *fazendeiros do ar*, título de uma das coletâneas de poemas de Drummond, empregada por Roberto Schwarz para caracterizar sociologicamente os habitantes de pequenas cidades semirurais em estágio avançado de estagnação econômica

que se mudam para a cidade grande embalados pela promessa de felicidade encerrada na vida citadina com seus cafés, teatros e livrarias, perdendo rapidamente suas ilusões ao perceberem que a única maneira de sustentar aquele trem de vida era ingressando no ramerrão burocrático e refugiando-se na literatura, transpondo em verso e prosa esta experiência de desenraizamento e de reconversão (SCHWARZ, 1978, p. 92).

Na década de 1920, a capital mineira praticamente duplicou sua população de 55.000 habitantes para mais de 90.000. A experiência social da geração de Drummond tem muito a ver com este enorme contingente populacional formado pelos primos pobres da oligarquia que se desloca do interior para a capital do estado.

Embora a imigração estrangeira tenha tido alguma importância no momento de construção da nova capital, foi, no entanto, a migração intraregional que impulsionou o crescimento demográfico de Belo Horizonte. Com suas faculdades, livrarias e cafés, centro administrativo de uma burocracia em franca expansão, Belo Horizonte conseguiu estancar a sangria de mão-de-obra que buscava melhores oportunidades em São Paulo ou no Rio de Janeiro, passando a atrair os moradores das regiões mais estagnadas do ponto de vista econômico, sobretudo os do Norte de Minas (Cyro dos Anjos e Juscelino Kubitschek, por exemplo), do Oeste (como Emílio Guimarães Moura, Gustavo Capanema) e da antiga zona de mineração (como Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus).

A nova capital de Minas era, como assinalou Afonso Arinos de Melo Franco, uma espécie de “filtro civilizador” das levas de mocinhos recém-chegados do interior do estado:

Cidade adiantada, mas sertaneja, longe do mar e das suas influências, a capital mineira recebia constantemente uma considerável imigração interna, de gente rude do campo. Belo Horizonte funcionava, e ainda funciona, como uma espécie de filtro civilizador. Diferentemente das grandes metrópoles litorâneas, que se civilizam com as contribuições transatlânticas, a minha cidade era um núcleo de civilização que educava o sertanejo (MELO FRANCO, 1961, p. 197).

Este contingente de *fazendeiros do ar* afluía à capital mineira em busca de um diploma e de um emprego na burocracia estadual. Assim como Cyro dos Anjos em Montes Claros, os

demais integrantes da geração modernista mineira sentiam-se em suas cidades natais “desterrados dentro da própria terra, vagando entre destroços” (ANJOS, 1994, p. 225-226).

Estes trânsfugas do interior, herdeiros de ramos declinantes da oligarquia, sentiam-se igualmente deslocados naquela capital fria, cerimoniosa, fechada, quase hostil. Sua situação só melhorava um pouco após o ingresso numa das quatro faculdades da cidade – Direito, Medicina e Farmácia, Engenharia e Odontologia – e no funcionalismo estadual:

No concernente a nós, estudantes, que afluíamos à Capital atrás de um diploma, direi que nos era dispensada a simpatia compatível com a frieza e reserva daquelas populações providas de regiões diferentes de Minas, e não ainda amalgamadas. (...) A sociedade só tomava conhecimento dos acadêmicos (ANJOS, 1994, p. 269-270).

Numa capital provinciana e bastante acanhada do ponto de vista cultural, aqueles que encaravam a escrita literária como uma vocação eram obrigados a alterná-la com atividades mais “sérias” e rendosas.

Em 1923, Cyro dos Anjos instalava-se em Belo Horizonte com a intenção de tornar-se bacharel e funcionário público: “Das profissões liberais, nenhuma falava aos meus pendores. Tendia mesmo é para as letras, ofício suspeito, nada recomendável a quem buscava meio de vida” (ANJOS, 1994, p. 225):

Em meio a essas perplexidades foi-se delineando frouxamente a opção pela escolinha da Praça da República [faculdade de direito], aonde iam ter aqueles como eu, que não recebiam algum especial chamamento do destino. Era a saída mais fácil, caminho sem tropeço, em cuja extremidade uma promotoria de primeira entrância poderia oferecer-me a sombra que buscava, para conviver com os livros de estimação: ordenado magro, porém seguro, a garantir cama, comida e roupa lavada (ANJOS, 1994, p. 225).

Cyro sente-se intimidado nas tertúlias na casa do primo Artur Veloso. Suas leituras mostravam-se defasadas face às da roda do primo:

O sentimento de menos-valia me haveria prostrado, se a preocupação com os exames não mantivesse despertas as minhas energias. Assumira com o mano Antônio o compromisso de quatro preparatórios duma só arrancada, empresa temerária, tendo-se em conta que eu não fizera estudos metódicos e trouxera de Santana apenas o pé-de-meia conseguido na Escola Normal e nas aulas de professores improvisados (ANJOS, 1994, p. 235).

Em Belo Horizonte, Cyro logo toma consciência de que seu “municipal entusiasmo” pela crônica montes-clarense – “Eu era todo inauguração do Ramal, todo Rua do Bispo, todo Festa do Pires” – soava deslocado, pegava mal na capital mineira: “Em Santana, eu era o filho do Presidente da Câmara, vivia encarapitado num fordeco de bigodes. Na Capital, não passava de anônimo auxiliar extra intimidado pela verruga de um subinspetorzinho de reclamações” (ANJOS, 1994, p. 259).

Solto em Belo Horizonte, cidade adolescente e indefinida como ele, morando numa “casa sem raiz”, onde ele tinha seu quarto independente, podendo entrar e sair de casa sem dar satisfações, Drummond, então com dezoito anos incompletos, experimentava, depois dos anos de internato, a sensação de liberdade.

Em seu depoimento a Lya Cavalcanti, em 1955, numa série de programas da Rádio do Ministério da Educação e Cultura, ele recorda-se desta segunda estadia em Belo Horizonte:

Bem, ao sair do colégio às carreiras, com a sensação de quem levou uma pancada na cabeça, fui praticar em Belo Horizonte, pela primeira vez, as delícias da liberdade. Dediquei-me instintivamente ao prazer de vadiar. Estudar? Pois sim. Fazia de conta, iludindo o pai severo mas generoso, que soltava a mesada. Era a forra à disciplina, às limitações, proibições e inibições do internato, magnífico e implacável. Vadiar anos e anos: programa de vida sem programa (ANDRADE, 2003, p. 1224).

As “delícias da liberdade”, a boemia “etílico-literária” a que se entrega Drummond nesses anos iniciais da década de 1920, eram a sua maneira de reagir a uma cidade fechada e cerimoniosa, formada por “populações provindas de regiões diferentes de Minas, e não ainda amalgamadas”, como se recorda Cyro dos Anjos (ANJOS, 1994, p. 269-270).

Como o Frédéric Moreau do romance de Flaubert, Drummond era “um ser indeterminado, ou melhor, determinado à indeterminação, objetiva e subjetiva” (BOURDIEU, 1996, p. 18). Instalado na liberdade que lhe era assegurada pela mesada paterna, Drummond lança-se no espaço social da capital mineira em busca de um lugar ao sol – ou à sombra... da máquina estadual. Esses anos iniciais em Belo Horizonte foram seus anos de “educação

sentimental”, ou seja, de “envelhecimento social”, aprendendo, na marra, como funcionava o jogo social na capital mineira e quais eram suas possibilidades.

As classes dirigentes mineiras eram bem mais fechadas e localistas do que as de outros estados. Como mostrou John Wirth, “os laços de família, a educação e o dinheiro eram os caminhos” para ser admitido na constelação das famílias governamentais do estado (WIRTH, 1982, p. 205). Numa sociedade pouco diferenciada, de raízes agrárias e forte caráter municipal, fazer parte de um dos clãs que dominavam o estado dava acesso aos cargos mais importantes em nível municipal e estadual.

Além do parentesco, o capital escolar era praticamente um pré-requisito para entrar na elite política mineira. A instrução, como destacou Wirth, chegava mesmo a ser mais importante do que a posse da terra, uma vez que os fazendeiros não controlavam a política estadual (WIRTH, 1982, p. 208).

As faculdades de Direito e Medicina funcionavam como instâncias de treinamento e recrutamento de quadros para a administração estadual e federal:

Os professores passavam facilmente para cargos políticos e administrativos importantes e os alunos tinham esperanças de subir rapidamente, uma vez de posse de seus certificados de bacharéis e doutores. (...) O acesso aos corredores do poder era muito mais fácil para aquele que portava o anel de rubi do advogado e reforçado pelo companheirismo dos colegas de mesmo *status* (WIRTH, 1982, p. 139).

Levando-se em conta o perfil das classes dirigentes mineiras, durante a República Velha, pode-se avaliar o duro golpe que Drummond sentiu com a expulsão do colégio dos jesuítas e a reprovação nos exames preparatórios que davam acesso aos cursos mais prestigiosos, Direito e Medicina.

Numa entrevista a Homero Senna, em 1944, ele dá uma pista do quão difícil deve ter sido achar um “lugar” na capital mineira fora do esquema tradicional: faculdade de direito, advocacia/promotoria, carreira na magistratura e no magistério e/ou na política:

A saída brusca do colégio teve influência enorme no desenvolvimento dos meus estudos e de toda a minha vida. Casado, fui lecionar Geografia no interior. Depois voltei para Belo Horizonte, onde passei a fazer jornalismo, tendo sido mais tarde levado para a burocracia por Mário Casassanta. Meu lugar efetivo é, mesmo, o de redator do *Minas Gerais*, que é o jornal oficial do Estado. Desejando diplomar-me em alguma coisa (não fosse a interrupção dos meus estudos, em Friburgo, e seria bacharel em Direito, como todo brasileiro), resolvi estudar Farmácia. Não por qualquer inclinação especial, mas porque era o curso mais rápido, três anos apenas (SENNA, 1996, p. 02).

Segundo Flávia Andrade Goulart, sobrinha de Drummond, filha de seu mano Altivo, com quem manteve correspondência por longos anos, o “vovô Carlos” teria indagado ao filho mais novo qual a cor da pedra do anel de farmacêutico, a que Drummond teria respondido com um seco “Que anel, meu pai?”, gerando um grande desapontamento no coronel Carlos de Paula Andrade (GOULART, 2010, p. 44).

Esta fase de “mocidade solta”, que se estende até fins de 1926, quando ele inicia sua carreira de “inconvicto escriba oficial”, correspondeu ao período de *desatino da rapaziada* que formou a primeira geração modernista de Minas, estudada por Humberto Werneck.

Embora só tenha publicado sua primeira coletânea de poemas, *Alguma poesia*, em 1930, segundo levantamento minucioso realizado por Fernando Py, entre 1920 e 1926, Drummond publicou em jornais e revistas de Minas e do Rio de Janeiro 241 textos em verso e prosa. Além disso, ao longo dessa década, houve pelo menos cinco livros de poemas projetados que acabaram sendo abandonados (PY, 2002, p. 228).

Em sua dissertação de mestrado, Thaís Isabel Castro, após fazer um levantamento exaustivo no arquivo do poeta-funcionário na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, no acervo de obras raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, e no Arquivo Mário de Andrade, sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), garimpou 149 produções poéticas (poemas e poemas em prosa) escritas por Carlos Drummond de Andrade ao longo dos anos 1920 e que não haviam sido publicadas em livro (CASTRO, 2004, p. 08-13).

Não se trata de desenterrar, ou melhor, de desengavetar uma produção que atestaria um Drummond modernista antes de seu encontro com os modernistas de São Paulo. A meu ver, esses poemas testemunham a crise de valores estéticos e existenciais que conduziram-no a fazer sua conversão ao modernismo, após sua fase penumbrita. Mostram justamente que a produção literária de Drummond não nasceu com o modernismo dos anos 1920, convertendo-se a ele gradualmente.

Como já sublinhou John Gledson, os escritos de juventude de Drummond não apenas dão testemunho “do desenvolvimento e das lutas que, de fato, existiram (...), como também [iluminam] facetas desconhecidas do pensamento do poeta num momento decisivo da sua carreira (a sua conversão ao modernismo)” (GLEDSON, 1981, p. 23).

As “inquietações na poesia de Drummond”, para retomar o título do célebre artigo de Antonio Candido, já se manifestavam nessa fase “pré-modernista”. Nos poemas e nos ensaios publicados na década de 1920, anteriores à sua conversão ao modernismo, Drummond parece estar fazendo experiências em busca de uma dicção singular, algo, como ele disse em sua saudação a Martins de Almeida, “difícil de achar, mas bom de procurar”.

Quem melhor reconstruiu essa estreia de Drummond foi o escritor e jornalista Humberto Werneck, em seu livro *O desatino da rapaziada*. Os poemas e crônicas de Drummond publicados na página que figurava como uma espécie de “coluna social” da época do *Diário de Minas*, jornal modesto, de quatro páginas apenas, mas que conservava uma importância política – era o porta-voz do PRM – e intelectual – fundado no final do século XIX, nele colaborou no início do século seguinte Alphonsus de Guimaraens, escritor mais representativa do grupo simbolista mineiro –, chamaram a atenção de seu diretor, José Oswaldo de Araújo, e de Afonso Pena Júnior, político e intelectual que era, naquele início dos anos 1920 uma estrela em ascensão nos quadros do PRM. Segundo Werneck,

O antigo diretor do *Diário de Minas* [José Oswaldo de Araújo] contaria, anos mais tarde, a impressão que lhe causou o comentário de um amigo, o

escritor Afonso Pena Júnior, ao ler os primeiros poemas de Drummond: “Aqui há Otis!”, sentenciou o futuro ensaísta de *A arte de furtar e seu autor*, poeta simbolista já quarentão, que em sua juventude brilhara em dois grupos literários belo-horizontinos, os Cavaleiros do Luar e os Jardineiros do Ideal. “Aqui há Otis” – eram estes os dizeres das placas que anunciavam a instalação de elevadores, um dos signos da modernidade... (WERNECK, 1992, p. 18).

Em 1921, ano em que Drummond começou a publicar no *Diário de Minas*, Afonso Pena Júnior era secretário do Interior do governo de Artur da Silva Bernardes (1918-1922), cuja administração marcou o declínio dos fundadores do PRM e a ascensão dos “políticos ilustrados”, como mostrou John Wirth (WIRTH, 1982, p. 165). Bernardes procurou enfraquecer o poder dos coronéis do interior atraindo para o governo estadual e para os cargos legislativos jovens bacharéis, como Francisco Campos, e políticos ilustrados da velha zona mineradora, como Afonso Pena Júnior.

Enfim, esta breve digressão visa apenas chamar a atenção para o papel da redação do *Diário de Minas* como instância de recrutamento de quadros. Recém-chegado à capital, pertencente a uma família de prestígio municipal mas sem influência em Belo Horizonte, o “Aqui há Otis!” de Afonso Pena Júnior e a acolhida ainda que relutante de José Oswaldo de Araújo aos poemas e crônicas daquele “seminarista à paisana”, numa Belo Horizonte em que se dizia que “Fora do PRM não há salvação”, davam alguma esperança de salvação ao jovem de dezessete anos expulso pelos jesuítas.

No período que se estende de 1921 a início de 1926, Drummond, apesar de publicar com regularidade no *Diário de Minas*, não fazia parte de sua redação e publicava seus escritos *gratis pro amore*, sem qualquer tipo de remuneração. Somente em fins de 1926, ele passaria a compor os quadros desse jornal na condição de auxiliar de redação e em seguida de chefe de redação. Em 1928, chegaria a ser nomeado diretor do *Diário de Minas* como desfecho de um episódio que será comentado mais à frente.

Um outro aspecto a ser considerado é o do lugar social – ou da falta de lugar – do escritor na Belo Horizonte dos anos 1920. As poesias e crônicas de Drummond eram

publicadas na seção “Sociais” do jornal oficioso do PRM, índice de que a literatura era considerada muito mais um adorno social, um lazer cultivado, do que uma ocupação séria. Sinal também de que, na ausência de instâncias específicas, os jornais desempenhavam o papel vicário de “instâncias de consagração”.

Numa cidade como a BH dos anos 1920, ou seja, politicamente de primeira grandeza, mas periférica do ponto de vista cultural e pouco diferenciada economicamente, a hegemonia do PRM não deixava os jornais de oposição prosperarem. Os jornais do Rio e os jornais governistas não deixavam espaço à imprensa “independente” em Belo Horizonte: “Acossado, assim, de dois lados, o periodismo independente não conseguia firmar-se naquela capital de população rala, reduzida massa leitora, comércio pobre, indústria quase nenhuma” (ANJOS, 1994, p. 356).

Outro aspecto essencial do jogo literário na BH dos anos 1920 era o fascínio, a dominação exercida pelo universo literário da capital federal. Como já assinalou John Wirth, “Belo Horizonte cresceu à sombra do Rio de Janeiro, fomentando uma insegurança provinciana nos belorizontinos, que consideravam a sua uma cidade do interior ampliada” (WIRTH, 1982, p. 137).

A circulação de ideias e de intelectuais entre o Rio de Janeiro e Minas era muito mais intensa do que entre Minas e São Paulo. Após declarar que os jovens letrados de Minas não tomaram conhecimento da Semana de Arte Moderna de 1922 ocorrida em São Paulo, Cyro dos Anjos afirma que “o modernismo não terá caminhado de São Paulo para Minas. Pode-se conjecturar que tenha chegado a Belo Horizonte pelo diurno do Rio” (ANJOS, 1994, p. 391).

Adolescendo em Itabira, Drummond era leitor contumaz de revistas cariocas, sobretudo a *Para Todos* e a *Ilustração Brasileira*, dirigidas por Álvaro Moreyra. Seu mano Altivo, estudante de Direito no Rio, chegou a cultivar “umas coceiras simbolistas”, publicando poemas em prosa assinados “Altyvo” com o y nobilitador, marca registrada dos

simbolistas. Data da adolescência sua admiração por Álvaro Moreyra, que, “com seu y civil, era para mim a própria encarnação da arte delicada de escrever” (ANDRADE, 2003, p. 1219).

E muitos dos poemas em prosa escritos por Drummond no início dos anos 1920 não passavam de imitação descarada da prosa do escritor gaúcho diretor da *Para Todos*, “tão imitativos, de fato, que quase não merecem o nome de obras originais”, segundo John Gledson (GLEDSON, 1981, p. 28).

Em artigo publicado no *Diário de Minas* em 1922, Drummond não disfarça sua admiração pelo autor de *Um sorriso para tudo...*:

O sr. Álvaro Moreyra “vê diferente”. Para compreendê-lo é imprescindível possuir um espírito irmão do seu, e estar vinculado à sua família espiritual; sua obra, autêntica obra de arte, é uma criação para “os raros” apenas. Nela, como num jardim fechado, passeiam os espíritos melancólicos que amam a beleza e a graça (*apud* GLEDSON, 1981, p. 29).

A “irônica e melancólica suavidade” com que a pena de Álvaro Moreyra tratava “das coisas cotidianas” (ANDRADE, 2012, p. 119), com suas reticências ao final de cada frase, constituiu sem dúvida o modelo literário de Drummond nesse início da década de 1920, período em que, como já disse Emílio Moura, seu espírito “flutuava então entre o puro esteticismo e um niilismo exacerbado” (MOURA, *apud* ANDRADE, 2012, p. 157).

A imagem do “jardim fechado” conferia plasticidade à atitude contemplativa diante da vida, significando a recusa ao servilismo que pautava as relações sociais, sinalizando uma postura de recolhimento a um “recanto de sabedoria displicente” como *Le jardin d'Épicure*, “do bom mestre Anatole [France]”, escrevia Drummond em janeiro de 1924 em sua resenha do livro *Jardins de ouro e névoa...*, de Lincoln de Souza, publicada no *Diário de Minas*. A metáfora do jardim era recorrente e figura no título de várias coletâneas de poemas: *Jardim das confidências*, de Ribeiro Couto; *Horto de mágoas*, de Gonzaga Duque; *Jardim das tormentas*, de Aquilino Ribeiro; *Le jardin des supplices*, de Octave Mirbeau; *Le jardin*

d'Épique, de Anatole France. O que cativava o jovem Drummond nessas obras era a defesa de uma postura contemplativa ante “o enfadonho e doloroso espetáculo da vida cotidiana”:

Contemplativo, – eis aí uma sábia atitude. Não resta outra aos que tendo vivido e sofrido muito, encontram a origem de sua dor e não podem removê-la: resignam-se à contemplação, pura e simples, das dores e das alegrias, tanto próprias como alheias, que enchem o irremediável, enfadonho e doloroso espetáculo da vida cotidiana. E daí, sendo o espetáculo triste, – são tristes os seus olhos. É triste a sua atitude. (...) Temos que impor aos nossos lábios um tácito consentimento, e afogar a inútil palavra de ódio. Temos que os restringir à contemplação quando chegamos a esse estado espiritual que caracteriza o sr. Lincoln de Souza. Ele assim o fez, e fez bem. Resignando-se a contemplar a marcha, ou melhor, o “escoamento das coisas”, poderia utilizar-se da esmeralda pretensiosa de Nero; ao contrário, preferiu a solidão e os seus sortilégios, e foi viver à sombra desses mágicos jardins da imaginação. Tais jardins serão, necessariamente, bizarros, pois que assim o exige o espírito inquieto desse jardineiro a quem a imaginação cura as feridas da realidade. E aí temos alguém que, havendo conhecido a vaidade de tudo, plantou o seu horto, fechou-o com portas severas, e nele se entregou ao exercício heroico de viver sem ilusão (ANDRADE, 2012, p. 131).

A metáfora do jardim, como analisou Carl Schorske no seu livro sobre a *Viena fin-de-siècle*, foi bastante utilizada pela literatura austríaca na segunda metade do século XIX “para expor o problema da relação entre valores culturais e uma estrutura social em transição” (SCHORSKE, 1988, p. 264).

À medida que o Império Habsburgo se desintegrava, as frações ilustradas da classe média austríaca elegeram a imagem do jardim como ideal cultural em resposta à crise do complexo de valores burgueses do mundo pré-industrial da geração de seus pais. A reprodução social dessa fração de classe já não passava pelo mundo dos negócios, mas pelo universo da ciência e da alta cultura. O ideal cultural dessas frações ilustradas era a integração harmoniosa entre natureza e cultura, integração materializada no jardim fechado, em que a “ciência aperfeiçoava a natureza em arte” (SCHORSKE, 1988, p. 273).

Assim como o jardim simbolizava a natureza elevada à perfeição pela ação da cultura, o dono desse jardim era o *rentier* cultivado que soube promover a aliança entre alta cultura e capital econômico. Ao passo que a geração anterior havia sido educada para uma profissão, encarando a alta cultura como um adorno, um símbolo de *status*, a geração criada nos museus,

teatros e salas de concertos da nova *Ringstrasse* levava a arte e a alta cultura a sério, fazendo parte de seu *habitus*.

No final do século XIX, o jardim passou a simbolizar a maneira como as frações cultivadas da classe média encaravam a arte e a literatura – como um refúgio, uma recusa de uma realidade tida como decadente. Esse ideal de “autoaperfeiçoamento hedonista” casava bem com a perda de importância política desses setores da classe média austríaca. As frações cultivadas da alta classe média austríaca refugiaram-se na alta cultura e fizeram da arte “um retiro dos *beati possidentes*, um jardim estranhamente suspenso entre a realidade e a utopia” (SCHORSKE, 1988, p. 284-286).

A geração de Hugo von Hofmannsthal e Arthur Schnitzler recorreu à imagem do “jardim rococó” para expressar o sentido que estes “jovens membros da *intelligentsia* aristocrática abastada” davam à arte e à educação estética, vistas como algo separado do mundo onde aquela camada cultivada e ociosa podia “viver à parte de um mundo que não fizeram e nem se importavam em conhecer” (SCHORSKE, 1988, p. 288-289).

A produção literária de Drummond nesses anos iniciais da década de 1920 testemunha o quanto ele se sentira atraído “pelo ar culto e exclusivo do penumbrismo do qual Moreyra era chefe, e esta atração trouxe consigo muita parafernália: as mulheres esguias, os ambientes crepusculares e melancólicos e os jardins misteriosos que eram a marca da fábrica penumbrista” (GLEDSON, 1981, p. 28).

A adoção da maquinaria simbolista não era, no entanto, sem reserva. Ao longo dessa crise de identidade, vemo-lo ora pender para uma imitação descarada de Álvaro Moreyra, ora lançar olhares de simpatia para a arte moderna:

Os homens, que há pouco se entregavam ao delírio da guerra, encontraram hoje um derivativo no delírio da arte. (...) O período trágico de 1914 a 1918 marca uma diferenciação radical entre os dias passados e os presentes. Ontem, nós sorríamos com despreocupada alegria, e a arte era um brinquedo para os espíritos ágeis. Agora, há em nossas máscaras um ríctus inquieto, e, em nossos gestos, um anseio triste de libertação... Se daí não nasceu uma

nova moral, que seria tão deplorável quanto a vigente, nasceu, com certeza, uma outra forma de arte. (...) E essa arte é cheia de angústia, de sofrimento e desesperação. Consciente ou inconscientemente, todos nos sentimos presa do terrível desejo de reformar. Há um prazer magoado em lançar à poeira os ídolos a quem ontem votávamos oferendas, e que hoje nos parecem mudos e frios, inexpressivos e ingratos... (...) Os homens de hoje não têm mestres. Quebraram as tábuas da sabedoria, e com elas fizeram um lume delicioso... Ninguém segue mais o exemplo das sombras amáveis do passado. Para quê? Todos se contemplam no espelho, e a si mesmos elegem mestres... Há tantos discípulos quanto apóstolos. Isso é divertido, mas exprime um trágico momento da alma coletiva. (...) O Brasil, que sempre se postou à margem dos acontecimentos, como um espectador aborrecido, já sofreu o choque do pensamento novo. (...) De cima a baixo, pela nossa literatura, anda uma grave desordem, a desordem das prateleiras desarrumadas, dos catálogos subvertidos e das convenções reduzidas a roupa branca... Os novos, os que formam o espírito à luz das ideias atuais, vão com um ingênuo e divino entusiasmo. (...) Libertação! Libertação! Mais do que nunca, é impossível libertar-se. Entreguemos ao destino, senhor de mãos indiferentes, o conto indeciso do nosso futuro... A terra continuará a rolar, com igual indiferença... (ANDRADE, 2012, p. 123-125).

Publicado em outubro de 1923 na revista carioca *Para Todos*, o ensaio mostra que, mesmo antes da “caravana modernista” de abril de 1924, Drummond já demonstrava verdadeira simpatia pela literatura modernista não só europeia como também brasileira/paulista. Mas uma simpatia que não apontava ainda uma reconversão, coisa que somente ocorreria após o início de sua amizade epistolar com Mário de Andrade.

Como já indicou John Gledson, um dos resultados dessa gradual reconversão modernista foi “o de forçar Drummond a apreciar o seu próprio país”, pois nos ensaios anteriores a abril de 1924, “o Brasil, se aparecia, era unicamente como país importador de ideias postas já de lado na Europa” (GLEDSON, 1981, p. 33).

Em junho de 1924, Drummond publicou um longo ensaio sobre “as condições atuais da poesia no Brasil” num jornal de Juiz de Fora:

Emudecida a lira gloriosa de Olavo Bilac, operou-se no país uma grande transmutação de valores poéticos. (...) Respeitamo-lo com razão. E quando não agissem outros motivos, sua obra seria considerada ao menos pela feição nacionalista de muitos dos seus poemas, sabido que o nacionalismo é, paradoxalmente, uma tendência de peso na moderna literatura brasileira. (...) Ousemos proclamar, portanto, que há uma nova poesia no Brasil. É essa, mesmo, a única afirmação possível num momento de tamanha incerteza. Se não há uma nova prosa, há uma nova poesia. A revolução literária manifestou-se de preferência, como é natural, sobre esta última província. A

matéria poética é mais plástica, mais sensível às influências do tempo, renovando-se, por isso, com maior rapidez. (...) Infelizmente, essa poesia que hoje ostenta graças inéditas é motivo para inquietas indagações. Não se fixou. Os espíritos gozam de tamanha liberdade que se embriagaram. (...) Daí a incerteza, e a angustiosa interrogação: qual o rumo definitivo que tomará a poesia brasileira? Eis o que não sabemos. (...) Há o cunho nacionalista, visível nos *Epigramas* do sr. Ronald de Carvalho, e principalmente nas últimas ideias do sr. Oswald de Andrade. Será uma tendência vitoriosa? Antes de tudo, precisamos reformar essa ideia de nacionalismo, que interpretações viciosas tanto deturparam. Ou faremos isto, ou reinará um eterno *mal entendu*. Com efeito, não valia a pena fazer-se uma revolução literária para voltar às fórmulas e preconceitos estéticos do sr. Coelho Neto e do sr. Catulo Cearense. (...) [O nacionalismo] repugna aos espíritos sadios e lúcidos. Admissível na ordem política, é de todo inconveniente na ordem estética. E é um doce engano, esse de que teremos uma literatura genuinamente brasileira apenas com a utilização de motivos brasileiros. (...) Os temas da poesia são universais. As palavras de Gonçalves Dias não nos farão esquecer as paisagens “civilizadas” da Europa (e vice-versa). (...) [Drummond comenta elogiosamente a poesia de Guilherme de Almeida, de Ronald de Carvalho e de Mário de Andrade, a quem ele chama de “regionalista urbano”.] Entre as tendências que dividem a moderna poesia brasileira, a do neorromantismo é uma das mais visíveis, e conta com numerosos adeptos. Deixem passar a denominação, que é precária e provisória. Uma literatura não se liberta de um momento para outro das suas mais fundas características. Nós éramos românticos, e tão cedo não seremos outra coisa. Formas inéditas vestem, não raro, antigos pensamentos... (...) [Neorromânticos: Ribeiro Couto, “o poeta da chuva, ou mais propriamente da garoa”; Olegário Mariano, Onestaldo de Pennafort] [Drummond menciona ainda Cecília Meireles, “a mais admirável das nossas poetisas” e, ao mesmo tempo, “a menos brasileira de todas”; Manuel Bandeira, “o primeiro dos nossos poetas modernos”.] E voltemos novamente a essas ideias, que o sr. Oswald de Andrade, a inteligência mais ativa do momento, vai semeando com alegria e despreocupação. (...) Tendo viajado muito, o sr. Oswald de Andrade cansou-se da Europa. Daí o sabor selvagem de suas ideias, que ele faz questão de chamar ideias de bárbaro. Acontece que o sr. Oswald de Andrade é um bárbaro corrompido pela inteligência. No seu conflito íntimo, o eterno conflito da imaginação com o sentimento, venceu este último. A tragédia é velha, e já foi sentida por Nabuco. No caso de que nos ocupamos, o bárbaro venceu, mas ficou pervertido. Assim, para justificar um plano de sistematização firmado em valores emocionais (sentimento da terra, do passado, da raça, etc.), teve o sr. Oswald que recorrer à sua imaginação, não de bárbaro, mas de europeu exilado na América... E por mais que faça valer a sua inocência de tropical, sua dialética tem sutilezas de quem viajou as almas e os livros. (...) Falta a essa poesia [poesia Pau-Brasil] o caráter de universalidade, sobrando-lhe os dotes de cor local e pitoresco. (...) Este estado de inocência, que o sr. Oswald encontra em nossa condição de raça virgem, não poderá caracterizar a nossa poesia. Ainda uma vez somos forçados a reconhecer que a poesia é uma flor de cultura e requinte, e que, enfim, a matéria poética nada representa em relação ao espírito que a modela. A nossa poesia terá que receber ainda por muito tempo o influxo de correntes estrangeiras, sem que por isso ela se faça menos nossa. Gonçalves Dias, trabalhado por uma educação clássica, respirando sob o estreito céu conimbricense, teve força bastante para motivar alguns temas brasileiros, e de tal sorte o fez que o seu nome é hoje respeitado por modernistas e passadistas. Que frescura e que pureza de

linhas na sua Canção do exílio, por exemplo, esse poema que é ainda o mais representativo de toda a nossa poesia! (ANDRADE, 2012, p. 133-142).

Numa capital de burocratas e estudantes, sendo muito comum o acúmulo desses dois papéis, pois os jovens do interior que chegavam à capital em busca de um diploma empregavam-se nas repartições públicas, ter seus versos e ensaios publicados nos jornais governistas dava *status*. É o que conta Cyro dos Anjos, que, em 1924, cavara, através das ligações familiares, uma modesta colocação na Subinspetoria de Reclamações da E. F. Oeste de Minas, morando na mesma pensão de seu mano Valdemar.

Sentindo-se socialmente rebaixado, pois em Montes Claros, sua cidade natal, ele era filho do presidente da Câmara municipal, o coronel Antônio dos Anjos, ao passo que na capital do Estado não passava de um obscuro funcionário público, Cyro encontraria na literatura uma forma de redenção social (ANJOS, 1994, p. 259).

Nesse mesmo ano de 1924, ele “estrearía como escriba metropolitano” na revista *Risos e Sorrisos*, dirigida por Albano de Moraes, a quem conhecera nas tertúlias em casa do primo Artur Veloso:

No dia seguinte, comparecendo à repartição, o Albano recebeu-me com as efusões que a vista de amigos lhe despertava. Sem lerem os seus versos no *Diário de Minas*, os burocratas da ferrovia tinham-lhe o temor mesclado de admiração que a auréola de poeta suscita entre os alheios à literatura. Vendo-o tratar-me com afabilidade, passaram a dirigir-me a palavra, assim que as ausências de Leocádio permitiam conversa (ANJOS, 1994, p. 260).

Como se vê, na Belo Horizonte dos anos 1920, o poeta ainda não havia perdido sua auréola, sinal de que a atividade literária não operava ainda segundo as leis de mercado, como no poema em prosa de Baudelaire. Ainda segundo Cyro, “Ter conta no Alves dava *status*, equivalia a ser investido na categoria de *clerc*. (...) Desde que o Kneipp, com o seu sorriso à Gioconda, permitia ao jovem beletриста comprar a crédito, este se via automaticamente admitido na Ordem dos letrados” (ANJOS, 1994, p. 314).

As metáforas empregadas – “clerc” e “ordem dos letrados” – dão bem a ideia de como a atividade literária possuía um caráter estamental. Apesar de fracamente institucionalizada, a

literatura permanecia envolta numa aura de prestígio social, atraindo para seu círculo homens de negócios como, por exemplo, José Oswaldo de Araújo:

Há vinte anos, o José Oswaldo [de Araújo] era um dos nomes mais brilhantes da nova geração de poetas e jornalistas de Belo Horizonte. Tinha nome de bom orador. Redigiu o *Diário de Minas*, órgão da Tarasca, com Noraldino Lima e Arduíno Bolívar. Depois, passando a direção daquele jornal a outras mãos, deixou o jornalismo, as letras, a oratória e a política. Tornou-se homem de negócios e banqueiro. Enriqueceu, e ocupou por algum tempo a Prefeitura de Belo Horizonte. (...) Mas isso não basta. Quer ter também a vaidadezinha de ser esta coisa sem nenhuma importância: homem de letras e membro da Academia Mineira. Para ser acadêmico, basta apenas isto: ter livro publicado. José Oswaldo nunca publicou livro. Pensava em coisas práticas, ganhava dinheiro. Agora, como quer ser acadêmico, publicará um: reuniu versos da mocidade e mandou-os para o prelo. (...) Enfim, os homens querem tudo, mesmo essa coisa insignificante que é o nome de poeta” (FRIEIRO, 1986, p. 238-239, 05/01/1946).

Palmilhando um pouco mais a BH dos anos 1920, tal como reconstruída nas memórias de Cyro, descobre-se que em 1927 ele buscava desesperadamente um emprego, única maneira de manter-se na capital. Seu primo arranja-lhe um emprego no comércio, experiência vivenciada pelo futuro autor d’*O amanuense Belmiro* como uma verdadeira humilhação:

Fingi entusiasmo, ao receber a notícia, mas, no íntimo, a melancolia era grande. Não queria banco nem companhia. Queria era emprego público, e ser literato, estudante, girar, na rua, a minha bengalinha de castão de prata, como Newton, Zeca, Levi, Alkmim, Juscelino. Ser caixeirinho da representação duma usina de açúcar parecia-me o fim. Ainda por cima na Rua da Bahia! (...) Veio 1927, e, durante janeiro, a vida não sofreu alteração: de dia, o trabalho no escritório; e na república, à noite, a torva melancolia. (...) De novo me vinham ímpetos de atirar para longe os compêndios e afastar de minhas vistas o meu Anatole, o meu Wilde, o meu Machado, o meu Eça. Os compêndios para nada me serviriam, já que eu não ia mais estudar. E literatura não era coisa de caixeiro. Abria o *Diário de Minas*, lia crônicas e versos de Carlos Drummond, de João Alphonsus, de Emílio Moura... Já não ousava pensar que, um dia, talvez pudesse abeirar-me deles no Estrela (ANJOS, 1994, p. 348 e 352).

Foram as crônicas e poemas publicados no jornal do PRM que tornaram possível a aproximação entre Drummond e um grupo de jovens letrados, todos eles muito cultos e pertencentes aos velhos troncos mineiros empobrecidos:

Andei publicando coisas nuns jornalecos mineiros, antes de ter coragem de subir a rua da Bahia e procurar o *Diário de Minas*. Conquistei oito ou dez leitores, que era tudo que o jornal tinha. Mas leitores como Miguel Campos, Abgar Renault, Alberto Campos, pessoas do mais fino quilate. Esse pessoal

se reunia no Bar do Ponto – que era não só o bar com esse nome, mas toda a área ao redor, centro social, cívico, mundano e fofoqueiro de Belo Horizonte. Lá conheci amigos que me marcaram a existência inteira: os já citados e mais Pedro Nava, Mário Casassanta, João Alphonsus, Martins de Almeida, o poeta Emílio Moura, que era a doçura em pessoa. Éramos boêmios, fazíamos nossas farras, mas exercíamos sobre o que se escrevia uma crítica realmente positiva, quando à noite íamos tomar café com leite, pão com mateiga (ou um chopezinho se o dinheiro desse para isso) e cada um tirava do bolso as suas produções literárias. Atribuo o fato de ter vivido mais ou menos dentro da normalidade ao convívio com eles (ANDRADE, 2011c, p. 93).

Não vem ao caso refazer aqui a história social da formação e atuação desse grupo de pretendentes às carreiras intelectuais e políticas, uma vez que essa análise já foi feita com muita competência por Fernando Correia Dias (1971 e 2007) e Helena Bomeny (1994, 2000). Meu propósito, neste capítulo, é outro: trata-se de reconstruir a inserção de Drummond nesse grupo, do qual, como veremos, assumiu a liderança, e de analisar seu papel na invenção de um novo tipo de intelectual marcado pela dupla vida: a literatura (quimera) e a prestação de serviços político-burocráticos (rotina).

Ao enviar seus artigos ao *Diário de Minas*, Drummond, sem o saber, atrelava seu destino social ao desses letrados que alguns anos depois seriam desviados para a política e, como os “jovens turcos”, forçariam as portas do sistema de dominação montado no início da República Velha. Esses letrados bem-nascidos e também muito bem-comportados de Minas, uma vez que se deram conta de que, “para sobreviver, [teriam] que se envolver no empreendimento da modernização” (DULCI, 1999, p. 146-147), não hesitaram em aderir à trama revolucionária que desembocaria na Revolução de 1930 e em participar da montagem das principais instâncias de produção e reprodução da cultura nacional. Esta primeira geração modernista, proveniente da Minas da terra e da tradição, foi sobretudo uma geração composta de homens de transição que abriram o caminho para a elite de perfil mais técnico que, nos anos 1940 e 1950, colocaram em prática uma estratégia desenvolvimentista ancorada no Estado, como mostrou Otávio Dulci (DULCI, 1999, p. 159).

Como já indicou Maria Arminda do Nascimento Arruda, há muita nostalgia das origens, há muita saudade de uma mítica Idade do Ouro de uma Minas urbana e rebelde trabalhando internamente o espírito dessa geração de intelectuais desenraizados empenhados em acertar os ponteiros de Minas ao relógio da modernidade, numa mescla singular de anseios cosmopolitas e apego localista (ARRUDA, 1990, p. 198-241).

De um lado, como disse John D. Wirth, “o senso de lugar, de raízes na cidade pequena está para a literatura e o folclore em Minas como a linha de *basso continuo* estava para Bach: inevitável, esperada e ordenada” (WIRTH, 1982, p. 209). Do outro, o projeto intelectual que animava esta geração era o de realizar o velho sonho inconfidente inscrevendo Minas no concerto das nações (ARRUDA, 1990, p. 241).

Em *Guardiões da Razão*, Helena Bomeny mostrou que esta primeira geração modernista era portadora de um projeto intelectual e político que atribuía à elite política de Minas a missão de traduzir e racionalizar a “cultura brasileira”, atuando como fiel da balança no processo de *nation-building* (BOMENY, 1994, p. 16-17).

Qual foi o “lugar efetivo” ocupado por Drummond no interior dessa geração de intelectuais mineiros dos anos 1920, geração que nas décadas seguintes teve uma atuação decisiva na formação das políticas educacionais e culturais que mudaram os rumos nacionais?

Nos parágrafos seguintes, analiso a trajetória de Drummond numa capital em formação, ainda bastante provinciana, culturalmente morna mas fervendo politicamente, como era a Belo Horizonte dos anos 1920.

Nunca mais, por muito que viva e conheça novos homens, sentirei tão forte aquela emoção de Belo Horizonte, quando rapazinho agreste de Itabira, considerado indesejável no colégio, descobri que havia amigos e que eles tornavam a vida diferente. Emílio Moura, Milton Campos, Abgar Renault, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Alberto Campos, Martins de Almeida, Batista Santiago, Aníbal Machado tiveram na minha vida uma interferência cordial, que de certo modo decidiu do seu rumo, fazendo-a repousar pelo menos em torno de uma certeza: a de que há amigos – poucos, mas há. [...] Outros amigos vieram depois, e a literatura trouxe também relações

afetuosas: amigos de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio... A grande experiência cordial, porém, estava feita aí por volta de 1922” (ANDRADE, 2011c, p. 25-26).

Esta “grande experiência cordial” foi fundamental para o “ex-colegial meio zonzó”, ofertando-lhe “uma perspectiva de vida literária que seria também de solidariedade moral, de ajuda benévola à sua timidez, de correção à sua fraqueza de bases, à sua confusão interior, na procura de um rumo”, como ele mesmo disse a Lya Cavalcanti em suas *Confissões no rádio* (ANDRADE, 2003, p. 1225).

Ingressar naquela roda de jovens estudantes de Direito, “que por sorte eram também dados a letras, embora não fizessem disto preocupação única ou principal”, foi o que permitiu a Drummond, cheio de recalques e “num ambiente de travas sociais e de tédio” como era a Belo Horizonte dos anos 1920, “não afundar no desespero existencial ou na inércia, esse cupim que rói a madeira mais delicada do espírito”, prossegue o poeta-funcionário em suas recordações de província na rádio do Ministério da Educação (ANDRADE, 2003, p. 1224-1233).

O melhor depoimento sobre a formação do grupo está nas memórias de Pedro Nava, sobretudo em *Beira-mar* e no texto “Recado de uma geração” escrito para figurar como Prefácio à reedição de *A Revista*, a publicação coletiva do grupo de que falarei mais adiante:

Desde 1921 constituiu-se em Belo Horizonte numeroso grupo de moços integrado pelos nomes de Abgar Renault, Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel de Rezende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus de Guimaraens, João Guimarães Alves, João Pinheiro Filho, Mário Álvares da Silva Campos, Mário Casassanta e Milton Campos. Era o chamado Grupo do Estrela – do nome do café em que se reuniam. Dele fiz parte desde os primeiros momentos, assim como vieram a completá-lo mais tarde, Ascânio Lopes, Ciro dos Anjos, Dario de Almeida Magalhães, Guilhermino Cesar e Luis Camilo de Oliveira Neto. A aglutinação de personalidades tão diferentes deve-se à amizade que os ligava unanimemente a Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e Milton campos. Deles alguns já se tinham iniciado na literatura mas os outros eram também rapazes preocupados com poesia, prosa, arte e filosofia (“Recado de uma geração”, *A REVISTA*, 1978, p. 1).

Todos eles eram estudantes na casa dos vinte anos, a maioria seguia o curso de Direito, Nava era estudante de medicina e Drummond, como já foi dito, estudava na faculdade de Farmácia. Quase todos eles trabalhavam em repartições públicas, em funções modestas, alternando os estudos universitários com o expediente nas secretarias. No final da tarde, após terem dado uma passada na Livraria Francisco Alves, reuniam-se no Café Estrela, “na mesma sagrada rua intelectual de Minas Gerais”, e discutiam política e literatura, “contavam-se histórias pornográficas e diziam-se besteiras, puras e simples besteiras, angelicamente”, relembra Drummond em diversos textos e entrevistas.¹¹

Os jovens do grupo do Estrela, como ficariam conhecidos, eram a um só tempo estudantes, modestos funcionários, praticantes de um jornalismo literário característico dessa Belo Horizonte adolescente e escritores intermitentes. A literatura, que, depois, seria, por alguns poucos, encarada de um ponto de vista vocacional e mesmo profissional, era, àquela altura, mais uma atividade do que uma identidade. O próprio Drummond chama a atenção para isso:

Debruço-me à beira desse poço de dezenove anos de profundidade. Lá embaixo, no escuro, é 1924. Alguns dos que hoje me convidam a escrever estavam apenas nascendo. E eu era um dos moços de então. Os nomes mudaram, porém os moços continuam existindo na literatura, amando-a e fazendo dela um valor humano. Por que xingar os moços de literato? O que há de melhor neles é a literatura, ou seja, a vida fantástica, que aperfeiçoa e cristaliza a vida cotidiana, a literatura que ajuda a viver, e que tanto permite sair da vida como entrar nela. Chave de duas portas, porém não chave falsa (ANDRADE, 2011a, p. 71).

Escrito originalmente em março de 1944 e publicado na *Folha Carioca*, o texto acima foi incluído depois em *Confissões de Minas* também de 1944 com o título “Suas cartas”, em que Drummond relembra-se da ação pedagógica e estimulante de Mário de Andrade sobre sua geração.

¹¹ Os trechos citados foram tirados do depoimento a Lya Cavalcanti (ANDRADE, 2003, p. 1224-1225) e do texto “Dois poetas mortos de Minas Gerais – Ascânio Lopes”, em *Confissões de Minas* (ANDRADE, 2011a, p. 52).

O que procuro destacar agora é essa distinção entre literatura enquanto atividade intermitente, “que tanto permite sair da vida como entrar nela”, e literato, aquele que vive da literatura e dela faz sua identidade e sua porta de entrada na vida política. Drummond sempre se viu como um “escritor intermitente”, como ele mesmo o disse a Homero Senna, que o entrevistou em 1944:

Nem sei mesmo se sou um escritor. Todo mundo que aprendeu a ler e escrever é mais ou menos escritor. E o é tanto mais quanto menos procure dar ao que escreve o tom de literatura. Porque observe que esta se revela onde não é posta e recusa-se a aparecer onde querem pô-la. Ou por outra: julgo que a literatura tem muito menos de intencional do que se imagina. Grandes livros se fizeram com memórias e coleções de cartas particulares, absolutamente despidas de preocupação literária. Até livros de ficção ou poesia, escritos por desfastio, e secretamente, foram depois atingidos pelo favor da crítica ou do público. Não vejo, assim, limite ou contorno estabelecido para a personalidade do escritor. A vocação literária, como lhe chamamos, pode ser considerada, apenas, uma inclinação maior para o exercício a que todos uma vez ou outra nos dedicamos, que é o de escrever com aparente desinteresse, isto é, sem fim prático. Mas até esta definição é precária, pois hoje o literato não só se faz e se quer muito interessado, do ponto de vista social e político, como ainda as condições do mercado o tornam “interessado” economicamente, isto é, o situam numa nova profissão, a de escritor, e lhe determinam uma produção ao gosto do público, mais ou menos como a da roupa, dos objetos elétricos, de tudo que se compra e se vende por aí... Não sei se me fiz, nem se sou escritor. Às vezes gosto de escrever. Às vezes (quase sempre) não gosto. Escritor intermitente, no máximo (SENNA, 1996, p. 02-03).

O tema do lugar ocupado pela literatura em sua vida é recorrente em Drummond. Na já mencionada entrevista de 1982 ao *Jornal da Tarde*, ele declarou:

eu acho que vivi, em relativa paz e sossego, uma vida de burocrata e jornalista que se dedicou à literatura “nas horas vagas porém”, como dizia Camilo Castelo Branco e gostava de repetir o escritor mineiro Mário Matos. Para pescador de dourado eu não dava, porque com o tempo aprendi a respeitar a vida animal sob todas as suas formas. Diretor de banco? Que governo ou louca assembleia de acionistas me confiaria um cargo desses? Burocrata e jornalista foi mesmo o que poderia acontecer de melhor na minha vida, você não acha? (ANDRADE, 2011c, p. 146-147).

Deixando de lado o humor bem drummondiano dessas declarações, o que elas nos indicam é que ele sempre encarou a atividade literária como uma “ilha” inscrita na vida cotidiana feita de burocracia e de jornalismo, a literatura consistindo numa operação de transfiguração dessa realidade cotidiana. Disse “sempre”, mas penso que esta maneira de

encarar a escrita literária foi o resultado de sua “educação sentimental” em Belo Horizonte, nos anos 1920 e 1930 – de 1920 a 1934, para ser mais exato.

Uma dimensão fundamental desse aprendizado social que Nava chamou de “noviciado mineiro” em *Chão de ferro* era justamente que a literatura, ainda que estivesse envolta numa aura de prestígio vinda do romantismo, era uma atividade praticada “nas horas vagas”, como dizia Mário Matos, diretor da Imprensa Oficial à época em que Drummond era redator do *Minas Gerais*. Um lazer a ser cultivado, claro, mas sem prejuízo das profissões mais sérias: a advocacia, a medicina, a engenharia, a participação mesmo modesta na vida pública. Sem amparos institucionais, marcada pela incerteza econômica e pela indefinição estatutária, a literatura era, em Belo Horizonte nos anos 1920, uma atividade totalmente dependente da política, ela era bem a “prima-pobre” da política, (sobre)vivendo de seus favores.

A posição de “subordinação estrutural”¹² ocupada pela literatura no interior do campo do poder em Minas costuma ser esquecida na reconstrução heroica que se costuma fazer do grupo do Estrela, do qual Drummond assumiu a liderança. Sem dúvida, ele conquistou essa posição de liderança no interior do grupo, adquirindo autoridade à medida que investia de corpo e alma no modernismo, buscando tomar a sério algo – a literatura – olhado com certo desdém pela oligarquia e com alguma reserva pelos seus companheiros do Estrela.

Mas ele se lançou numa atividade que ninguém, nem mesmo seus companheiros de grupo, levava realmente a sério, de forma que a liderança conquistada no interior do grupo de letrados derivou também de uma estratégia de rejeição – ele tomou para si uma tarefa, um

¹² Segundo Bourdieu, n’*As regras da arte*, a relação dos produtores culturais (artistas e escritores) com as elites econômicas e políticas pode assumir a forma de uma dependência direta, imediata, aos mecenas ou protetores, ou, com a emergência de um mercado de bens simbólicos e/ou de uma estrutura de dominação mais burocratizada, esta relação assume uma forma mais indireta, tratando-se “de uma verdadeira *subordinação estrutural*, que se impõe de maneira muito desigual aos diferentes autores segundo sua posição no campo, e que se institui através de duas mediações principais: de um lado o mercado, cujas sanções ou sujeições se exercem sobre as empresas literárias [e artísticas], seja diretamente, através das cifras de venda, do número de recebimentos etc, seja indiretamente, através dos novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição, a ilustração e por todas formas de literatura industrial; do outro lado as ligações duradouras, baseadas em afinidades de estilo de vida e de sistemas de valores que, especialmente por intermédio dos salões [mundanos], unem pelo menos uma parte dos escritores [e dos artistas] a certas frações da alta sociedade, e *contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado*” (BOURDIEU, 1996, p. 65, os grifos são meus).

tipo de produção simbólica que todos consideravam importante, mas não a ponto de renunciarem a carreiras institucionalmente mais definidas, como a magistratura, o magistério, a medicina.

Como ele próprio já afirmou e acaba ficando esquecido pelo modo como a atuação literária de alguns dos integrantes desse grupo costuma imantar a atenção do pesquisador, o grupo do Estrela era, a um só tempo, literário e político. Numa crônica dos anos 1940, em que se recorda de um dos seus companheiros de geração, Gabriel Passos, Drummond explicita o duplo caráter, político e literário, do grupo do Estrela:

Se um astrólogo aparecesse na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, por volta de 1924, para decifrar o destino dos acadêmicos, não lhe seria difícil dizer a Gabriel Passos: “Você será homem público”. Nem era preciso ler nos astros; bastava conversar meia hora com Gabriel para identificar nele a vocação política. A mesma vocação de Capanema, de Milton Campos, de outros (...) *Nossa roda* no Café Estrela, da Rua da Bahia, *era tão literária quanto política*, e reunia estudantes destacados da Faculdade a gente que vagamente estudava ou simplesmente vadiava, como o cronista. Mas se alguns apenas comentavam a realidade nacional, outros queriam transformá-la. Gabriel Passos era desses últimos (“O moço Gabriel”, *Correio da Manhã*, 22/06/1942, 1º Caderno, os itálicos são meus).

Esta “vocação política” que ele identifica em Gabriel Passos, em Gustavo Capanema, em Milton Campos, em Pedro Aleixo, teve uma importância fundamental na trajetória de Drummond, de Cyro dos Anjos, de Mário Casassanta, de Abgar Renault, escritores cujas trajetórias estiveram atreladas à trajetória dessa safra de políticos dessa primeira geração modernista.

Política e letras estavam tão entrelaçadas na vida dos integrantes dessa primeira geração modernista que destrinçar essas duas dimensões coloca um problema para os analistas: seria o Milton Campos, o Gustavo Capanema, o Gabriel Passos, “políticos ilustrados” (ARRUDA, 2001) ou intelectuais chamados para a política (BOMENY, 1994)?

Há uma passagem de Pedro Nava, em *Beira-mar*, que, talvez, deveria servir de piscadela metodológica, não somente ao “astrólogo” mencionado por Drummond, mas também a nós, sociólogos:

Vim por aí afora contando duas estórias. Minha vida no primeiro ano da faculdade. Minhas experiências iniciais de funcionário público. Parecem coisas separadas porque foram narradas separadamente. Mas, cronologicamente, as duas se enroscam uma na outra como cordeletas para formarem cordas e estas se torturam para fazerem a arquicorda, o cabo, o camelo, o enrolo de nossa vida que nunc' é uma mas o tecido de fios fios fios, trezentos fios, trezentos, trezentos e cinquenta... (NAVA, 2013, p. 84).

Não são duas trajetórias, mas uma vida duplamente orientada, política e literatura, dupla vida a se enroscar uma na outra “como cordeletas” que formam a “arquicorda”, como diz Nava.

O que não nos impede de proceder a uma distinção conforme o perfil de investimento em uma ou outra dessas duas atividades, deixando de lado os outros 348 fios da vida que se busca reconstruir. Desse ponto de vista analítico, faz sentido distinguir aqueles que “foram chamados” pela política, deixando de lado a atividade literária, daqueles que, tratando a atividade literária como um jogo sério, buscaram conjugá-la ao trabalho político-ideológico que foram convocados a prestar.

No primeiro caso, as trajetórias de Milton Campos e de Gustavo Capanema são exemplares. Segundo Pedro Nava, em *Beira-mar*, “Milton foi essencialmente um homem de letras desviado dessa rota, primeiro pela profissão jurídica depois por este destino político a que se entregou – vazio de ambição, cheio de vocação” (NAVA, 2013, p. 230).

A sua correspondência com Drummond, iniciada em 1923, quando Milton Campos mudou-se para Dolores da Boa Esperança, cidadezinha do Sul de Minas onde ele era advogado, mostra um jovem bacharel em Direito enfronhado nos estudos jurídicos e na vida forense, saudoso de sua mocidade na capital mineira e da roda literária da Rua da Bahia. Suas cartas estão repletas de citações latinas e trechos de Anatole France. Em março de 1924, ele escreve a Drummond:

Carlos amigo,

Nunca esperei ter tempo para escrever uma carta numa terça-feira de Carnaval. Vejo esse deplorabilíssimo fato como o máximo sintoma de minha decadência física, moral e intelectual. Desta última tenho ainda um

documento recente e mais palpável. Trata-se nada mais nada menos que de uma investida contra as letras, – investida essa que, como há muito tempo não acontecia, teve desfecho integral. Sou, pois (saiba-o o querido amigo e pasme!), autor de uma espécie de artigo literário, em que também faço, como é da moda, a minha adesão ao movimento modernista... Não estava, portanto, de todo extinto aquele *vírus* literário, que se inoculou em mim por obra sobretudo da excessiva e generosa consideração que Você e os nossos amigos sempre tiveram por mim, nesse capítulo. Vingando-me, é meu projeto mandar-lhe a obra. Faço questão de que ela seja também lida pelo Abgar [Renault], como punição pelo silêncio com que ele retribuiu uma carta que lhe mandei logo ao chegar aqui (Carta de Milton a CDA, Dorcas da Boa Esperança, 04/03/1924 – FCRB, CDA-CP-0307).

Dois meses depois, ele volta a escrever, agradecendo a dedicatória que Drummond lhe fizera em um de seus poemas que depois seriam publicados em *Alguma poesia*, sua primeira coletânea, em 1930:

Fico muito satisfeito em saber meu nome ligado a seu “Convite” [poema publicado em *Alguma Poesia*]. Muito obrigado. Espero recebê-lo em letra de forma. O que não dispense é o conto. A essas horas já deve estar retocado e datilografado. Não demore, pois, a remessa. Senão, ‘sans bras’ que o persiga! (Foi o Abgar quem me transmitiu o trocadilho.)” [“Sans bras” era o apelido dado pelos escritores mineiros a Blaise Cendrars, que, acompanhado por Mário e Oswald, D^a Olívia Penteado e outros mais, esteve em Minas naquele ano de 1924 e passou por BH] (Carta de Milton a CDA, Dorcas da Boa Esperança, 05/05/1924 – FCRB, CDA-CP-0307).

Em outubro de 1924, Drummond publicou um artigo no *Diário de Minas* por ocasião da morte de Anatole France, artigo em que o escritor francês era considerado um “acidente de juventude” e que scandalizou o redator-secretário do jornal, Francisco Negrão de Lima, “anatoliano” confesso, que não queria publicá-lo – o artigo só saiu devido à interferência de José Oswaldo de Araújo, diretor do jornal (Cf. CURY, 1998, p. 145).

No artigo de Drummond sobre Anatole France, publicado no *Diário de Minas*, há passagens como essa:

Anatole France é, em países de cultura como a nossa, um ‘acidente’ de juventude. Todos nós passamos por ele. Muitos aí ficam; outros, mais ousados, seguem para diante. (...) Anatole France foi um cérebro limitado. De resto, não há prisão mais estreita do que o ceticismo, sua prisão voluntária até a morte. (...) Eu confio que Anatole France passará na nossa ingênua e exaltada admiração. 1924 já não é mais seu tempo. Marcel Proust, [Jules] Romains, [Jean] Cocteau, estão mais perto de nós, mais vivos – em suma, mais especificamente 1924 (ANDRADE, 2002, p. 62, nota 24).

Em novembro, Milton Campos escrevia novamente a Drummond e comenta seu artigo sobre o autor de *Monsieur Bergeret à Paris*:

Li no *Diário de Minas* suas restrições ao Anatole [France]. Antes lera os louvores do Leopoldo. E imagino que, ante o vexame de tais louvores, a memória do cético reclamava a homenagem das suas restrições... Em verdade lhe digo que as compreendo perfeitamente, embora não possa concordar integralmente com elas. Você sabe que eu fiquei marcado demais pelo Coignard. Li-o na adolescência e por esse tempo era ele o autor da moda. Um pouco depois foi que chegou com intensidade a corrente de renovação, mas as circunstâncias da vida, atirando-me para aqui a advogar, já me haviam obrigado a *amarrar a égua* nele. Isso me humilha. Consolo-me, todavia, com a mentalidade do meu ambiente atual, que parece antes de mim e ainda tem a égua amarrada no terceiro livro do Felisberto. E afinal de contas tenho alguns motivos graves para justificar louvores desmedidos ao Anatole. [...] Eu diria que o criador de Bergeret morrera em momento ingrato, quando os homens mais finos se acanham de duvidar para fingir que se entregam àquela *niaise trépidation* de que fala [Maurice] Barrès. Falta aos espíritos melhores a coragem de ser francamente, diabolicamente inteligentes. Porque, com efeito, o tempo é de afirmações e incompatível com a única convicção a que a inteligência pode levar sinceramente, – a dúvida...” (Carta de Milton a CDA, Dores da Boa Esperança, 09/11/1924 – FCRB, CDA-CP-0307, os itálicos são meus).

Esta carta se reveste de uma importância capital para o argumento que venho tentando desenvolver. Milton era um leitor refinado, cujo gosto havia se formado na juventude, enquanto estudante na capital mineira, época em que tornara-se leitor de Anatole France, Rémy de Gourmont, os *frères* Goncourt etc. Sua relação com a literatura se dava sobretudo na condição de leitor, alternando a leitura de obras jurídicas com a de literatura francesa. Suas incursões no terreno da escrita literária foram devidas às incitações amicais de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de Drummond e de outros companheiros do grupo do Estrela.

Mas, “as circunstâncias da vida” foram-no distanciando do jogo literário, ele permaneceu um leitor contumaz e refinado, mas sem o tempo necessário para manter-se *up to date* com a literatura contemporânea, preferindo os autores que formaram seu gosto em sua mocidade, autores franceses considerados ultrapassados mas nos quais ele “amarrara a sua égua”.

Drummond, cada vez mais envolvido no movimento modernista, sobretudo após a passagem da “caravana dos modernistas de São Paulo” pela capital mineira, encontro que

desencadeou uma intensa troca epistolar entre ele e Mário de Andrade, envia ao Milton um exemplar de *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, com sua narrativa fragmentada, sua mescla de estilos, o uso de recursos estilísticos inspirados no cinema, enfim, uma obra que exigia do leitor certa familiaridade com as convenções empregadas em sua construção.

A reação do Milton é uma mescla de recusa provocada pelo estranhamento e um leve questionamento de suas próprias categorias de apreciação das obras, afinal quem a tinha recomendado era o “Carlos”, a pessoa que, junto com o João Alphonsus, mais entendia de literatura modernista por ali:

Logo depois de sua carta, recebi o registrado, com seu caderno de contos, retalhos e os dois exemplares das *Memórias sentimentais de João Miramar*. Muito obrigado pelo que me ofereceu. Li alguns trechos. [...] A maneira tão nova e extravagante do Oswald de Andrade me choca. Mas reconheço nele muita coisa interessante e sinto que não há só *blague* nesse artista. Com o pouco que li já creio na eficácia renovadora do homem do pau-brasil (Carta de Milton a CDA, Dorcas da Boa Esperança, 07/12/1924 – FCRB, CDA-CP-0307).

Em janeiro de 1925, Drummond publicou no jornal carioca *O Jornal* artigo em que comenta *Memórias sentimentais de João Miramar*. No mês seguinte, Milton voltava a escrever-lhe: “Confesso-lhe que até hoje apenas corri um olho preguiçoso pela obra do Oswald. Mas não havia descoberto nela aquele sentido que você lhe dá e que já agora considero razoável. Todavia, o processo, a maneira do escritor ainda me chocam” (Carta de Milton a CDA, Dorcas da Boa Esperança, 01/02/1925 – FCRB, CDA-CP-0307).

Drummond foi construindo uma posição de autoridade literária em Belo Horizonte, investindo com boa dose de autodidatismo na literatura modernista através dos “toques” dados por Mário de Andrade em suas longas cartas. Se, no início da década de 1920, ele era um rapazinho provinciano que se orientava literariamente pelo julgamento do Milton Campos ou do Capanema, a partir de sua reconversão ao modernismo a situação parece se inverter e é

ele que passou a ser considerado o “fiel da balança” em questões literárias, apesar de ele recusar-se a reconhecer tal liderança:

Se houvesse líder, seria o Milton [Campos], que era mais livre que nós, era um pouquinho mais velho, um ou dois anos. Ele é que me informava sobre os escritores franceses que ele estava lendo, sobre o Anatole France, Rémy de Gourmont, sobre os poetas franceses, etc. Então a gente se fiava no julgamento do Milton e comprava os livros, comprava, ou pedia emprestado porque a gente era muito pobre. Quer dizer que ele é que dava a orientação. O Abgar Renault, com 18 ou 19 anos, fazia sonetos de estilo camoniano, perfeitos. Ele tinha um conhecimento de língua portuguesa que nenhum de nós tinha. Como é que eles podiam ser liderados por mim? (CURY, 1998, p. 148).

Não se compreende a liderança intelectual que Drummond foi assumindo sem se levar em conta a presença de Mário de Andrade que foi, em suas próprias palavras, para a primeira geração modernistas de Belo Horizonte: “mais do que a Semana [de 22], o Tempo modernista, sua encarnação e exemplificação mais direta e empolgante” (“A semana e os mineiros”, *Correio da Manhã*, 21/02/1962 *apud* SENNA, 1996, p. 307).

Após a passagem daquela “alegre caravana de burgueses artistas e intelectuais, adicionada de um poeta francês que perdera um braço na guerra e andava à procura de melancia e cachaça”, começava o comércio epistolar entre os letrados mineiros e Mário de Andrade, que se tornou o guru daquela geração: “As cartas de Mário de Andrade ficaram constituindo o acontecimento mais formidável de nossa vida intelectual belo-horizontina. Eram torpedos de pontaria infalível. Depois de recebê-las, ficávamos diferentes do que éramos antes” (ANDRADE, 2011a, p. 72).

Foi Mário que promoveu a “deseducação salvadora” daquela geração que se sentia rebaixada perante as tradições literárias européias, em especial a francesa, e parecia tentar superar esse “atraso” adotando uma estratégia de assimilação que só fazia reforçar sua posição subalterna.

Como já mostrou Pascale Casanova, em seu livro sobre *a república mundial das letras*, nos países dependentes linguisticamente, onde, em virtude da dominação política e

cultural, as línguas das metrópoles culturais impuseram-se como padrão de legitimidade literária, como é o caso do Brasil, as lutas travadas pelos escritores em nome de sua autonomia têm por objetivo a criação de uma língua popular, “um meio de expressão intrinsecamente ligado à nação e ao povo que ela define e justifica em sua existência” (CASANOVA, 2002, p. 340).

A nova língua literária, cuja criação torna-se o móbil das disputas e lutas de definição do jogo literário, procura conferir cidadania literária às práticas da oralidade, incluindo as narrativas populares. No Brasil, o modernismo dos anos 1920 representou a culminação do processo de criação de uma língua nacional, aquilo que Mário de Andrade chamava de “estilização do português falado no Brasil”.

Ao reivindicar sua emancipação das convenções linguísticas do português europeu, o modernismo dos anos 1920 criou as condições para a emergência e consolidação de um espaço literário brasileiro dotado de autonomia relativa e em condições de entrar “no grande jogo internacional, no universo mundial da literatura” (CASANOVA, 2002, p. 344).

A luta pela emancipação literária encampada pelo modernismo foi travada, ao mesmo tempo, contra “o domínio gramatical de Portugal” e contra “a dominação do espírito francês”. Como percebeu muito bem Casanova, a emancipação linguística de Portugal e a emancipação cultural e literária da Europa foi conquistada com base justamente na “nacionalização” dos recursos linguísticos e culturais das metrópoles europeias (CASANOVA, 2002, p. 347):

A força do empreendimento de Mário de Andrade é sua lucidez e o que se poderia chamar seu nacionalismo crítico e reflexivo. Nativo de um país jovem e desprovido, Mário de Andrade sabe que não pode lutar em pé de igualdade com as grandes nações culturais: sabe que a desigualdade não é apenas sofrida, mas incorporada, e que o passado de dependência, a pobreza específica, a ausência de recursos literários impedem a formação de um “caráter” nacional, isto é, de um capital, a acumulação de recursos culturais nacionais, a crença comum em uma língua e uma literatura, objetos de piedade nacional... (CASANOVA, 2002, p. 351).

Com a rotinização/banalização do modernismo, nas décadas seguintes, “a questão da língua torna-se o motor da formação do espaço literário, o tema dos debates e das

rivalidades”, a criação de uma língua especificamente brasileira torna-se uma crença compartilhada, fornecendo o pano de fundo de lutas específicas (CASANOVA, 2002, p. 354).

Ao travar contato com o que Casanova chamou de “nacionalismo crítico e reflexivo” de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, talvez mais do que qualquer outro dos seus companheiros de geração, encontrou o caminho para dar forma literária às suas “inquietudes poéticas e existenciais”.

Vejo moços no fundo do poço, tentando sair para a vida impressa e realizada. Como falam! Como escrevem! Como bebem cerveja! Estou entre eles, mas não sei que sou moço. Julgo-me até velho, e alguns companheiros assim também se consideram. É uma decrepitude de inteligência, desmentida pelos nervos, mas confirmada pelas bibliotecas, pelo claro gênio francês, pela poeira dos séculos, por todas as abusões veneráveis ainda vigentes em 1924. A mocidade entretanto parece absorver tóxicos somente para se revelar capaz de neutralizá-los. Ninguém morria de velhice, e cada um, inconscientemente, preparava a sua mocidade verdadeira. Essa tinha que vir de uma depuração violenta de preconceitos intelectuais, tinha que superar fórmulas de bom comportamento político, religioso, estético, prático, até prático! Havia excesso de boa educação no ar de Minas Gerais, que é o mais puro ar do Brasil, e os moços precisavam deseducar-se, a menos que preferissem morrer exaustos antes de ter brigado (ANDRADE, 2011a, p. 71-72).

Logo na primeira carta, Mário já começava a sacudir um pouco Drummond: os letrados mineiros pareciam a ele “um pouco de gabinete demais”,

Eu neste ponto não aconselho nada porque nisso a gente não se muda por causa de conselhos alheios, mas um dos desastres que impedem a felicidade, que é naturalidade, de vocês está aí: em casa lendo, redação de jornal, café com amigos sobre tal livro, tal escritor, escrever coisas depois, talvez cinema e depois farra com mulheres. Isso não é vida que se leve! Isso é vício (ANDRADE, 2002, p. 48).

Mário, que era metódico, extremamente organizado e estudioso, critica a geração de Drummond de conferir demasiada importância à erudição, ao saber livresco, e dedicar pouco tempo a “parar e puxar conversa com gente chamada baixa e ignorante.” Sobre o artigo de Drummond sobre Anatole France, ele escreve:

Está muito bom. Mas nele ressalta bem o que falta a você – *espírito de mocidade brasileira*. Está bom demais pra você. Quero dizer: está muito bem pensante, refletido, sereno, acomodado, justo, principalmente isso, escrito com grande espírito de justiça. Pois eu preferia que você dissesse

asneiras, injustiças, maldades moças que nunca fizeram mal a quem sofre delas. Você é uma sólida inteligência e já muito bem mobiliada... à francesa. Com toda a abundância do meu coração eu lhe digo que isso é uma pena. Eu sofro com isso. Carlos, devote-se ao Brasil, junto comigo. Apesar de todo o ceticismo, apesar de todo o pessimismo e apesar de todo o século 19, seja ingênuo, seja bobo, mas acredite que um sacrifício é lindo. O natural da mocidade é crer e muitos moços não crêem. Que horror! (ANDRADE, 2002, p. 50-51).

E nessa mesma estupenda carta, Mário mostra a Drummond um caminho, uma missão intelectual, – e é difícil imaginar hoje o impacto que deve ter causado naquele “indivíduo encaramujado”:

Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e que por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grandioso, é sublime. E nos dá felicidade. (...) Toda a minha obra é transitória e caduca, eu sei. E eu quero que ela seja transitória. Com a inteligência não pequena que Deus me deu e com os meus estudos, tenho a certeza de que eu poderia fazer uma obra mais ou menos duradoura. Mas que me importam a eternidade entre os homens da Terra e a celebridade? Mando-as à merda (ANDRADE, 2002, p. 51).

Drummond tornou-se o intermediário de Mário em Minas, traduzindo, decodificando o “sentido moral e pedagógico” de suas cartas para seus companheiros da Rua da Bahia. Na capital provinciana, parnasiana, Drummond tornou-se o líder do movimento modernista, como declarou Emílio Moura, um de seus companheiros de geração:

O que é necessário acrescentar é que houve um “leader” do movimento modernista em Minas Gerais e que esse “leader” foi Drummond. Todos nós o reconhecíamos. Não quero dizer com isso que procurasse ajustar o espírito de cada um de nós às linhas essenciais de sua estética ou nos impusesse de algum modo as duas diretrizes espirituais. Nada disso. A verdade é que era o espírito criador mais ágil e o mais bem informado de todo o “grupo”. E como nos obrigava a pensar e a desconfiar de nossa própria suficiência com a mais viva das sinceridades! Drummond sempre foi desconcertante. Conversar com ele já era, naquele tempo, uma experiência sempre nova. Nunca encontrávamos nele a reação esperada, ou o homem “da véspera”. (...) Acrescente a isso o seu conhecido espírito de humor, a coragem intelectual e a mais irredutível fidelidade a si mesmo. Terá então a “bomba” que devia ser uma personalidade literária dessa categoria em um meio mornamente pacato e reacionário como era o de Belo Horizonte daqueles dias (MOURA, *apud* ANDRADE, 2012, p. 155-156).

Analisando a publicação coletiva do grupo, *A Revista*, que teve apenas três números, entre julho de 1925 e janeiro de 1926, Helena Bomeny notou que os textos daquela

publicação tinham como alvo “o pessimismo, ceticismo, desânimo” que impregnava a “intelectualidade mineira” (BOMENY, 1994, p. 73).

A renovação intelectual do Brasil deveria começar por ali, o combate à “moléstia de Nabuco”, ao pedantismo, ao gosto pela erudição livresca era, antes de mais nada, um combate interno. Bomeny, no entanto, hipostasiando um pouco o grupo do Estrela, só percebe uma dimensão desse combate: a do grupo contra o provincianismo ambiente, contra a tradicional família mineira, contra a dominação perremística.

Mas, o principal combate, a meu ver, foi aquele que os letrados do grupo mineiro travaram contra si mesmos, combate interior que acompanhou o processo de reconversão ao modernismo. Havia clivagens no interior do próprio grupo, que não pode ser tratado de maneira tão monolítica, como se ele fosse a versão literária da *Tarasca*.

Após receber aquele “torpedo de pontaria infalível” do Mário na carta citada acima, Drummond respondia ao amigo paulista:

Você não gostou do meu artigo [sobre Anatole France]. Apoiado. Entretanto, o meu artigo vale pela coragem com que foi escrito, e que não é pequena em um meio, como este em que vivo, cretiníssimo. Estas coisas lhe são estranhas, porque você vive bem longe desse lugarejo chamado Belo Horizonte. (...) Não sou ainda suficientemente brasileiro. Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. (...) O meio em que vivo me é estranho: sou um exilado. (...) Sabe de uma coisa? Acho o Brasil infecto. (...) O Brasil não tem atmosfera mental; não tem literatura; não tem arte; tem apenas uns políticos muito vagabundos e razoavelmente imbecis ou velhacos. Entretanto, como não sou melhor nem pior do que os meus semelhantes, eu me interesso pelo Brasil. Daí o aplaudir com a maior sinceridade do mundo a feição que tomou o movimento modernista nacional, nos últimos tempos: feição francamente construtora, após a fase inicial e lógica de destruição dos falsos valores. O que nós todos queremos (o que, pelo menos, imagino que todos queiram) é obrigar este velho e imoralíssimo Brasil dos nossos dias a incorporar-se ao movimento universal das idéias. (...) E esse é um trabalho para muitas e muitas gerações. Como realizá-lo? Penso que este problema envolve centenas de problemas particulares, que rebentam e se desenvolvem na intimidade do nosso espírito inquieto. Cada um de nós tem de resolver o seu caso, criado e mantido à sombra desse grande caso brasileiro. Quanto a mim, quero colocar bem os termos da questão. Desculpe se vou estender-lhe ante os olhos os cenários da velha tragédia de Joaquim Nabuco, um pouco deteriorados... Sou acidentalmente brasileiro (...). Detesto o Brasil como a um ambiente nocivo à expansão do meu espírito. Sou hereditariamente europeu, ou antes: francês. Amo a França

como um ambiente propício, etc. Tudo muito velho, muito batido, muito Joaquim Nabuco. Agora, como acho indecente continuar a ser francês no Brasil, tenho que renunciar à única tradição verdadeiramente respeitável para mim, a tradição francesa. Tenho que resignar-me a ser indígena entre os indígenas, sem ilusões (ANDRADE, 2002, p. 56-59).

Assim, ao mesmo tempo em que o diálogo com Mário provocava uma enorme crise em Drummond, resultante do desajustamento entre suas maneiras de pensar, agir e sentir e aquelas que seu mentor intelectual paulista buscava instilar em seu espírito, ele, Drummond, buscava converter seus pares.

Essa clivagem interior de Drummond foi logo percebida por Antonio Candido, que identificou nele “certa *disposição dupla* para a ousadia das inovações e a fidelidade (embora transformadora) ao passado literário”, derivando daí um modernismo singular, dado que “feito com o sumo dos clássicos” (CANDIDO, 2004, p. 14-15).

Essa duplicidade era constitutiva de um modernismo que, como bem percebeu Maria Arminda do Nascimento Arruda, buscava vingar numa cidade onde o conflito entre a tradição e a modernidade impregnava não apenas sua arquitetura como também seus habitantes:

Os jovens intelectuais da cidade transitaram nesse espaço de contradições, a tal ponto que as suas obras reverberam trinados aparentemente dissonantes. Amarrados às origens e ao mundo restrito do seu estado, alcançaram o feito de universalizar personagens rusticamente delicadas e provincianamente cosmopolitas, com que se enfrentavam. Revestiram a lentidão do tempo de Minas com a ebulição dos problemas febris, próprios aos centros afluentes (ARRUDA, 1990, p. 240).

Essa rusticidade delicada misturada ao cosmopolitismo agreste formava a própria “madeira do espírito” dos letrados mineiros. Escrevendo sobre Luís Camilo de Oliveira Neto, seu primo e conterrâneo, disse Drummond que ele ao longo da vida “passeou entre as vaidades urbanas um ar manso e meio caipira, mesmo depois de ter viajado à Europa” (ANDRADE *apud* OLIVEIRA NETO, 1975, p. 140).

Esse “ar manso e meio caipira” não seria também o de Drummond, o de Emílio Moura e dos letrados dessa primeira geração modernista? Esses “trinados dissonantes” vinham também de dentro deles.

Quero apresentar-lhe mais um amigo, um camarada excelente: Emílio Moura. Penumbrou bastante e agora, parece, quer voar mais longe. Modestíssimo e [de] Dolores do Indaiá. Senti não poder apresentá-lo a você quando de sua presença aqui. O Moura escreveu algumas tiras sobre *João Miramar*, em que, à parte certa indecisão (melhor: desejo, mania de equilíbrio, você compreende) há muita inteligência, à procura de libertação. Confio que uns trancos lhe serão suficientes. (...) Seu passadismo cairá breve (ANDRADE, 2002, p. 94-95).

Jovens intelectuais à procura de liberdade de criação, eis uma maneira de caracterizar a empreitada poética de Drummond e dos seus companheiros de modernismo.

Ah! Quando penso que também eu andei a esmo pelos jardins passadistas, colhendo e cheirando flores gramaticais, e bancando atitudes de sabedoria! Pois veio o imprevisto e me expulsou do jardim. Você, com duas ou três cartas valentes acabou o milagre. Converteu-me à terra. Creio agora que, sendo o mesmo, sou outro pela visão menos escura e mais amorosa das coisas que me rodeiam. Respiro com força. Berro um pouco. Disparo. Creio que sou feliz! (ANDRADE, 2002, p. 95).

Outro homem de letras em germe que acabou desviado para a política foi Gustavo Capanema Filho.

Segundo Nava:

Seu bom gosto inato, seu espírito de artista, a enorme capacidade de ler, seu conhecimento da literatura indicavam, também, em sua fase de formação, um porvindouro homem de letras: poeta, ou romancista, ou crítico, ou ensaísta. Não foi uma coisa nem outra. Mas levou, dessas atividades que podia ter escolhido, a marca de superioridade que o distinguiu dos demais na que o dominou: a paixão política. Nela ele atravessou sua vida exemplar e sempre deixando em tudo o toque original de nossa geração e a profunda vinculação que ele, Capanema, teve com os movimentos renovadores dos anos 20 (NAVA, 2013, p. 467-468).

“Homem de livro e de lâmpada”, “clérigo puro”, Capanema, futuro secretário do Interior de Minas, ministro da Educação e Saúde de Vargas, era portador daquela “disposição dupla” de que fala Antonio Candido: fidelidade à tradição temperada por certa abertura às inovações. Em dezembro de 1925, de volta a Pitangui, onde já se enfronhara na vida municipal, escrevia a Drummond alertando-o para os excessos que Mário de Andrade estaria incorrendo em suas tentativas de *estilização culta da linguagem popular*:

Palavra que achei a sua palestra [sobre o movimento modernista] muito melhor que a do Mário de Andrade. Mais equilíbrio, melhor compreensão da realidade mental brasileira, menos artificialismo. Nenhum artificialismo.

Não é que não tenha achado excelente tudo quanto disse o Mário. Ele é sempre admirável. Mas observo que ele está dando muita importância demais à questão da linguagem. Anda com obsessão do solecismo (...) É, em verdade, preciso estilizar a nossa linguagem brasileira. Dicionarizar um disparate de palavras e expressões usadas diariamente por nosso povo. Flexibilizar o nosso frasear, dar-lhe o ritmo brasileiro, arrebentar o espartilho das regras portuguesas. Mas o Mário está abusando. Está artificial, extravagante (...) Ao passo que você não. Você avisa, prudentemente e com um admirável bom senso sociológico, que não se tenha pressa na formação da língua brasileira. É preciso deixar que ela se forme por si mesma, lentamente, espontaneamente...(Carta de Capanema a CDA, Pitangui, 20 dezembro 1925).

Sobre o “Pau-Brasil”, de Oswald:

Não há dúvida que é um livro admirável. Tem muito talento esse Oswald de Andrade. Em princípio, acho antipática essa literatura primitivista. Você já escreveu que precisamos ainda de muita cultura, e me parece que você é que está direito. Além disso, há muito artificialismo em todo esse primitivismo, tanto no dos nossos modernistas, como no dos novos poetas franceses. (Carta de Capanema a CDA, Pitangui, 12 março 1926)

O ponto que gostaria de ressaltar é que a reconversão ao modernismo levada a cabo por essa primeira geração modernista de Minas foi permeada por contradições a um só tempo nas estruturas e nas subjetividades. O grupo do Estrela tentava agitar um pouco uma cidade *ortogonal*, *ortodoxa* e *ortogenética*, cheia de travas e de tédio, e eles, jovens de vinte anos “tentando sair para a vida impressa e realizada”, tinham também suas travas, recalques, *gauchismo*. Essa fase heroica do modernismo mineiro, marcada pelo “protesto contra a paz mineira, feita de conformismo e submissão aos valores estabelecidos”, foi também uma fase de ajuste de contas consigo mesmo: “Talvez influenciado pelo “ato gratuito”, de André Gide, eu me sentia impelido a esse tipo de ação, que, pensando bem, nada tinha de gratuito. Seria a tentativa de resolver externamente contradições internas” (ANDRADE, 2003, p. 1225 e 1233).

Mas essa fase heroica do modernismo mineiro, fase de contestação do reacionarismo, do provincianismo da tradicional família mineira, de protesto contra a dominação do PRM, tudo isso é só uma parte da história do modernismo em Minas, fase emocionante, mas breve. E que terminou com certo sabor de derrota, de fracasso. A segunda metade dos anos 1920

testemunhou a dispersão dos integrantes do grupo do Estrela, a diáspora dos modernistas mineiros. Na já citada conversa que manteve com Lya Cavalcanti na rádio do Ministério da Educação, Drummond contou com isso aconteceu:

Como ia dizendo, houve a diáspora. Formando-se, todos iam cuidar da vida. Para a maioria, o interior era a solução. João Pinheiro Filho, o mancebo esguio (...) mudou-se para Frutal, no Triângulo Mineiro. Milton, para Dorcas da Boa Esperança. Martins de Almeida, Juiz de Fora. Mário Casassanta, Pouso Alegre. Nava, [depois de uma temporada em Juiz de Fora] Monte Aprazível [no Oeste Paulista] (ANDRADE, 2003, p. 1235, os acréscimos entre colchetes são meus).

Deve ter sido uma fase difícil para Drummond: os amigos se dispersando, ele, em 1926, já casado, formado em Farmácia, ainda vivendo da mesada paterna numa capital cada vez mais indiferente a ele. Em dezembro de 1925, ele já havia tomado a resolução de voltar para Itabira, como ele explicava a Mário: “Dei um tiro no meu diploma de farmacopila. Vou ser fazendeiro, se Deus quiser. Lugar: Itabira do Mato Dentro, Minas. É pra lá que você deve me escrever, daqui a um mês mais ou menos” (ANDRADE, 2002, p. 172).

Em março de 1926, Drummond e sua esposa, Dolores, já estavam em Itabira, morando na casa do mano Altivo, que herdara, junto com Drummond, a fazenda do Pontal. Mário, percebendo o provável desespero de Drummond, escreveu ao amigo buscando encorajá-lo:

Não sei o que é Itabira... Deve de ser naturalmente uma dessas cidadinhas perdidas e mortas de Minas onde o trem chega sem barulho onde ao meio-dia a tarde já começa a cair e não acaba mais de cair até o meio-dia do dia seguinte... Não sei mas imagino que em Itabira a alma de você deve se sentir sozinha enquanto o corpo vai se sentindo amando a terra, amando a terra, amando a terra cada vez mais e por demais até que o espírito principia a se acabar e desaparece chupado pela terra boa mas traiçoeira... (ANDRADE, 2002, p. 202).

A descrição era muito boa, salvo pela alusão ao trem, que ainda não havia chegado a Itabira...

Não quero absolutamente que você se perca aí e abandone as coisas de pensamento pra que tem um jeito certo e que fazem parte do destino de você, tenho certeza. No que já reparei de você, me parece que você tem uma propensão pro desânimo e pro abatimento. Isolado dessa maneira você é capaz de se entregar pra terra e isso eu não quero. (...)Você aí [em Itabira do Mato Dentro] procure se dar com toda gente, procure se igualar com todos,

nunca mostre nenhuma superioridade principalmente com os mais humildes e mais pobres de espírito. Viva de preferência com colonos e gente baixa que com delegados e médicos. Com a gente baixa você tem muito que aprender embora não pra bancar o primitivista, é lógico. Porém nessa vida você deve de ser terrivelmente egoísta, ame os companheiros de vida mas nunca deixe de por dentro estar observando eles. Faça de todos o seu aprendizado contínuo, não pra espetáculo e pra obter prazeres infamemente pessoais, porém pra recriá-los pra aproveitá-los em sublimações artísticas, verso ou prosa, a vida de você e seu destino (ANDRADE, 2002, p. 202-204).

A troca epistolar entre Carlos & Mário nesse período constitui um material riquíssimo para uma sociologia da cultura atenta às disposições mentais e comportamentais dos escritores. Como compreender as imagens de Minas e do Brasil presentes na obra literária drummondiana, em prosa e verso, sem se levar em conta essa educação sentimental do futuro poeta-funcionário, primeiro em Belo Horizonte, depois no intermezzo itabirano, sua volta à capital mineira alguns meses depois e o início de sua vida dupla, entre a rotina burocrática e a quimera literária, uma alimentando a outra?

De Itabira, Drummond respondeu a Mário, em abril de 1926:

Vou contar a você a minha vida (?) atual. Sou um homem dependente da chuva e do dinheiro. Quando a chuva passar meu irmão e eu iremos combinar uma sociedade para explorar a fazenda. Um mês justo que estou aqui e não resolvemos nada. Este negócio de fazenda é o seguinte: meu pai tinha duas, de criação e pequena cultura, que doou aos filhos (somos seis, sendo quatro homens). Depois minhas irmãs casando foram morar fora e o velho então lhes deu outros proventos e fez nova divisão das terras: uma fazenda ficou sendo minha e de meu irmão bacharel, outra dos outros dois irmãos. Eu, estudando farmácia, nunca mexi com a minha parte. Meu mano explorava ela toda por sua conta. Agora casei e me formei, mas não tendo jeito nenhum para fabricar purgativos voltei praqui e estou esperando que a chuva passe pra que possamos fazer alguma coisa. Moro na cidade, em casa deste meu mano [Altivo]. Eis aí. Você compreendeu? Até hoje não ganhei um vintém com a minha mão, a não ser aquele cobre da *Noite* e um outro menor ainda em Belo Horizonte. ATÉ HOJE VIVO À CUSTA DE MEU PAI. Procure sentir o que há de doloroso nesta confissão dum homem de 23 anos, casado. Me diga se não tenho motivo pra ser um homem triste (e o Ribeiro Couto moleque dedica ultimamente grande parte do seu tempo a me escrever cartas mandando eu sorrir rir rir rir. Merda!). (...) Ah Mário, não sei por que essa minha incapacidade de trabalhar. Talvez devido à criação cheia de mimo, às doçuras amolecentes de minha mãe e à condescendência, disfarçada em secura, de meu pai... O certo é que me acho zonzinho diante da vida, e à mercê dos acontecimentos. Arranjei aqui um lugar de professor de geografia num colégio local (eu detesto heroicamente a geografia) e já dei as primeiras aulas. Porém o meu plano é ir morar mesmo na fazenda e lá esconder a minha raiva impotente contra mim mesmo. Estou ficando burro. Sua carta já me encontrou emburrecido. Neste mês de março não li um só

livro. Li revistas de cinema e jornal. Não tive uma pessoa com quem pudesse conversar sobre os nossos ideais modernistas. Não escrevi uma linha de literatura. Não fiz nada. [...] Tenho medo de acabar mesmo professor de geografia, a sério (ANDRADE, 2002, p. 206-208).

Nessa mesma carta, Drummond confessou que já tinha pensado em rasgar seu caderno de versos:

É possível que a literatura naufrague. Isso não faz mal, por mais que você diga o contrário. O Brasil perdia um literato, mas não perdia um homem. E talvez eu não tenha nascido mesmo para escrever livros, e nesse caso me contentarei em ler os livros dos outros. Peça a Deus por mim, pelo meu ser, pelo futuro do meu espírito, por todas as coisas que estou na obrigação de realizar e cuja materialidade tem muito de nobre e de humano. E não me queira mal, se um dia eu te escrever que rasguei o meu caderno de versos (ANDRADE, 2002, p. 209).

Que o Drummond não rasgou seu caderno de versos, hoje em dia todos sabemos, pois, graças a Mário de Andrade,

Você me falou que eu não me espantasse se um dia você rasgasse o seu caderno de versos. Isso você não tem direito de fazer e seria covardia. Você pode ficar pratiquéssimo na vida se quiser porém não tem direito de rasgar o que já não é mais só seu, que você mostrou pros amigos e eles gostaram. Antes de mais nada eu estava mesmo com um pedido a fazer pra você e agora você tem tempo e pode cumpri-lo. Eu quero uma cópia de todos os seus versos pra mim. Quero e exijo, é claro. Você vai principiar a copiá-los e vai me mandar isso o mais depressa possível. Pode ter certeza que serei da máxima correção, não publicarei nada sem licença de você, mostrarei só pros que puderem compreender você e na verdade serão só meus (ANDRADE, 2002, p. 215).

Em junho de 1926, ainda em Itabira, Drummond fez uma cópia de seu caderno de versos e a enviou a Mário, explicando que aquele caderno não continha tudo, pois boa parte do que havia escrito estava em Belo Horizonte. “De sorte que este caderno não contém tudo. Mas contém o melhor (*Minha terra tem palmeiras*, esboço de livro que peço licença para te dedicar).” No caderno, Drummond incluiu também uma parte de seus versos “pré-modernistas”, penumbristas: “Sei que são versos inferiores, até penumbristas; só valeu como documentação. Tem muita lagrimazinha besta e muito estrepe sentimental nesses papéis. Você dê o devido desconto e me queira sempre bem” (ANDRADE, 2002, p. 220).

As cartas serviram também para fixar o período que Drummond permaneceu em Itabira, provavelmente de fevereiro a outubro de 1926, pois no início de novembro daquele ano, ele escrevia a Mário comunicando que voltara a Belo Horizonte para trabalhar na redação do *Diário de Minas*, cargo que obtivera por intermédio de Alberto Campos, seu amigo da Rua da Bahia e irmão de Francisco Campos, o todo poderoso secretário do Interior do governo de Antônio Carlos, que tomara posse em setembro de 1926.

A administração de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada ilustra à perfeição a modernização à mineira, em que os herdeiros dos velhos troncos mineiros são escalados para conduzir o processo à frente da máquina estadual. Reforçando uma tendência que já havia se manifestado no governo de Arthur Bernardes, Antônio Carlos, ele próprio representante de uma das mais importantes famílias governamentais de Minas, buscou cercar-se de representantes dos velhos troncos mineiros: João Pinheiro Filho, Bias Fortes, Gudesteu Pires, Francisco Campos, Afonso Arinos de Melo Franco etc.

No caso de Afonso Arinos, ele narra em suas memórias como fora nomeado promotor da capital mineira em 1927, antes mesmo de sua formatura em Direito. “Esse favoritismo, como era natural, logo transpirou, e os adversários políticos ou pessoais de Antônio Carlos e de meu pai não deixaram de explorar o assunto na imprensa. Em 1928, já era notório o dissídio entre Minas e o Catete” (MELO FRANCO, 1961, p. 192).

Após sua nomeação, o *Diário da Manhã*, jornal dirigido por Augusto de Lima Júnior, filho de Augusto de Lima e, portanto, ele também pertencente à constelação governamental de Minas, denuncia o favoritismo do “velho Andrada”, publicando uma matéria com o título “Os Príncipes da República”, em que os Melo Franco são atacados: Afonso Arinos é nela chamado de “bacharel nascituro, mas que tem em Minas um direito que é sagrado, o *droit de naissance*”; a nomeação é criticada como uma tentativa de “tornar, de novo, mineiro o nome

Melo Franco, que, dado o longo afastamento, de entre nós, dos seus portadores, é hoje considerado como uma reminiscência da Minas de outrora...” etc.

Essa “briga de família” acaba respingando em Drummond que, como o J. Pinto Fernandes do poema “Quadrilha”, não tinha entrado na história. À época, ele já trabalhava na redação do *Diário de Minas*, subordinado a José de Magalhães Drummond, seu parente por parte de mãe, e que era um típico representante da velha guarda sisuda e grave do PRM – numa carta anterior a Mário, Drummond o chamou de “cidadão de fraque e colecionador de empregos, que não escreve uma linha” (ANDRADE, 2002, p. 306).

Respondendo aos ataques do jornal do “Liminha”, Francisco Campos, o todo-poderoso Secretário do Interior de Minas, publicou, no *Diário de Minas* uma nota defendendo a nomeação de Afonso Arinos e ironizando os ataques do jornal de Augusto de Lima Júnior como “brigas de família”. O diretor, Magalhães Drummond, faz publicar um artigo com o título “Palavras Peremptórias”, em que criticava a intromissão do Secretário do Interior em suas atribuições. O secretário não se fez de rogado e respondeu, no mesmo *Diário de Minas*, com outro artigo, “Palavras não menos Peremptórias”, massacrando o diretor e comunicando o seu afastamento da folha governista (MELO FRANCO, 1961, p. 193-194). Com o afastamento de Magalhães Drummond, Carlos, então redator do jornal governista, onde entrara por iniciativa de Alberto Campos, irmão de Francisco Campos, passou a exercer interinamente a direção do jornal.

A carta que Drummond remete ao seu guru da Lopes Chaves em outubro de 1927 é um exemplo perfeito daquilo que Bourdieu chamou “subordinação estrutural” dos intelectuais e artistas aos manda-chuvas do momento:

A minha situação no *Diário*? Já foi melhor do que é hoje, se bem que eu a prefira como é hoje. Você perdeu dois outros números interessantíssimos do jornal. Primeiro, uma nota da redação em resposta a qualquer coisa aparecida noutro jornal daqui. Segundo umas ‘Palavras peremptórias’ da lavra do ilustre mestre de direito e diretor do *Diário*, doutor José de Magalhães [Drummond], desautorizando formalmente a nota da redação. Terceiro, umas

‘Palavras não menos peremptórias’ pondo na rua o supradito mestre e diretor. Foi um escândalo e lembraram-se de mim pra tomar conta do lugar do diretor até se arranjar uma terceira pessoa. Fui assim diretor do *Diário de Minas* durante um mês. Justo o tempo de levar as descomposturas com que os amigos do Magalhães entenderam de brindar justamente quem não tinha nada com o pato. Porque a nota determinante do barulho era de origem governamental. Eu não fiz mais que publicá-la na ausência do Magalhães, que, juro por Deus, nunca se interessou pelo jornal. O Magalhães, supondo minha essa nota, sapecou as famosas ‘palavras’ que fizeram o governo pô-lo no olho da rua. Está entendendo? Nem eu. O fato é que o novo diretor gentilmente quis conservar o meu nome no cabeçalho e eu não me opus para que não explorasse, como se procurou explorar a minha diminuição de posto.” (ANDRADE, 2002, p. 294-295)

A resposta de Mário era bem aquilo que Drummond chamou de “torpedo de pontaria infalível”!

O caso do jornal com as tais ‘Palavras peremptórias’ e outras ‘não menos peremptórias’ é um caso de profunda humanidade, muito jocoso não tem dúvida porém duma comovência e seriedade formidáveis. Parece que você meio se amarga do papel que foi obrigado a representar e está representando nisso. Eu, por minha parte, teria vivido ele com uma intensidade formidável. É estupendo. Ponha reparo. Haverá um Nicolas Nickley, um [David] Copperfield, um Cousin Pons, um Werther, um *Promessi sposi* mais comovente e mais sério? Um homem que nem se incomodava com um jornal de supetão se toma de dores contra uma coisa que ele sinceramente julga injusta e escreve umas ‘Palavras peremptórias’ que decerto custaram pra sair se bem pensadas ou não custaram se acesso de raiva, coisa também profundamente séria dentro do erro. E tinha um julgamento falso nele. As idéias que tinham contrariado as dele não eram de que ele julgava. Eram dum governo com o qual ele estava comparsa. Vai o Governo pisa nos calos e põe o outro na rua. David Copperfield, coitado, não tem nada com o caso porém sobe de posto por circunstância séria da vida, ou porque não tinha outro ou porque merecia, pouco importa, porém o importante é que a injustiça que sofreu tem assim a sua reparação: o mal julgado ganha o posto do caluniador. Mas o que sucede pro recompensado? Que a recompensa era um presente terrível. Vai aguentar com descomposturas com ódios com insultos com o diabo por uma porção de coisas de que não tem a culpa. E por tanta injustiça e sofrimento (sofrimento que não pode fazer uma infelicidade digna desse nome porque é injustiça) tem uma recompensa nova que é quase um insulto: deixam que o nome dele continue figurando como nariz-de-cera: diretor de mentira, só pra [“trapaiá” ou tapiá”?]. O quê que você aproveita nisso tudo? Nem experiência dos homens, meu Carlos. Tudo são jogos profundamente trágicos duma intensidade formidável de vida que a gente nem tem o direito de chamar mesquinha só porque é local. É, verbo ser, jogo de paixões de interesses em que pra muita gente num momento dado se resumiu a razão de ser da vida. Tudo isto e inda mais coisas se poderia tirar analisando mais miúdo, tudo isto é profundamente emocionante e tinha de ser vivido com seriedade, quero dizer, com paixão, e com crítica interior. Então como tudo havia de fazer esses dias voarem de bem vividos pra você! O comovente, o trágico, o burlesco, tudo de mistura. E ponha reparo, que eu não viveria contemplativamente, espectralmente tudo isso como queria o bobão do Graça [Aranha, autor de *Estética da vida*], não, eu havia de viver

com dever, aceitando pra fazer o bem dos outros por fora a situação bárbara em que eles me colocaram, mas por dentro me doendo de dó deles, muito mais pequeninos que eu que me apequeninava por causa deles. [...] E não imagine que estou inventando coisadas pra consolar você. Não tenho servido na vida de nariz-de-cera pros outros? não tenho tanto ajudado os outros a subirem sem que me reconheçam a bondade? ah, Carlos, certas coisas não tenho direito de contar por carta não” (ANDRADE, 2002, p. 299-300).

Em suas *confissões no rádio*, ele contou a Lya Cavalcanti como tudo se passara:

Condenado a ser fazendeiro ou farmacêutico, duas definições que não me atraíam (...), meti-me em Itabira como professor provisório de matérias que mal sabia (...) E o resto da vida passaria na indefinição, se não fosse o Alberto Campos, que me escreveu mais ou menos nestes termos: “Arranjei com o Chiquinho [Francisco Campos] para você ir trabalhar no Diário de Minas, por 400 mil-réis mensais.” Era uma fortuna, ou quase. Montei o cavalo mais árdego, troquei-o em Santa Bárbara pelo trem de fumaça da Central do Brasil, e eis-me redator do órgão do Partido Republicano Mineiro, uma festa! (ANDRADE, 2003, p. 1236-1237).

Era o início da dupla vida de Drummond. E, unindo ao seu “aguçado faro literário, outras qualidades reclamadas pelos dirigentes oligárquicos, como, por exemplo, a capacidade de trabalho e de organização, o espírito de iniciativa, a elevada produtividade”¹³, ele teve o mérito de transformar o *Diário de Minas*, que era o primo-pobre do *Minas Gerais*, no “quartel-general do modernismo mineiro” (ANDRADE, 2003, p. 1237).

Não passávamos de um boletim, mas um boletim que chegou a ter como redatores nada menos que João Alphonsus, Afonso Arinos de Melo Franco, Cyro dos Anjos, Emílio Moura, e a colaboração de toda a cambada modernista de Minas. Dava gosto trabalhar nele, porque, a não ser a parte política, rigorosamente controlada pelo Palácio da Liberdade, através do poeta Mário de Lima, chefe de gabinete da Presidência, o mais era jogo livre. (ANDRADE, 2003, p. 1237)

Fernando Correia Dias foi o primeiro a apontar essa singularidade do modernismo mineiro, a saber, a de introduzir um pouco à sorrelfa as produções modernistas num jornal que era o porta-voz do situacionismo perremista, conservador e parnasiano (DIAS, 1971 e 1997).

Segundo depoimento de Guilhermino César, que mais ou menos à mesma época que Cyro dos Anjos, aderiu à “cambada modernista” de Belo Horizonte:

ali, no jornal do PRM [*Diário de Minas*], o redator-chefe Drummond e seus comparsas “futuristas” (conforme se dizia, indignadamente, no Bar do

¹³ MICELI, 2004, p. 77.

Ponto), subvertiam, impunes, velhas praxes soneteadas com chave de ouro. Noraldino Lima e Mário de Lima, expoentes neobilaquianos, só não protestavam em voz alta porque, afinal de contas, protestar, no caso, seria dissentir de alguma coisa que se passava nas intimidades da direção partidária, e os cardeais do PRM não permitiam ingerências no sacro colégio... Mas o nosso Carlos, por seu lado, não reconhecia autoridade literária nos seus chefes, e assim tudo ia bem: os novos podiam aparecer tranquilos, com suas malasartes, na veneranda folha (CESAR, 1981, p. 16).

Os depoimentos dos seus colegas de geração e de redação ressaltaram em depoimentos como Drummond levou a sério o encargo que lhe fora delegado pelo figurões do PRM. Cyro dos Anjos recordou-se que, ao começar a colaborar no jornal, Drummond estimulou-o a publicar crônicas e poemas numa das seções do jornal,

Mas o Carlos, que, pelo visto, sabia de minhas veleidades literárias, não me deixou só com os folgados encargos do Canedo: exigiu um cabeço para a seção, em forma de crônica ou coisa parecida, de modo a quebrar-lhe a rotina. Tive, pois, de extrair de mim, diariamente, um palmo de coluna, o mais das vezes de substância lírica, segundo era costume então; para variar, não me limitei à prosa: eu, que antes nunca me exercitara em versos, fossem metrificados, fossem livres, meti-me a fazê-los e a publicá-los, vejam só, ali, entre marechais” (ANJOS, 1994, p. 395).

Como notou Sérgio Miceli, na redação do *Diário de Minas*,

Tudo de passa como se Drummond tivesse tido o senso apurado de captar as pulsões e energias desencadeadas no interior do grupo, dando-lhes uma formatação poética, ou melhor, convertendo a matéria bruta daquelas experiências, de jovens escritores, incapazes de se desgarrarem dos serviços impostos pelo trabalho político, em material expressivo de uma reinvenção da condição de escritor numa conjuntura marcada por muitas “pedras no caminho” (MICELI, 2004, p. 77).

Fazendo da necessidade virtude, ele se entregou de corpo e alma a um trabalho que costumava ser tratado como uma sinecura. Afonso Arinos de Melo Franco esboçou, no primeiro volume de suas memórias, *A alma do tempo*, um retrato de Drummond à frente da redação do jornal do PRM que dá bem uma ideia do senso de oportunidade do poeta-funcionário:

Carlos Drummond dominava soberanamente a redação [do *Diário de Minas*]. João Alphonsus e eu obedecíamos docilmente às suas ordens e instruções. Carlos, com aquele senso de organização e aquela eficiência burocrática que se tornaram conhecidos no Ministério da Educação, distribuía tarefas, fiscalizava horários, tomava a sério a sua função, o que nos obrigava a fazer o mesmo com as nossas. Nessas coisas é que a gente sente o homem que coexiste com o grande poeta, e que com ele se ajusta tão

perfeitamente, sem que nenhum prejudique o outro. Equilíbrio extraordinário este, entre o homem Drummond e o poeta Drummond. O poeta sempre tendendo a arrebentar e a ironizar o mundo em que o homem se integra, em cujos melhores aspectos o homem se integra” (MELO FRANCO, 1961, p. 206).

Esse “senso de organização” e “eficiência burocrática”, conjugada à sua enorme produtividade, garantiram à Drummond um lugar cativo na administração de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seja na redação do *Diário de Minas*, coordenando já mais para o final da década a campanha da Aliança Liberal, seja na secretaria do Interior, onde atuava como secretário de Mário Casassanta, responsável pela implantação da reforma do ensino normal e secundário planejada por Francisco Campos.

Fernando Correia Dias, em seu livro sobre o projeto intelectual e político que presidiu à criação da Universidade de Minas Gerais, salientou que Drummond e vários outros letrados modernistas de Minas não somente atuaram como auxiliares de Casassanta na *Revista do Ensino*, como também fizeram, no *Diário de Minas*, propaganda das iniciativas do governo estadual relacionadas à criação da Universidade de Minas Gerais (DIAS, 1997, p. 96).

Aproveitando a brecha que tinha sido aberta na administração Antônio Carlos aos jovens intelectuais que integraram o grupo do Estrela, Drummond encontrou na redação do *Diário de Minas* – e na burocracia – o seu canto: “A poesia é incomunicável./ Fique torto no seu canto”, cantou em “Segredo”, poema de *Brejo das almas* (1934).

Em 31 de outubro de 1930, menos de um mês após o desfecho da Revolução, Capanema, então chefe de gabinete de Olegário Maciel, governador de Minas, enviou a Drummond um cartão de aniversário no qual estava escrito: “Meu querido Carlos, Mando-te o meu mais afetuoso abraço não só pelo seu aniversário, mas sobretudo pela vitória da nossa revolução, que tem em você um *soldado intrépido e iluminado*” (Carta de Capanema a CDA, BH, 31 outubro 1930 – FCRB-CDA-CP, os itálicos são meus).

E, ao lado de Capanema, secretário do Interior de 1931 a 1933 e ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, ele se manteria como um chefe de gabinete “intrépido e iluminado”.

Forçando um pouco a nota, talvez, Drummond disse na entrevista de 1941 anteriormente citada que ele era sobretudo um burocrata:

Mas a grande produção, aquela que será a suma e a explicação da minha vida, consiste nos milhares de ofícios, cartas, cartões, papeletas, ordens de serviço, despachos e telegramas, com que, desde 1929, venho inundando os arquivos das repartições onde tenho trabalhado... Eis aí o traço fundamental da minha biografia. Um bom resumo estaria nas seguintes palavras: “Este foi burocrata”. (...) Da burocracia tenho vivido e ela nunca me impediu de ser eu mesmo, em grande parte, é claro, pela profunda humanidade dos chefes que tenho servido, entre eles Mário Casasanta e Gustavo Capanema, dois intelectuais típicos que não perderam na administração nenhuma das qualidades exemplares que os distinguiam quando simples estudantes. Com o primeiro trabalhei dois anos. Com o segundo trabalho há dez anos e sua vida é para mim uma lição comovedora de simplicidade, pureza, dignidade sem afetação, trabalho sem ênfase e sem esmorecimento e total esquecimento de si mesmo (ANDRADE, 2011c, p. 28-29).

5 Conclusão

Ao longo do texto, procurei reconstruir a trajetória social de Carlos Drummond de Andrade, enfatizando a gênese social das disposições a agir, sentir e pensar cristalizadas em sua obra literária. O foco recaiu sobre suas experiências de socialização: familiares, escolares, profissionais, literárias, afetivas.

A aposta da pesquisa consistiu em lançar luz sobre todo um leque de experiências de socialização que não possuem ligação direta com sua inserção no jogo literário. O que levou-me a abrir mão do conceito de “campo literário” em nome de uma postura teórica mais atenta aos múltiplos contextos de formação das disposições de Drummond. De fato, pareceu-me deslocado empregar o conceito de “campo” para descrever e dotar de inteligibilidade o universo social em que estavam inscritos os escritores da primeira geração modernista mineira e Drummond dentre eles. A Belo Horizonte dos modernistas era uma formação social pouco diferenciada, escritores e público pertenciam quase todos ao mesmo grupo social – quando não à mesma família –, a atividade literária revestia-se de um caráter artesanal e nada tinha a ver com algo parecido com um mercado do livro. As noções de “autonomia relativa”, de “lutas de concorrência”, de “disputas entre ortodoxia e heterodoxia” pareceram-me alheias ao universo em questão.

A noção de “dupla vida”, inspirada nas pesquisas de Bernard Lahire – ao mesmo tempo que noção “nativa” frequentemente usada pelos próprios escritores –, pareceu-me uma ferramenta mais pertinente como chave analítica da trajetória social de Drummond e dos seus companheiros de geração. Num universo literário tão fracamente institucionalizado e cercado de indefinições e incertezas, apreender o vaivém permanente efetuado por Drummond, cindido entre a atividade literária e os serviços político-burocráticos que asseguravam seu ganha-pão, levou-me a investigar seus investimentos literários e extraliterários, num esforço

de materialização das constringências sociais e econômicas que ele encontrou no meio do caminho. Tendo isso em vista, achei mais profícuo de um ponto de vista heurístico esmiuçar as condições práticas da atividade literária, esforço de contextualização que ficou apenas esboçado, mas que visou aumentar o grau de inteligibilidade das representações que Drummond e outros escritores mineiros faziam de sua atividade literária e de sua autoimagem enquanto escritores.

A aposta, no fundo, consistiu em encarar o estudo da trajetória paradigmática de Carlos Drummond de Andrade, figura síntese daquela geração de modernistas mineiros, como uma forma de compreender melhor os dilemas (e as saídas encontradas) com os quais ele e seus *compagnons de route* se depararam à medida que os encargos burocráticos tornavam-se mais cronofágicos e o tempo disponível para a escrita literária ia se tornando mais escasso.

No primeiro capítulo, procurei trazer à luz os traços pertinentes da capital mineira nos anos 1920. Belo Horizonte, apesar de ser um centro político de primeira grandeza, era então uma cidade bastante acanhada do ponto de vista cultural – poucas livrarias, pouquíssimas editoras, um público leitor pouco diferenciado formado pelo funcionalismo estadual. Nos anos 1920 e na década seguinte, a nova capital construída sobre os escombros do antigo Curral del Rei permaneceria fundamentalmente um centro administrativo cujo papel político sobressaía ao econômico e cultural.

No entanto, da segunda metade da década de 1920 em diante, as reformas educacionais, de um lado, e a criação da Universidade de Minas Gerais, do outro, já apontavam a nova vocação da capital mineira, vocação que se consolidaria nas décadas seguintes, a saber, a de centro universitário e de polo cultural do estado.

A primeira geração modernista viveu esse momento de transição em que Belo Horizonte não era mais a cidade provinciana do início do século, mas não era ainda o viveiro de sucessivas gerações de intelectuais e artistas que conferiram a Minas lugar de destaque na

história cultural brasileira. Sem poder contar com um mercado do livro, nem com um público leitor aberto a novidades, os escritores dessa primeira geração modernista viabilizaram seu projeto literário mediante a prestação de serviços políticos, geração que, com acerto, já foi chamada de “geração de oficiais de gabinete”.

Um outro aspecto colocado em relevo pelo capítulo diz respeito às reformas pedagógicas dos anos 1920. De certa forma, o modernismo mineiro foi caudatário do “otimismo pedagógico” que tomou conta das *elites ilustradas* de Minas nessa década. As reformas do ensino normal e primário, nos anos 1920, e do ensino secundário, na década seguinte, bem como a criação da UMG em 1927 conferiram a Belo Horizonte o papel de centro de estudos que passou a atrair os ramos empobrecidos das velhas “famílias governamentais” de Minas espalhadas pelo estado. Os velhos troncos mineiros, para sobreviver, tiveram que se envolver no processo de modernização pedagógica iniciado no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

De fato, não há como compreender o destino social de Carlos Drummond de Andrade sem trazer à luz sua ligação afetiva e profissional com Mário Casassanta e Gustavo Capanema – o primeiro foi responsável pela execução da reforma do ensino normal planejada por Francisco Campos; o segundo foi ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945. Drummond foi secretário particular de ambos: primeiro de Casassanta, Inspetor Geral da Educação em Minas; em seguida, de Capanema, de 1931 a 1945, em Minas e no Rio.

Os autores de *Tempos de Capanema* já notaram como Capanema e Drummond pareciam se completar, como duas faces da mesma mineira moeda: como se Capanema, seguindo uma carreira política, tivesse realizado uma ambição secreta de Drummond, que o jogo/jugo perremista mantivera reprimida; ao passo que Drummond, através de sua obra literária, realizasse as pretensões intelectuais que Capanema tivera de abrir mão em nome da política (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 42).

O fato é que Drummond soube fazer da dupla vida, da posição em falso ocupada no espaço da classe dirigente em Minas e no Rio, entre a literatura e a prestação de serviços políticos, uma virtude, atuando a rotina burocrática como esteio e uma das correntes subterrâneas de sua produção poética.

Dupla vida permeada de contradições, pois se a carreira burocrática concede com que viver, consome, no entanto, boa parte do tempo que poderia ser empregado na escrita literária:

O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome nem o fausto; sente o peso dos regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas (ANDRADE, 2011b, p. 110).

Talvez Drummond tenha sido a expressão mais acabada daquilo que Miceli chamou de “escritor-funcionário”, expressão, de resto, emprestada ao próprio poeta. O Estado, na visão de Drummond, na medida em que solicita a colaboração dos intelectuais, deve, como contrapartida, dar-lhes condição para levar uma vida “que não conhece a fome nem o fausto” e que lhes permita exercitar a “imaginação criadora” nas folgas deixadas pela rotina burocrática.

A correspondência entre Drummond e Cyro dos Anjos contém passagens bastante esclarecedoras da maneira como os modernistas mineiros viam a relação entre intelectuais e Estado. Em agosto de 1936, pouco meses após Cyro ter sido nomeado oficial de gabinete de Benedito Valadares Ribeiro, interventor em Minas de 1934 a 1945, Drummond escreve-lhe para felicitá-lo pela nomeação:

A solução do seu ‘caso’ foi a melhor possível e deu-me um grande contentamento. Eu ficaria desolado se as coisas caminhassem para um desfecho que atestasse a impossibilidade de um intelectual ganhar honradamente o seu sustento no Brasil. Porque, atrás do seu pequenino drama individual, o que havia era justamente esse conflito do ser cheio de delicadezas e nuances, com o monstro estatal dos nossos dias. Esse monstro exige de todos nós uma standardização cruel. Os indivíduos renunciam ao que têm de melhor em si, para servi-lo (Cyro & Drummond: *correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade*, 2012, p. 83).

O Estado deve conceder aos intelectuais um ordenado que lhes permita viver “honradamente” – não se trata de uma pensão, como ocorria nos séculos anteriores, mas de um salário pelos serviços prestados: elaboração de projetos, redação de cartas, discursos, etc. Preso à rotina burocrática, colocando sua pena a serviço do “monstro estatal”, o escritor-funcionário sente-se invadido por dúvidas a respeito do seu papel social, como ele confessa a Cyro:

Uma calvície cada vez mais extensa, um apetite cada vez menos acentuado pelas coisas do mundo em que fui chamado a viver, maus dentes, mau estômago, eis aí parcelas negativas do meu balanço, o de aniversário. Mas você perdoará essas lamúrias de um indivíduo socialmente inútil (eis o que me tem impressionado ultimamente: a minha pavorosa inutilidade), que não tendo a coragem cívica do suicídio, nem a de ir lutar na Espanha ao lado da *Pasionaria*, se deixa ficar torpemente diante de uma mera vida de burocrata, escrevendo cartas de respostas a pedidos de encargo e de posse. Minha vida é bastante escrota para que eu tenha a pretensão de ocultar a verdade. Você me perdoará – e dirá amavelmente que não, que sou o grande poeta da Floresta etc. Ao que darei uma banana para V. e outra para mim mesmo e me confessarei eternamente perturbado (*Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade*, 2012, p. 89-91).

A escrita autoral aparece então como uma forma de participação mais digna no mundo social a que pertence:

Estou convencido de que o poeta não pode se alhear do espetáculo do mundo e que também ele tem uma missão social a cumprir no momento. É a grande objeção que faço ao livro do Emílio: estar fora do tempo. E, por outro lado, reconhecendo como você a falência da literatura bolchevista, acredito entretanto na possibilidade de uma mensagem poética que contribua para a solução dos conflitos humanos da nossa época. Vale a pena trabalhar nesse sentido (*Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade*, 2012, p. 91-92).

De um lado, renunciar ao melhor de si para servir ao Estado; do outro, empenhar a “mensagem poética” na “solução dos conflitos humanos da nossa época” – eis o vaivém executado permanentemente pelo poeta-funcionário. E, subjacente a esse movimento, delineia-se uma concepção da literatura como atividade ainda não completamente subjugada pelos imperativos econômicos. Em novembro de 1945, logo após o fim do Estado Novo, Drummond escreve a Cyro pedindo-lhe notícias de sua situação:

Não sei até que ponto os acontecimentos dos últimos dias terão repercutido em sua vida. Mas desejo, com ânimo sincero, que eles não perturbem de maneira mais profunda a sua tranquilidade de varão pai de família, com problemas financeiros e pouca vocação para o capitalismo. Nascemos todos incapazes para a política, mas fadados a sofrer no lombo suas transformações (*Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade*, 2012, p. 118-119).

Há nisso uma resistência a praticar a literatura como ganha-pão, a concebê-la como uma mercadoria.

O segundo capítulo foi dedicado à reconstrução das disposições sociais e culturais de Drummond ao longo da sua socialização familiar e da sua formação escolar. Um dos aspectos para o qual procurei chamar atenção diz respeito à posição ocupada por ele no interior de sua configuração familiar: sua condição de filho mais novo e o que isso significou em termos de transmissão da herança paterna.

O caçula, assim como ocorre com as filhas, costuma estar menos sujeito à pressão familiar ligada à necessidade de reprodução do patrimônio e da posição da família, estando mais inclinado a seguir uma trajetória marcada pela reconversão do capital familiar. Drummond foi o único dentre os filhos do coronel Paula Andrade a abraçar uma carreira intelectual e um estilo de vida citadino. Desde a infância, sentiu-se atraído pelo polo espiritual da família, polo esse personificado na figura da sua mãe e dos Drummond.

Outro aspecto destacado nesse capítulo tem a ver com o seu percurso escolar truncado, caracterizado por interrupção dos estudos, expulsão do colégio dos jesuítas, fracasso nos exames preparatórios para a faculdade de Direito e a escolha de um curso destituído de prestígio e para o qual não sentia a mínima vocação.

Ambas as socializações, a familiar e a escolar, reforçaram a indeterminação social de Drummond, o que explica sua disponibilidade temporal e espiritual para a literatura, atividade que, como tentei mostrar, na Belo Horizonte dos anos 1920, estava mais para um lazer cultivado do que para uma profissão.

Finalmente, o capítulo final focalizou os anos de “educação sentimental” na capital mineira ao longo da década de 1920: seu “noviciado”, para usar a expressão cunhada por Pedro Nava. Sua inserção na roda de intelectuais que frequentavam a redação do *Diário de Minas* e a livraria Francisco Alves serviu de contrapeso aos seus *handicaps* sociais e escolares. A trajetória social de Drummond é incompreensível sem se levar em conta sua amizade, sua afinidade espiritual com a nova geração de políticos e intelectuais que começava a despontar na provinciana Belô dos anos 1920: Gustavo Capanema, Mário Casassanta, Abgar Renault, Milton Campos, Emílio Moura, Pedro Nava, Aníbal Machado, Gabriel Passos, João Pinheiro Filho, entre outros.

A relação entre Drummond e Mário de Andrade, trama complexa formada de afinidades, influências e distanciamentos, mereceria por si só uma outra tese, no entanto, procurei ao menos esboçar seus aspectos mais pertinentes nesse capítulo final.

Como disse John Gledson, o encontro com Mário em 1924 e a troca/amizade epistolar iniciada nesse mesmo ano e que se estendeu até a morte do amigo paulista em 1945 ofereceram a Drummond a oportunidade de conviver com um intelectual bem diferente dos seus companheiros das rodas intelectuais da Rua da Bahia belorizontina. A coragem de Mário ao assumir todos os riscos sociais envolvidos na empreitada modernista, seu exemplo, sua força explosiva marcaram profundamente Drummond, sua visão acerca da missão do intelectual e do papel da literatura, permitindo ao poeta *gauche* conferir um destino poético a todo um manancial de experiências. Como sintetiza Gledson, Mário “revelou o anarquista debaixo do poeta convencional e tímido que fora até 1924” (GLEDSON, 2003, p. 89).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. “Para os cétricos”. In: *A Revista*, edição fac-similar. São Paulo: Metal Leve, 1978.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Prosa Seleta*: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Querida Favita: cartas inéditas*. Org.: GOULART, Flávio A. de Andrade & OLIVEIRA, Myriam Goulart de. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas: Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Cosac Naify, 2011a.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. São Paulo: Cosac Naify, 2011b.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Encontros*. RIBEIRO, Larissa Pinho Alves (org.). Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011c.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Os 25 poemas da triste alegria: Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Cosac Naify, 2012
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos Drummond de Andrade: Poesia 1930-1962: de Alguma poesia a Lição de coisas*. Edição crítica preparada por Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2012
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Correspondência de Carlos Drummond de Andrade & Alceu Amoroso Lima*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Uma forma de saudade: páginas de diário*. Org.: Pedro Augusto Graña Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2002.
- ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. São Paulo: Globo, 2010.
- ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. Dissertação de mestrado em sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1995.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Lírica Sociológica de Fernando Correia Dias. In: *Teoria & sociedade* (Revista dos Departamentos de Ciência Política e Sociologia e Antropologia – UFMG), número especial. Belo Horizonte, 2004

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, nov. 2011.

ASSIS, Joana d’Arc Torres de. *Santa Maria de Itabira: na lavra do tempo*. Belo Horizonte: Edição da Patrocinadora, 2013.

BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BATISTA, Marta Rossetti; LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares. *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29 Documentação*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972.

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2011.

CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu: biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Globo, 2012.

CANDIDO, Antonio. Drummond prosador. In: *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010

CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Leda Maria Lage. *O afeto em Drummond: da família à humanidade*. Itabira: Editora Gráfica Dom Bosco, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Arquitetura da modernidade*. Org.: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CASTRO, Thaís Isabel. *Dez anos de lirismo desenfreado: poesia inédita de Carlos Drummond de Andrade nos anos 20*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Letras, 2004.

CASTRO, Fabíola Fabiana Braga de. *Arduíno Bolívar: a trajetória de um intelectual tradicional na cidade de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura: memórias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

CHARLE, Christophe. Situation du champ littéraire. In: *Littérature*, nº 44, décembre 1981, p. 8-20.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Cyro & Drummond: correspondência de Cyro dos Anjos & Carlos Drummond de Andrade. MIRANDA, Wander Melo; SAID, Roberto (orgs). São Paulo: Globo, 2012.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011.

DIAS, Fernando Correia. *O Movimento Modernista em Minas*. Brasília: Editora de Brasília, 1971.

DIAS, Fernando Correia. *Líricos & Profetas*. Temas da Vida Intelectual. Brasília: Thesaurus Ed., 1984

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997

DIAS, Fernando Correia. Gênese e Expressão Grupal do Modernismo em Minas. In: *O Modernismo* | Coordenação e organização de Affonso Ávila. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Stylus ; 1)

DOURADO, Autran. *Um artista aprendiz*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DULCI, Otavio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, 1984 v.II.

EULALIO, Alexandre. A Literatura em Minas Gerais no Século XIX. In: *III Seminário sobre a Cultura Mineira (século XIX)*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais/Imprensa Oficial, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. *A ilusão literária*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 (1932).

GLEDSON, John. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

GLEDSON, John. *Influências e impasses: Drummond e alguns contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOULART, Flávia Andrade. *Conversas com a saudade*. Belo Horizonte: Edição da Autora, 2010.

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. *A Emergência do Campo Artístico em Belo Horizonte: décadas de 20 e 30*. Dissertação (mestrado em sociologia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: *Segundo seminário de estudos mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000

LAHIRE, Bernard. *La Condition littéraire*. La double vie des écrivains. Paris: La Découverte, Laboratoire des sciences sociales, 2006

LAHIRE, Bernard. *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte, 2010

LARA RESENDE, Otto. *O príncipe e o sabiá e outros perfis*. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Salles, 1994.

LEMONS, Celina Borges. *A cidade republicana: Belo Horizonte, 1897/1930*. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IAB-MG, 1998.

MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: Ed. 34, 2011

MARTÍNEZ, Ana Teresa. Entre el 'Notable' y el 'Intelectual'. Las Virtualidades del Modelo de Campo para Analizar una Sociedad en Transformación (Santiago del Estero 1920-1930). *Cuadernos FHyCS-UNJu*, n° 30, 2006, p. 213-231

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MARTINS, Beatriz Borges. *A vida é esta...* Belo Horizonte: B. B. Martins, 2000.

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Karl Marx & Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955, vol.1.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

MELO NETO, João Cabral de. *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. *Nacional Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

MICELI, Sérgio. Sociologia do modernismo mineiro. In: *Teoria & sociedade* (Revista dos Departamentos de Ciência Política e Sociologia e Antropologia – UFMG), número especial. Belo Horizonte, 2004.

MICELI, Sérgio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

NABUCO, Carolina. *A Vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

NAVA, Pedro. Recado de uma geração. In: *A Revista*, edição fac-similar. São Paulo: Metal Leve, 1978.

NAVA, Pedro. *Galo-das-trevas*: (as doze velas imperfeitas). São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NAVA, Pedro. *Beira-mar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NAVA, Pedro. *Descendo a rua da Bahia: a correspondência entre Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade*. Org. Eliane Vasconcellos & Matildes Demetrio dos Santos. Posfácio: Humberto Werneck. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

OLIVEIRA NETO, Luís Camilo. *História, cultura e liberdade*: páginas recolhidas de Luís Camillo de Oliveira Netto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

OLIVEIRA TORRES, João Camillo de. *Estratificação social no Brasil*: suas origens históricas e suas relações com a organização política do país. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Presidente Antônio Carlos*: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PEREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos* (1ª Série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo*: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.

PIRES, Aurélio. *Homens e fatos do meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 (Coleção Brasileira, nº 146).

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos*: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas Décadas de 30, 40 e 50. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1/ Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré, 2001

PY, Fernando. *Bibliografia comentada de Carlos Drummond de Andrade*: (1918-1934). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002

RIBEIRO, Larissa Pinho Alves. *Carlos Drummond de Andrade*. Coleção Encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011

SABINO, Fernando. *Cartas a um jovem escritor e suas respostas*. Rio de Janeiro: Record, 2003

SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Ed. Giordano, 1993.

SANTOS, Cristina A. *Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto*. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte 1 (1), janeiro/abril 1986.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SCHWARZ, Roberto. Sobre *O amanuense Belmiro*. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

SENNA, Homero. *República das Letras: entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

SILVA, Ormi Andrade; BORGES, José Gomide. *Dois séculos dos “Andrade”*. 1984.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo : Com-Arte, 2010

VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain*. Sociologie de l'écriture à l'âge classique. Paris: Éditions de Minuit, 1985.

WEBER, Max. Reflexão intermediária – Teoria dos níveis e direções da rejeição religiosa do mundo. In: BOTELHO, André (org.). *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXO

Correspondência Seleccionada de Carlos Drummond de Andrade com outros modernistas mineiros presente no arquivo do escritor na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Correspondência de Drummond com Emílio Moura

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

Carta de EM a CDA de 18 de fevereiro de 1924, enviada de Dolores do Indaiá, cidade natal do poeta mineiro:

“Estou com muita saudade de Belo Horizonte, das nossas rodas, e sobretudo da nossa lírica vagabundagem.”

Carta de EM a CDA de 17 de setembro de 1924, Dolores do Indaiá:

“Senti não poder reler os seus *Poemas da triste alegria*, depois de datilografados. Mas já sei que deve ter ficado um livro admirável, e desejo que um editor amigo o arranque de suas mãos tímidas. Você devia escrever ao Álvaro Moreyra a respeito de *Teia de Aranha*. Tenho esperanças de que ele, agora, há de manter a palavra que lhe deu. E os nossos artigos que estão [palavra ilegível] nas mãos [distantes?] de Osvaldo [de Araújo?]?”

Emílio Moura sofria de reumatismo e queixava-se de dores com o Carlos em suas cartas.

Em 1927, EM era funcionário da Secretaria das Finanças do Estado.

EM torna-se noivo de Guanayra, sua conterrânea, em 1929, casando-se logo em seguida.

Carta de EM a CDA de 08 de agosto de 1931, Dolores do Indaiá:

“Como você vai aí na Secretaria [do Interior]? Como vai o nosso Capanema dentro da ‘Legião’ [Mineira]?”

Fiquei pesaroso de não ter estado aí com você... Mas você agora está raro, difícil, multiplicado em mil e um afazeres, inteiramente entregue aos graves negócios públicos. Gostei de ver a sua autoridade, Carlos!”

Carta de EM a CDA: BH, de 25 de fevereiro de 1942:

“Nem sei como agradecer a você as palavras que escreveu, na *Revista Acadêmica*, a meu respeito e a respeito de minha poesia. Só você mesmo, Carlos, é que saberia achar tanta coisa generosa para dizer a propósito de temas tão ingratos. Suas palavras me comoveram tanto que quase cheguei a perder a convicção de que sou um poeta fracassado, responsável por uma obra magra e escassa.”

Carta de EM a CDA: BH, 10 de junho 1943:

Sobre o poema “Fim da Terceira Internacional”

“O que acho admirável é a maneira como você consegue manter-se poeta cem por cento mesmo quando procura definir e fixar sua posição de ser eminentemente político. Raros poetas evitariam o fracasso em temas como o de “Carta a Stalingrado” ou o desse “Fim da Terceira Internacional”.

Já li este último não sei quantas vezes. Li-o também a amigos nossos. A impressão deles foi a mesma: a de que você acaba de escrever um de seus melhores e mais puros poemas. Tenho verificado com grande satisfação o quanto essa grande Musa tem produzido nestes últimos tempos. Sempre tive receio de que a burocracia e tudo quanto o Rio possui de absorvente fizessem com que você fosse deixando a Musa de lado. Seria um desastre, Carlos. Enfim, cá o temos, de novo, todo entregue à poesia. E que poesia!”

Carta de EM a CDA, BH (Rua Curitiba, 1381), 25 de julho de 1942:

Sobre a reunião dos poemas de Drummond:

“Para mim, muitos de seus poemas têm um valor especial: é como se falassem também em meu próprio nome e exprimissem certos momentos meus, momentos especialíssimos, que, por impotência minha, sempre ficaram inarticulados.

Nunca pude, nem conseguiria encontrar expressão lírica exata para tais momentos. Além disso, você bem sabe: posso dizer que assisti à elaboração de muitos desses poemas. Bem me lembro ainda do estado de espírito que os ditou a você. Recorda-se, por exemplo, do anúncio de *La Nacion* que lhe inspirou aquele admirável “Desdobramento de Adalgisa”?

Você não calcula a intensidade e a doce amargura do recuo no tempo, que sua poesia me fez realizar. Graças a você, quanta presença viva senti eu, ontem, dentro dessa solidão belorizontina!

Você é, na verdade e em última análise, o homem que luta, não contra o demônio ou contra a morte, mas contra a solidão.”

Nos anos 40 e 50, EM acumulava dois cargos: superintendente da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas e professor de história das doutrinas econômicas na FACE-MG.

Carta de EM a CDA, BH, 28 de março de 1950:

“Carlos,

Estou precisando de um grande favor seu. Com a federalização da Universidade [UMG], estou com receio de ser atingido pela questão de acumulação [de cargos, EM era professor da FACE e superintendente da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas]. O grande favor que lhe peço é o seguinte: fazer chegar ofício e exemplar da Revista às mãos daquele diretor e, se possível, captar-lhe a boa vontade para o meu caso.”

Carta de EM a CDA, BH, 22 de junho de 1951:

“Carlos,

Acabo de reler os *Contos de Aprendiz*. O resultado, tanto da leitura como da releitura, foi que fiquei a lamentar, uma vez ainda, o largo espaço de tempo em que suas atividades no Ministério [da Educação e Saúde Pública] o roubaram à criação literária. Quantas páginas perdemos nós de admirável prosa e de alta e autêntica poesia!”

Carta de EM a CDA, BH, 09 de fevereiro de 1952:

Em 52, EM compõe o “Soneto a C.D. de A.” como uma espécie de resposta à dedicatória em verso que CDA escrevera no exemplar de *Claro enigma* remetido a EM. Na carta, EM retoma o *Soneto a CDA*:

“Carlos,

Depois que lhe remeti o “Soneto a C. D. de A.”, tive um estalo e descobri que empregara o verbo *transcender*, dando-lhe complemento com preposição *de*, o que evidentemente não é possível. Não sei o que me ia pela cabeça. A coisa saiu assim, traição do ritmo do verso, e não percebi a burrada.

Peço-lhe o obséquio de substituir os dois primeiros versos pelos seguintes:

‘A hora madura envolve-te e palpita
nela o que te oferta, ora recusa.’

Creio que o soneto não vale tanta preocupação. Enfim, a preocupação é com a língua e não com os versos.”

Em 1957, EM muda-se para Avenida Olegário Maciel, 1099, Edifício Casablanca.

Carta de EM a CDA, BH, 20 de junho de 1960:

“Estou com um livro novo, quase pronto, com inclusão de *O Instante e o Eterno*, este praticamente inédito. Estou, porém, sem ânimo de concluí-lo, pois ando mais do que convencido de minha poesia nada deu até hoje que valesse a pena. (...) Não é modéstia, não, você sabe. (...) Até certa altura, ainda persistia em mim a impressão de que se minha vida deixasse de ser tão atribulada, ainda poderia realizar alguma coisa que fugisse à mediocridade. Mas, qual, seu Carlos! Essa impressão ainda era surto de vaidade.”

Em carta de 16 de julho de 1960, comentando o poema “O padre, a moça”, EM compara-o a “tantas outras obras-primas saídas do velho subsolo itabirano.”

Carta de EM a CDA, BH, 25 de outubro de 1961:

“Carlos,

Meu amigo e colega João Dias está em Brasília e já me comunicou que anda empenhado em dar um bom empurrão no processo de sua aposentadoria. Como ele é maneiroso e diligente, acredito que nos prestará um bom serviço no caso.”

Em 1966, EM muda-se para Rua Pernambuco, 717 apto 104.

Carta de EM a CDA, BH, 06 de março de 1968:

“Ainda estava sob a impressão daqueles momentos tão agradáveis quando esbarrei com sua bela crônica “O amigo que chega de longe”. O coração deste velho poeta reviveu então o seu mais grato e melhor ritmo. Nem era para menos. A maneira como você se refere nessa crônica ao companheiro e amigo de tantos anos é dessas coisas que me vêm ajudando – e de que maneira! – a perdoar à vida os vários trancos que me tem dado com tanta dureza e persistência!”

Em 18 de julho de 1971, EM remete a CDA sua última carta comunicando sua mudança para Avenida Francisco Sá, 1395 apto 01.

Correspondência de CDA e João Alphonsus

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

João Alphonsus era, nos anos 30, Auxiliar Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais.

Carta de JA a CDA, BH, 03 de março de 1937:

“Carlos,

Há decênios você me apresentou um álbum de uma moça de Pitangui, namorada do Capanema, onde eu [lancei] uns versos que principiavam assim:

‘Clara está de branco, Clara está de preto’

Desejava aproveitar este poema no meu livro, que é uma espécie de miscelânea memorialista do bacharel Anfrísio da Conceição.

Você poderia obter uma cópia tirada do álbum?”

Carta de JA a CDA, BH, 21 de agosto de 1937:

“Carlos,

O Castilho tinha me prometido, há tempos, libertar as reedições das obras do velho [Alphonsus de Guimaraens, pai de JA] de um contrato assinado em 1921 com a Livraria Alves (para o *Kiriale*, *Dona Mística* e *Setenário*), mas que até agora não cumpriram nem pensam em cumprir. Contrato sem prazo estipulado...”

JA residia na Rua Tomé de Souza, 56. Após a mudança da sua mãe e seus irmãos para esta casa, ele muda-se para Rua Rio Grande do Sul, 1040.

Carta de CDA a JA, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1937 (em papel timbrado do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública):

“Meu caro João Alphonsus,

Perdoe-me a demora com que lhe mando, nesta carta, a palavra definitiva sobre a edição das obras poéticas de Alphonsus [de Guimaraens]. Ficou combinado que o Ministério fará a edição, em um só volume, de todos os livros publicados (*Dona Mística*, *Septenário*, *Kiriale*, *Pauvre Lyre* e *Pastoral*) e de todos os inéditos (*Escada*, *Pulvis* e poesias dispersas). Como Prefácio, o Emílio Moura nos fará o favor de dar o estudo que vem elaborando há anos e ao qual deve ser anexada uma Cronologia. Os trabalhos serão dirigidos aqui pelo Manuel Bandeira, que se ofereceu para isso, sem ônus de qualquer espécie. Finalmente, o Ministério se propõe a pagar à família de Alphonsus 3:000\$000 por uma edição de 2000 exemplares. Qualquer outra edição que se venha a fazer, será objeto de combinação especial.

Está de acordo? Peço-lhe responder-me com a necessária presteza e, no caso de o fazer afirmativamente, remeter-me logo que possa os originais do livro e a prosa do nosso Moura. Mande também fotografias de seu Pai, que lhe serão restituídas.

Falo em ‘necessária presteza’ porque não sei para onde nos conduzirá o Estado Novo, e gostaria de deixar isso resolvido, na hipótese de uma retirada em boa ordem...

Quando sai *Rola-moça*? Há uma grande expectativa.

Peço-lhe dizer ao amanuense que eu o amo sempre e que só não lhe escrevi ainda por falta de caráter.

Abraços para você e os amigos.”

Carta de JA a CDA, BH, 23 de novembro de 1937:

“Carlos,

De acordo com as minhas respostas anteriores, só poderia responder afirmativamente, como respondo, à sua carta de 18 último. Minha família aceita a edição das obras poéticas completas em quaisquer condições, já tinha dito. Penso que a edição se devia oficialmente combinar ao preço de 10% sobre o preço de capa, o que daria, em 2000 volumes ao preço habitual de 5\$000, simplesmente 1:000\$000. O resto se dividiria irmanamente, um conto para o Manuel, que vai ter um trabalho enorme, e outro para o Emílio, que está num desânimo

danado. Felizmente hoje em dia meu pessoal está com relativa folga de dinheiro, de modo a se tomar com calma uma resolução como esta.

O Emílio pensa que não terá tempo de rever o seu ensaio para a edição. Queixa-se do estômago. Mas, segundo o diagnóstico do Ciro e do Guilhermino, a petimba também influi poderosamente na sua lassidão. Não faço ao meu velho amigo Emílio a injustiça de que só se mexa com a promessa do cobre, mas, se o mal é este, se ele se queixa de que as letras vencem com tanta assiduidade que não se pode colocar o espírito num assunto qualquer e se recolher para trabalhar... não seria o caso de se lhe garantir ao menos uma [reforma] para a tranquilidade necessária à revisão do ensaio?”

Carta de JA a CDA, BH, 08 de julho de 1942:

“E a minha solidariedade saudosista no caso da fisionomia de Itabira: lembro que o senso estético dos luxemburgueses da Siderúrgica de Sabará fez separar nitidamente a velha cidade do bairro siderúrgico; é necessário que na sua cidade se faça a mesma coisa, reservando, por exemplo, o “campinho” (é este o nome?) para a cidade que vai surgir do desmanche do Pico do Cauê ou do Morro da Conceição...

A edição do livro não é minha, mas da Livraria Inconfidência: gostaria entretanto que você mantivesse a promessa de adquirir o Instituto do Livro um certo número de exemplares...”

Correspondência de Drummond e Pedro Nava

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

Carta de PN a CDA, BH, 23 de março de 1926:

Nava escreve de BH ao amigo que estava morando em Itabira, para onde fora tentar a sorte na fazenda que herdara:

“De mais a mais isto aqui está uma verdadeira sordidez de cidade: chuvinha sem vergonha, as mesmas caras, meio adverso, exatamente a tal ‘convergência de púas’ de que fala o Raul Pompéia. Você positivamente não tem nada que se queixar de Itabira – ao menos paisagem você tem e mais as amenidades da vida de roça. Nós só temos o Alves [livraria Alves], cinema, café. Convenhamos que não é nada panorâmico o focinho do Castilho da livraria [Alves]...

Os amigos, bem. Almeida e Emílio parece que desanimaram de vez com a *Revista*. Você precisa escrever dando coragem pra eles.”

Carta de PN a CDA, Monte Aprazível (Oeste Paulista), 23 de setembro de 1931:

Nava mudara-se para o Oeste paulista, onde fora atuar como médico recém-formado.

“Apesar de toda a crise, ganha-se mais dinheiro aqui que em BH e resolvi seguir o conselho do Cavalcanti, montando neste sertão paulista ‘minha tenda árabe’ até poder me transferir para o Rio, conforme velho desejo. [Nava mudou-se para Monte Aprazível em julho de 1931] [Sobre a amizade entre Nava e Drummond] Amizade à prova de ‘incêndios’ e outros desastros amáveis.

[Sobre Mário de Andrade] Em S. Paulo, estive com o nosso numerosíssimo Mário de Andrade. Ceamos juntos e conversamos longamente a seu respeito. Dei notícias a ele de sua atividade política ao lado da Legião [Mineira]...

De cá, tive notícia confusamente pelos jornais dos acontecimentos do dia 18. Teixeira preso e outros distúrbios. Lamento ver a divisão dos nossos amigos, cada um para um lado e pondo em xeque as ligações passadas. Eu, por mim, afunde-se o país, nossa Minas – o que quero é que se conservem as minhas afeições ao abrigo destes choques partidários, que não valem a lembrança dos chopps tomados na antiga harmonia.

Não é este o seu ponto de vista? Está claro que deve ser.”

Correspondência de Mário Casassanta a CDA (CDA-CP-0363)

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

Em carta não datada, mas provavelmente dos anos 1920, Casassanta fornece a CDA instruções muito precisas a propósito da publicação de uma “Circular”:

“Dê no *Minas* um bom lugar à circular que remeti. Faça um bom comentário e não deixe de enviar um número do jornal a D. Octávio.”

Carta de Casassanta a CDA, BH, 30/05/1930, em papel timbrado da Secretaria do Interior:

“Acabei de ruminar *Alguma Poesia* e estou satisfeito por ter-lhe (?) não alguma, mas muita poesia. Em todo caso, não concordo ainda com a forma ou não me acostumei com ela, e atribuo o meu prazer mais ao conteúdo, antes só ao conteúdo, do que propriamente ao invólucro esquisito.”

Carta de Casassanta a CDA, BH, 31/03/1937, em papel timbrado do Serviço de Contencioso e de Consultas Jurídicas do Estado de Minas Gerais:

“Meu caro Carlos Drummond,

Desde que daí [do Rio?] vim, estou para lhe escrever uma carta que lhe diga o meu agradecimento pela generosa acolhida bem como a impressão que me deixou no espírito a conversa que tivemos acerca de nossos ideais literários.

Como você decerto verificou, nós nos achamos com os relógios certos, pontualmente certos, e tão precisamente certos, como se viéssemos das mesmas origens e houvéssomos palmilhado os mesmos caminhos.

Ambos louvamos os mesmos mestres; ambos reivindicamos para as nossas letras os mesmos cânones de disposição e ordem de ideias; ambos amamos a justeza, a simplicidade, a clareza; ambos avaliamos devidamente as vantagens de uma boa língua.

Tendo essas mesmas preferências, revelamos por igual as mesmas antipatias, pois conviemos em que os autores vitoriosos do momento, conquanto talentosos, pensam e sentem mal e se exprimem piormente.

Pela viagem afora e nos raros momentos de folga que tenho tido, continuo a ruminar as mesmas ideias, e concluo que deveríamos os mineiros tentar um movimento, no sentido de uma fixação de rumos e, possivelmente, de um regresso aos cânones.

A leitura que fiz do livro do *Ciro [dos Anjos]* e a releitura de um dos livros do *[Eduardo] Frieiro* acabaram de persuadir-me que o nosso caso é mais geral do que nosso e traduz uma tendência de nossos melhores amigos.

Toda a obra de Lafaiete [?] o prova, e ainda há pouco os discursos do Afonso Pena e do *[Francisco] Campos*, por ocasião da posse do primeiro na reitoria da Universidade, comprovam-no, à farta.

Quanto a nós, voltados para as letras desde a primeira juventude, encaramo-las como um ofício sério, que demanda apurada iniciação, e, se nem todos compreendemos bem a extensão do que Bilac quis dizer com ‘o seu rude e doloroso idioma’, todos buscamos e rondamos as portas da “Perfeição” [poema de Olavo Bilac, ao qual pertence o trecho abaixo]:

E à noite, à luz dos astros, a horas mortas,
Rondo-te, e arquejo, e choro, ó cidadela!
Como um bárbaro uivando às tuas portas.

Constituímos, dessa maneira, uma família, e não será demais que digamos ao curioso Brasil deste hora aquelas [coisas?] fáceis, simples e justas que queríamos que a nossa Minas dissesse, em outros setores.

Os homens públicos dificilmente poderão articulá-las; por que havemos de calá-las, pelo que nos toca, dentro de nosso setor?

Vá pensando nisso, meu caro Carlos, e fique certo de que, quanto a mim, eu levaria o meu entusiasmo ao anacronismo de um manifesto, em forma, tal qual se fez em todos os movimentos literários.

É que eu penso que nós temos o direito de fazer as mesmas loucuras e o dever de tentar as mesmas experiências que os demais povos, e isso pela razão bem simples de que não podemos precipitar o *processus* da nossa evolução.

[...]

Tentarmos caminhar *à la page* do movimento literário de Paris, não será repetirmos o erro dos que, no domínio da política, procuram importar instituições que nunca funcionaram regularmente?

Pense nisso, com a sua excelente máquina de pensar, e veja se, tendo concordado no diagnóstico dos nossos males, podemos concordar com a medicina.”

Admirador de Monteiro Lobato, de Olavo Bilac.

CDA trabalhou como auxiliar de gabinete de Casassanta na Inspetoria Geral de Instrução de 20/10/1928 a 06/09/1930.

“Avant donc d’écrire, apprenez à penser.”, esta frase de Boileau comparece numa das últimas cartas de Casassanta a CDA, em 1962.

Correspondência entre CDA e Moacir Andrade (CDA-CP-0091)

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

Moacir Andrade, o Gato Felix, escreve a CDA solicitando favores: a nomeação de fulano, etc. Enquanto funcionário da Imprensa Oficial de Minas, Moacir também quebrou vários galhos p CDA.

Em carta de julho de 1941, Moacir Andrade troca com CDA informações sobre a aposentadoria dos funcionários da Imprensa Oficial de Minas.

Carta de Moacir Andrade a CDA, BH, 01/08/1945:

“Caro Carlos,

Como você desejo também a democratização pacífica do Brasil. Nunca me esquecerei dos incômodos da luta de fogo: você esgueirando-se atrás das colunas da Secretaria do Interior, por causa das balas do 12, eu sem poder entrar na Imprensa [Oficial], alvo dos projetis de mesma procedência...

Tudo muito incômodo, sem arte e sem graça.”

Carta de CDA a Moacir Andrade, Rio, 08/02/1949, assinada “Carlos Drummond” com rasura no “de Andrade”:

“Meu caro Moacir,

Em abril ou maio de 1946, escrevi-lhe uma longa carta em que expunha minha situação de intelectual-burocrata assaz desprovido de meios para a honesta subsistência, e pedia o seu apoio amigo para a minha pretensão de abrigar-me de novo à sombra da mangueira do ‘Minas’. Você foi exemplar. Tomou logo as providências cabíveis, sugeriu-me outras, dispôs enfim as coisas para um desfecho feliz, que não tardou a concretizar-se. Graças, pois, à sua eficiente solidariedade pude equilibrar-me em dias um tanto difíceis, não só de precariedade material como da consequente depressão psicológica, e assim me venho mantendo, à sombra da referida mangueira. Lembro-me de ter, então, pedido também uma coisa razoável: que me dessem serviço por aqui, a fim de que a benesse não fosse de todo descabida. Eu bem sabia que a parte editorial do nosso órgão era minguada, e que o ‘Minas’ perdera de há muito aquele aspecto ameno de boletim de academia de letras, com poemas modernistas, crônicas humorísticas do Jair [Silva] e outras perfumarias dos tempos do nosso saudoso Dr. Abílio. Contudo, parecia-me razoável que o apoio oficial a este magro poeta em hora de preocupações não o deixasse de todo inativo, pachorrento, a engordar com a boa vitamina do tesouro mineiro. Assim também seria demais. Voltei ao Rio e, à falta de instruções, pensei em escrever qualquer coisa, por iniciativa própria, para fazer jus à cônica [pensão concedida aos párocos para sua subsistência]; mas depois a preguiça, os outros cuidados da vida e o olvido natural de todas as boas intenções foram removendo o projeto para um dia x, distante no calendário. Justificava-me, talvez, pensando que em onze anos de labuta no gabinete do Capanema eu poderia ter acumulado vencimentos federais e estaduais – e não o fizera. Mas afinal, uma coisa não tem nada a ver com a outra. E eis-me aqui, Moacyr amigo, depois de tanto tempo de inércia bem remunerada, a dar murros na consciência e a perguntar ao meu prezado redator-chefe:

– Você não acha que eu já engordei demais? (simbolicamente, é claro.)

Eu acho, e por isso resolvi ter com você esta conversa a portas cerradas. Quero que você me oriente e me ajude, mais uma vez. Não desejo continuar a perceber sem agir, mesmo pouco, mesmo quase nada, mesmo para dizer a vocês aí, numa carta semanal de duas linhas, a ser jogada na cesta sem ser lida, que o Pão de Açúcar continua no local de costume.

Se você achar que de todo não há nada a fazer para o “Minas” daqui de baixo, então soltarei aquele arroto dos estômagos saciados e (sem demorar um segundo para não me arrepender, pois o ordenado afinal faria falta ao proletário intelectual que continuo a ser), promoverei minha requisição sem vencimentos, pelo Patrimônio Histórico, para ficar em paz com a minha consciência cívica.”

Carta de Moacir a CDA, BH, 18/02/1949:

Trata-se de carta curiosa, onde Moacir, em juridiquês macarrônico, apresenta recurso de CDA junto à Imprensa Oficial, atendendo a pedido do amigo poeta, conforme carta acima.

“Preliminarmente:

De acordo com a copiosa jurisprudência sobre a matéria, o funcionário público não é obrigado a trabalhar para receber os proventos do cargo, e, menos ainda, tais proventos lhe poderão ser negados se a inatividade funcional independe de sua vontade, se a inoperância não resulta do ‘animus vagabundandi’, mas do fato de lhe não ser dado serviço para executar. Assim, não seria admissível o recurso objeto deste julgamento. Entretanto, tendo em vista as razões de consciência e cívicas, inéditas no campo da burocracia nacional, invocadas pelo recorrente, o que constitui matéria nova e curiosa, é recebido o recurso, para que a respeito se exerça amplo pronunciamento, sobretudo, dada a autoridade do recorrente.

De meritis:

1º - O recorrente [...], funcionário do Estado de MG, esteve durante o período de quase 12 anos, à disposição de autoridade federal, sem receber os vencimentos de seu cargo estadual, quando outros funcionários, em situação idêntica, recebiam os proventos do cargo estadual;

2º - Mais tarde, não estando em exercício de função alguma federal, obteve o funcionário que se lhe desse uma atribuição no Rio de Janeiro, dentro da própria repartição em que trabalha no Estado, já então com direito aos próprios vencimentos. Tudo se processou regularmente e legalmente, ficando o funcionário, no Rio, pronto a executar a incumbência que lhe fosse determinada.

3º - A administração estadual [...] reconhece e louva a capacidade funcional, técnica e moral do recorrente, mas, por alteração no programa interno da repartição, quiçá do Governo estadual, (pois o pensamento dos governos varia como as plumas e as mulheres), o “jornal”, que é a natureza do serviço do recorrente, passou a ser um corpo incolor, inodoro e insípido, como convém a um regime democrático, maximé quando sucede, como no caso vertente, ao regime discricionário, em que a publicidade oficial era farta e necessária.

4º - Como decorrência desse programa, o funcionário, conquanto capaz, não teve tarefa a executar. Entretanto, esse caso [...] não é único. Há centenas deles. Na própria repartição do recorrente, e na sede dela, na Capital do Estado, vários são os funcionários que, em exercício do cargo, como o recorrente, recebem seus vencimentos e não executam qualquer trabalho, porque não há serviço a lhes ser distribuído. Foi-lhes até dispensado o comparecimento à própria repartição, sacrifício pessoal inútil para o Estado. É o caso dos redatores Otávio

Xavier e Gualter Gontijo Maciel [servidor público estadual e literato, desafeto de CDA], aquele joalheiro e emitente juramentado na praça, e este secretário clandestino do Prefeito da Capital, clandestinidade essa devida à situação de funcionário em exercício do cargo.

5º - Tal prática, retro mencionada, não fere frontalmente a Democracia, pois o reverendíssimo padre Antônio Dutra, que estima o clima carioca, foi, pelo próprio Governo democrático atual, colocado na “Inconfidência” e remetido para o Rio, sem função real, mas somente para poder, com um provento certo, garantido, exercitar outras atividades que lhe deem lucro, no magistério, na advocacia administrativa e até mesmo no mister religioso.

6º - A situação do recorrente é, portanto, constitucional e legal. E também exemplar à luz da Moral, não só desta República, mas daquela outra, a que o secretário Francisco Campos, certa vez, remeteu, pelo *Diário de Minas*, o então deputado Magalhães Drummond.

7º - A insistência, entretanto, do recorrente, em executar efetivamente um trabalho qualquer, seu irreprimível ‘animus laborandi’, sua alegação de ‘consciência’, flor rara em nosso clima, mas que, encontrada, deve ser festejada e cultivada, fez com que a administração pública, representada pelo Secretário do jornal em causa e pelo Diretor do mesmo (Dr. Vinícius Meyer), procurasse estudar a matéria, tendo em vista, sobretudo, a alternativa de ‘trabalhar ou desistir dos vencimentos’, anunciada pelo recorrente, proposição revolucionária, porque em desacordo com todos os princípios da vigente organização social, política e administrativa.

8º - O que ficou resolvido no estudo de ambos foi submetido à apreciação do Governador, que se mostrou comovido e satisfeito com a sugestão, pois o órgão oficial iria ter algo de interessante e ninguém melhor do que o recorrente, pelos seus talentos, para tal incumbência. Em face do exposto, diretor e secretário do jornal, de acordo com o Governador,

Acordam:

1º - Incumbir o recorrente de enviar, semanalmente ou quinzenalmente, como julgar conveniente, ao jornal oficial, uma crônica-resenha do movimento literário no país, ficando os pormenores ao critério do recorrente, que mais do que qualquer outro reconhece o paladar do velho “Minas”, dos mineiros e da administração pública, nada havendo, portanto, de especial a recomendar-lhe.

2º - Considerar o recorrente do mesmo alto teor do Cauê, que lhe deu sombra ao berço, ressalvada, porém, a hipótese de haver o Dr. Israel Pinheiro depreciado o próprio teor do pico ilustre.

Moacir Andrade, redator.”

Carta de Moacir Andrade a CDA, BH, 27/07/1971, em papel timbrado da Academia Mineira de Letras:

“Ao caríssimo Carlos, com recordativo abraço (‘Minas’, Abílio, Aliança, ementário dos discursos de Antônio Carlos, Alkmim e outros da fauna da época, ‘Bar do Ponto’, Gato Felix, [...]), agradece a ‘Seleta’ de quem foi feito para crescer, criar, subir.

A escolha da legenda assinalada neste sagrado papel [“Scribendi Nullus Finis”] deu uma reunião tão eruditamente engraçada como a daqueles subversivos que procuravam dístico para o emblema do Triângulo da SS Trindade, do qual não abria mão Tiradentes. Infelizmente não apareceu nenhum Visconde de Barbacena para atrapalhar e o dístico ficou...”

Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para CDA (CDA-CP-0093)

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

A correspondência inicia-se em janeiro de 1924. Nessa época, Rodrigo trabalhava na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas no Rio de Janeiro. Por intermédio de Rodrigo, alguns artigos de CDA são publicados em *O Jornal*, no Rio de Janeiro. Rodrigo e Altivo, irmão mais velho de CDA, eram amigos – parece-me que ambos estudaram direito na capital federal.

Nas cartas, CDA era tratado apenas por “Carlos Drummond”, omitindo-se o “de Andrade” paterno.

Em carta de 07/02/1925, Rodrigo elogia o artigo de CDA sobre a tradição em literatura assim como outros textos que seriam publicados no primeiro número de *A Revista*. Ainda nessa carta, Rodrigo explica que não poderá contribuir no segundo número de *A Revista*, prometendo colaboração futura.

Carta de Rodrigo a CDA, RJ, 19/09/1925, em papel timbrado da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas:

“Não posso dar-lhe certeza sobre a colaboração que me pede, sem saber quando deve aparecer o 4º número da *Revista*. Porque ando, realmente, não só muito ocupado, como também muito burro: e, nesse período, qualquer geringonça de minha lavra tem um gosto hediondo.”

Rodrigo era o elo de ligação entre CDA e Assis Chateaubriand.

Rodrigo dava a CDA notícias do que o grupo carioca (Prudente de Moraes Neto, Manu, SBH) andava fazendo e pedia a CDA notícias do grupo mineiro (CDA, Emílio, Nava e João Alphonsus).

Em carta de 10/07/1928, Rodrigo comunica a CDA seu casamento (com quem?) e o convida a participar da cerimônia. Pede notícias de Maria Julieta e recomenda-se a Dolores.

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 22/11/1928, em papel timbrado de *O Jornal*:

“O Chateaubriand ainda está contando com você para o *Diário de São Paulo*. Anda até querendo, há tempos, telegrafar convidando-o a vir trabalhar aqui no Jornal [*O Jornal*, do Rio] conosco, na situação de Secretário. Depois reconcilia-se com o secretário atual. Mas ficou firme na ideia de transferir você para São Paulo.

Como vão os amigos daí? O João Alphonsus estará tratando do estudo sobre o Alphonsus [de Guimaraens] que encomendei a ele, por intermédio do Milton [Campos]?” Nessa época, Milton Campos era o diretor da redação da sucursal mineira de *O Jornal*.

Ainda em dezembro de 1928, Rodrigo escreve a CDA cobrando o artigo de João Alphonsus sobre Mariana:

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 12/12/1928:

“Peço a você encarecidamente que o obtenha do João, custe o que custar. Explique a ele, por favor, que a coisa não deve ser muito modernista, porque personagens graves como o Chico Sá tratarão de Diamantina e outras velhas cidades.

Quanto a você, insigne Carlos, além de Sabará, ponha mãos à obra do Caraça. O Arduíno [Bolivar] [deu pra trás] e não é possível que o número de Minas [número especial de *O Jornal* sobre Minas Gerais] deixe de apresentar um artigo sobre o Caraça.”

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 09/01/1929, em papel timbrado de *O Jornal*:

“Meu caro Carlos,

Um dos poemas estupendos que você tem feito em sua vida é aquela “Romaria”. Fiquei profundamente impressionado com ele: sairá com uma ilustração soberba do Bandeira, – a Cadeia do Santuário de Congonhas.

O Chateaubriand mandou convidar a você por meu intermédio para colaborar efetivamente no *Diário de São Paulo* e no *O Jornal*. Dois artigos por mês, impreterivelmente. Remuneração: 50\$000 cada colaboração, para começar. Logo que a situação melhorar, 100\$000 cada um. De quando em quando, você substituirá o artigo por um poema.”

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 05/03/1929:

“Meu querido Carlos,

[...]

Sua ideia de publicar o livro é a mais acertada do mundo. Você é o homem mais importante de Minas e, no entanto, pouca gente desconfia de quanto você vale. Qualquer literatinho aqui [no Rio] arranja editor para o que escreve, ao passo que seus poemas continuam inéditos. Você precisava mesmo reuni-los num livro, que será para muita gente uma revelação impressionante e, para outros, como eu, um prazer desejado há muito tempo.

Sem nenhuma dúvida, o motivo determinante da demora da publicação de seu livro é parecido com o que tem retardado a remessa prometida de seus artigos para *O Jornal* e para o *Diário de São Paulo*. Sei que você tem consciência precisa de quanto vale como poeta, ao passo que se reputa um prosador medíocre. Mas, no fundo, a timidez mineira é que limita a sua colaboração jornalística ao *Diário de Minas* e adjacências, do mesmo modo que impediu que você já tivesse publicado duas ou três coleções de poemas admiráveis.

O Chateaubriand, que não compreende timidez, já se queixou a mim de que você faltou à promessa formal que lhe fez. É preciso, portanto, iniciar quanto antes os seus artigos. Veja se dentro ainda desta semana me manda o primeiro.

Não se preocupe com o assunto: qualquer tema serve. Recomendo apenas a você que procure não escrever sobre livros porque o público anda paulificado de crítica literária. Conte histórias; esculhambe ou elogie quem quiser; faça reportagens; empreenda incursões pela história ou pela literatura de Minas, se não preferir pela sua Itabira ou pela vida dos cidadãos interessantes ou ridículos daí [de BH]; escreva sobre pedagogia ou sobre os testes engraçados dos alunos dos grupos; – o essencial é que não deixe de mandar um artigo assinado por semana. E, quando não achar mesmo nenhum assunto ou quando lhe der na cabeça, mande um poema.”

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 21/05/1930:

“Meu caro Carlos,

Escrevi há dias ao [Francisco] Campos e ao Mário Casassanta pedindo-lhes com o maior empenho a transferência da professora Elisa Maciella do grupo escolar de Além Paraíba para o de Ponte Nova. Como até hoje não tenha obtido nenhuma resposta, quero pedir a você o favor de lembrar a Campos a promessa formal que me fez aqui de providências naquele sentido.

Trata-se da irmã de um amigo meu desaparecido há anos e a quem eu queria muito bem.”

Carta de Rodrigo a CDA, Fazenda Santa Tereza, São Paulo, 20/06/1930:

“A notícia da transferência da professora Elisa Maciella me deu uma grande satisfação. Agradeço muito a você mais esse favor e peço-lhe dizer ao Mário Casassanta quanto lhe sou reconhecido também pela atenção que prestou ao meu pedido.”

Rodrigo atuou ativamente na divulgação dos poemas de *Alguma Poesia* no mundo literário carioca.

Segundo carta de 06/01/1931, CDA tinha a intenção de ingressar na Fac de Direito de BH e pedira a Rodrigo, então no Ministério da Educação e Saúde Pública, orientação a respeito.

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 21/05/1930:

Editorial

Minas tranquila, remediada,
não tinha nada que se meter
em aventuras de gauchada.
Não tinha nada que se meter.

Minas tem Carlos Drummond de Andrade.

Não tinha nada que se arriscar,
não tinha nada que provocar
a hostilidade do presidente da república,
do vice-presidente da república,
dos 17 governadores dos Estados coligados,
do diretor da carteira comercial do Banco do Brasil,
do ministro da justiça,
do juiz federal substituto
e do suplente do juiz federal em exercício
(sem falar na do 2º procurador da república,
acompanhado de 200 praças do exército
providos de 2 metralhadoras e abundante material bélico).

Minas tem Carlos Drummond de Andrade.

Do Rodrigo
maio 930”

Esse poema, “Editorial”, foi enviado a Milton Campos em maio de 1930, que ficara incumbido de o fazer chegar às mãos de CDA.

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 26/07/1933:

“Meu caro Carlos,

Só agora, depois de receber seu recado por intermédio de Luiz Camilo [de Oliveira Neto], foi que me resignei a devolver a você os originais de *Brejo das Almas*. Tenho lido constantemente os poemas, sem resistir ao desejo de mostrá-los também ao Manuel, ao Prudente e ao Nava (este último, entretanto, não foi autorizado a por os olhos sobre os originais).

[...]

Acho que a poesia drummondiana é de natureza muito mais rica, mas muito, do que a de Murilo Mendes, por exemplo. Não está no mesmo nível desta e sim num plano muito superior. A esse respeito, eu teria de dar muitas explicações, mas vou me limitar a produzir um argumento só: a contribuição mais apreciável de Murilo, talvez a única contribuição apreciável dele, – quer na primeira coleção de poemas, quer na recente *História do Brasil* – é de ordem técnica. Aliás, a concepção de poesia que ele tem é também sobretudo técnica. Ao passo que você navega na cheia do lirismo. Por isso mesmo é que, quando você amarra a canoa à beira do rio e empreende incursões de aventura pelas margens, eu sinto que você não está no seu elemento.”

Rodrigo elogia bastante os poemas de *Brejo das Almas*, dizendo-os totalmente diversos da literatura populista de Jules Romains.

Aliás, Rodrigo era leitor cativo dos originais dos poemas de CDA: *Alguma poesia*, *Brejo das almas*, *Sentimento do mundo*, etc.

Várias das cartas destinavam-se a pedidos de favor.

Carta de Rodrigo a CDA, Rio, 20/09/1949, em papel timbrado do SPHAN:

“Ilmo. Sr. Dr. Carlos Drummond de Andrade.

Acusando recebimento da sua patriótica doação feita para o leilão de obras de arte que ora se organiza, sob o patrocínio do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, em benefício da preservação do conjunto arquitetônico da cidade de Ouro Preto, venho agradecer vivamente a V. S^a pela valiosa contribuição.”

Correspondência de Milton Campos a CDA (CDA-CP-0307)

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

A correspondência inicia-se em 1923, quando Milton Campos advogava em Dorcas da Boa Esperança. Já em março de 1923, Milton Campos escreve a CDA: “Sinto-me um Robinson! Se não ficar jurista, acabarei bandeirante.”

Carta de Milton a CDA, Dorcas da Boa Esperança, 05/10/1923, em papel timbrado com os dizeres “DR. Milton Campos. Advogado”:

“Receio que não satisfaça a sua curiosidade saber da manifestação ao Padre Juca, no seu regresso de [...], ou da prisão de Maria Vinte, que, por vadiagem, foi obrigada a capinar as ruas, sob o sol e à vista de todos. Este último fato deu causa a uma acalorada discussão no meu quarto. O oficial de justiça achava que a polícia foi autoritária; o escrivão [...] justificava o rigor policial e até lamentava que ele só agora se tivesse feito sentir. Eu ouvi tudo com o ar atento e grave de juiz e por fim dissertei sobre o *habeas-corpus*, com citações latinas e nomes ingleses.

[...]

Antes de encerrar esta, preciso pedir-lhe desculpa para o ‘DR.’ que tinha o papel lá no alto. Disseram-me aí [em BH] que no interior era preciso e eu não soube resistir. Já estava arrependido, mas nem por isso hei de jogar fora o bloco.”

CDA e João Pinheiro Filho eram amigos desde o início dos anos 1920.

Carta de Milton a CDA, Dolores da Boa Esperança, 04/03/1924:

“Carlos amigo,

Nunca esperei ter tempo para escrever uma carta numa terça-feira de Carnaval. Vejo esse deplorabilíssimo fato como o máximo sintoma de minha decadência física, moral e intelectual. Desta última tenho ainda um documento recente e mais palpável. Trata-se nada mais nada menos que de uma investida contra as letras, – investida essa que, como há muito tempo não acontecia, teve desfecho integral. Sou, pois (saiba-o o querido amigo e pasme!), autor de uma espécie de artigo literário, em que também faço, como é da moda, a minha adesão ao movimento modernista... Não estava, portanto, de todo extinto aquele *vírus* literário, que se inoculou em mim por obra sobretudo da excessiva e generosa consideração que Você e os nossos amigos sempre tiveram por mim, nesse capítulo. Vingando-me, é meu projeto mandar-lhe a obra. Faço questão de que ela seja também lida pelo Abgar [Renault], como punição pelo silêncio com que ele retribuiu uma carta que lhe mandei logo ao chegar aqui.” O artigo citado foi publicado em *O Jornal*, do Rio, por iniciativa de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Ainda nessa carta, Milton menciona a coletânea de poemas de CDA *Teia de Aranha*:

“Não concordo com suas palavras a respeito dela. Mas nem por isso deixo de considerar auspicioso esse estado de transição em que você se sente e me rejubilo com as suas disposições de realizar obra mais sólida.”

Carta de Milton a CDA, Dolores..., 05/05/1924:

“Esse homem [Godofredo Rangel] impressiona. É juiz modelar e cultiva essas polidesas sociais. Fez-me a visita de estilo. Notei-lhe logo a humildade no agradecer-me as ligeiras referências que lhe fiz no *O Jornal*. Passei, depois dos trabalhos forenses, uma parte do dia de sábado em casa dela. Casa de pobre, com uma salinha desguarnecida de móveis, onde o dono recebe as partes e os ofícios. Conversa despreocupadamente e amavelmente... Disse-me que tem muito pouco tempo para ler e escrever: os trabalhos do cargo e das aulas só lhe deixam uma hora ligeira à noite. Mesmo assim, tem pronto mais um romance, ainda sem retoque: *A Filha*.

[...]

Fico muito satisfeito em saber meu nome ligado a seu “Convite” [poema publicado em *Alguma Poesia*]. Muito obrigado. Espero recebê-lo em letra de forma. O que não dispenso é o conto. A essas horas já deve estar retocado e datilografado. Não demore, pois, a remessa.

Senão, ‘sans bras’ que o persiga! (Foi o Abgar quem me transmitiu o trocadilho.)” “Sans bras” era o apelido dado pelos escritores mineiros a Blaise Cendrars, que, acompanhado por Mário e Oswald, D Olívia Penteado e outros mais, esteve em Minas naquele ano de 1924 e passou por BH.

Carta de Milton a CDA, Dorés..., 20/10/1924:

“Creio que lhe falei aí no meu desejo de mandar ao Rangel trabalhos seus e do Abgar. [...] E por que não escreve você alguma coisa sobre ‘Vida ociosa’ e ‘Andorinhas’? Estou lembrado que você me falou do primeiro desses livros com louvores e por isso não é insólita minha sugestão.”

Carta de Milton a CDA, Dorés..., 09/11/1924, em papel timbrado com os dizeres “DR. Milton Campos. Advogado”:

“Li no *Diário de Minas* suas restrições ao Anatole [France]. Antes lera os louvores do Leopoldo. E imagino que, ante o vexame de tais louvores, a memória do cético reclamava a homenagem das suas restrições... Em verdade lhe digo que as compreendo perfeitamente, embora não possa concordar integralmente com elas. Você sabe que eu fiquei marcado demais pelo Coignard. Li-o na adolescência e por esse tempo era ele o autor da moda. Um pouco depois foi que chegou com intensidade a corrente de renovação, mas as circunstâncias da vida, atirando-me para aqui a advogar, já me haviam obrigado a *amarrar a égua* nele. Isso me humilha. Consolo-me, todavia, com a mentalidade do meu ambiente atual, que parece antes de mim e ainda tem a égua amarrada no terceiro livro do Felisberto. E afinal de contas tenho alguns motivos graves para justificar louvores desmedidos ao Anatole. [...] Eu diria que o criador de Bergeret morrera em momento ingrato, quando os homens mais finos se acanham de duvidar para fingir que se entregam àquela *niaise trépidation* de que fala [Maurice] Barrès. Falta aos espíritos melhores a coragem de ser francamente, diabolicamente inteligentes. Porque, com efeito, o tempo é de afirmações e incompatível com a única convicção a que a inteligência pode levar sinceramente, – a dúvida...”

Carta de Milton a CDA, Dorés..., 07/12/1924:

“Logo depois de sua carta, recebi o registrado, com seu caderno de contos, retalhos e os dois exemplares das *Memórias sentimentais de João Miramar*. Muito obrigado pelo que me ofereceu. Li alguns trechos. [...] A maneira tão nova e extravagante do Oswald de Andrade me choca. Mas reconheço nele muita coisa interessante e sinto que não há só *blague* nesse

artista. Com o pouco que li já creio na eficácia renovadora do homem do pau-brasil.” Dentre os contos de CDA enviados, Milton comenta “Tia Martha”, “A Estátua do Escultor Cego”, “Aquele pobre destino” e “Joaquim do Telhado”.

Em janeiro de 1925, saía, em *O Jornal do Rio*, o artigo de CDA sobre as *Memórias sentimentais de João Miramar*. Em fevereiro desse ano, Milton, ainda em Dorcas da Boa Esperança, comenta esse artigo em carta de 01/02/1925:

“Confesso-lhe que até hoje apenas corri um olho preguiçoso pela obra do Oswald. Mas não havia descoberto nela aquele sentido que você lhe dá e que já agora considero razoável. Todavia, o processo, a maneira do escritor ainda me chocam.”

Carta de Milton a CDA, BH, 06/10/1944:

“Qualquer leitor terá do livro [*Confissões de Minas*] a impressão mais viva. Mas você bem sabe ou calcula o que essas páginas têm para mim de fundamento evocativo. Nunca, como através dessa leitura, os dias passados volveram ao meu espírito com representação mais precisa e em meio a emoções tão puras.”

Carta de Milton a CDA, BH, 20/02/1947, momento em que Milton assumia o governo de Minas Gerais:

“Querido Carlos,

[...]

Também eu não contei nunca com esse resultado. Mas, já que ele veio, não me resta senão cumprir a missão da melhor maneira que eu puder. E o que mais me alenta para o grande esforço a que estou obrigado é sentir que não me falta a carinhosa solidariedade de mineiros de sua estirpe. Estou certo de poder contar com sua ajuda e isso me conforta.”

Carta de Milton a CDA, BH, 06/05/1957:

“Meu caro Carlos,

Venho agradecer-lhe, muito de coração, o oferecimento de *Contos de Aprendiz*. Sinto-me honrado, na minha velha amizade, pelo aparecimento de cada livro seu. E neste pude reler os contos (ou alguns deles) que tanto prazer me haviam dado quando publicados na imprensa, ou em folheto, como ‘O gerente’.”

Carta de Milton a CDA, BH, 31/01/1952:

“Querido Carlos,

Você não pode imaginar a alegria com que recebi seu *Claro Enigma*, esperado com ansiedade, e a funda emoção com que venho lendo e relendo seus novos poemas.

Diante de poesia tão alta e de linguagem tão pura, não sei dizer senão um agradecimento ao poeta pelo que ele de belo e nobre acrescenta à nossa vida.”

Carta de José Guimarães Alves a CDA, Soledade de Itajubá, 29/09/1932, (CDA-CP-0052):

“Meu caro Carlos Drummond de Andrade,

Aqui, nesta aldeiazinha perdida num setor da Mantiqueira, asfixiado pelo ambiente burguês, sem rumo e sem finalidade, tive momentos de verdadeiro prazer intelectual quando li as suas admiráveis palavras sobre o soldado mineiro e sobre essa grande figura de santo, o São Francisco de Assis do XXº século, o reverendo padre Kobal.

Você continua a ser, no meu espírito, uma das grandes forças revolucionárias do futuro. Pelas suas palavras, pelas suas ações, você há de ter o seu lugar, lógico e necessário na América Latina, ou, melhor, como se diz hoje em Paris, na América Revolucionária. [...]

P.S.: Formidável o Prefácio das *Razões de Minas*. Ainda não conheço o livro, li no *Minas* [Gerais].

Correspondência de Drummond e Capanema

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

De 1925 até 1930, Capanema atuou como advogado e como político em Pitangui, sua cidade natal.

Carta de Capanema a CDA, Pitangui, 20 dezembro 1925:

“Palavra que achei a sua palestra [sobre o movimento modernista] muito melhor que a do Mário de Andrade. Mais equilíbrio, melhor compreensão da realidade mental brasileira, menos artificialismo. Nenhum artificialismo. Não é que não tenha achado excelente tudo quanto disse o Mário. Ele é sempre admirável. Mas observo que ele está dando muita importância demais à questão da linguagem. Anda com obsessão do solecismo (...) É, em verdade, preciso estilizar a nossa linguagem brasileira. Dicionarizar um disparate de palavras e expressões usadas diariamente por nosso povo. Flexibilizar o nosso frasear, dar-lhe o ritmo brasileiro, arrebentar o espartilho das regras portuguesas. Mas o Mário está abusando. Está artificial, extravagante (...) Ao passo que você não. Você avisa, prudentemente e com um admirável bom senso sociológico, que não se tenha pressa na formação da língua brasileira. É preciso deixar que ela se forme por si mesma, lentamente, espontaneamente...”

Carta de Capanema a CDA, Pitangui, 12 março 1926:

Sobre o “Pau-Brasil”, de Oswald:

“Não há dúvida que é um livro admirável. Tem muito talento esse Oswald de Andrade. Em princípio, acho antipática essa literatura primitivista. Você já escreveu que precisamos ainda

de muita cultura, e me parece que você é que está direito. Além disso, há muito artificialismo em todo esse primitivismo, tanto no dos nossos modernistas, como no dos novos poetas franceses.”

Carta de Capanema a CDA, BH, 31 outubro 1930:

“Meu querido Carlos,

Mando-te o meu mais afetuoso abraço não só pelo seu aniversário, mas sobretudo pela vitória da nossa revolução, que tem em você um soldado intrépido e iluminado.”

Carta de Capanema a CDA, BH, 15 dezembro 1932:

“Carlos,

Você não pode calcular o que me custou de sacrifício a correção do discurso. Não tenho aqui um minuto para nada. Para não retardar a publicação, trabalhei até 4 horas da madrugada, momento este em que estou escrevendo este bilhete.

Peço-lhe que vá corrigir pessoalmente as provas. Pelo enorme trabalho que isso lhe dará, o agradecimento do seu

Capanema.”

Carta de Capanema a CDA, Rio de Janeiro, 23 julho 1934:

“Meu caro Carlos,

Estou ministro da Educação. Tenho diante de mim uma obra magnífica por fazer, mas cheia de dificuldades tremendas. Para realizá-la, preciso ter comigo homens eficientes. Apelei hoje para você, quando lhe falei pelo telefone, porque não sei de outro homem da sua capacidade. Não seria minha intenção imobilizar você, com o seu grande espírito, por quatro anos, como meu secretário, trabalhando no meu gabinete. Você deve ir para coisa mais alta, correspondente às suas qualidades extraordinárias.

Mas o que eu queria (o que estou querendo) de você é a sua colaboração por alguns meses, até que o trabalho do ministério me seja familiar e que possa arranjar outra pessoa capaz (...)

Quem sabe se não seria bom que você passasse aqui alguns meses? Há aqui magníficas casas de saúde, confortáveis, baratas ou caras, à vontade. A sua mãe se daria magnificamente com o clima, o ambiente, a mudança. Depois, você teria, além dos vencimentos do gabinete, os que os Diários Associados lhe pagariam pela sua colaboração nos jornais daqui.”